

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Entrar, estar e permanecer: o caminhar das/os estudantes negras/os cotistas
da pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa**

Cristina Maria da Silva
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

CRISTINA MARIA DA SILVA

**Entrar, estar e permanecer: o caminhar das/os estudantes negras/os cotistas
da pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Educação, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Simone Euclides

Coorientadores: Heloisa R. Herneck
Daniela Alves de Alves

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586e
2026
Silva, Cristina Maria da, 1973-
Entrar, estar e permanecer: o caminhar das/os estudantes
negras/os cotistas da pós-graduação na Universidade Federal de
Viçosa / Cristina Maria da Silva. – Viçosa, MG, 2026.
1 dissertação eletrônica (121 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndice.

Orientador: Maria Simone Euclides.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Educação, 2026.

Referências bibliográficas: f. 96-104.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.490>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Programas de ação afirmativa - Viçosa (MG).
2. Estudantes negros - Viçosa (MG). 3. Universidade Federal de
Viçosa - Estudantes. 4. Integração universitária - Viçosa (MG).
I. Euclides, Maria Simone, 1986-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Educação. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 378.19829698151

CRISTINA MARIA DA SILVA

**Entrar, estar e permanecer: o caminhar das/os estudantes negras/os cotistas
da pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de maio de 2026.

Assentimento:

Cristina Maria da Silva
Autora

Maria Simone Euclides
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 24/08/2026 às 20:21:05 e pela orientadora em 24/08/2026 às 21:43:47. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **R6YR.H2DN.POGP** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus, que me permitiu chegar até aqui, Ele que caminhou ao meu lado, segurando a minha mão pra eu não me desviar dos planos que Ele já havia traçado, por ter me carregado no colo nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Aos meus pais Maria Raimunda da Silva (In memoriam) e Geraldo Ferreira da Silva (In memoriam). Vocês foram e ainda são, exemplo de fé, força, determinação, honestidade, amor, escuta e acolhimento. Tudo o que sou hoje, mãe, sei que é fruto das suas orações, dos seus joelhos no chão, para que sua família permanecesse de pé.

A minha filha Mariane, que é a melhor parte de mim, quero ser melhor a cada dia por você, que é meu coração batendo fora do peito. E ao meu marido Afonso, por me apoiar e ser presença, carinho e parceria em todos os momentos.

Aos meus irmãos e irmãs e em especial a minha irmã Sandra, que é amiga, confidente, comadre, conselheira, apoio, segurança, e que torce por minhas conquistas.

Às minhas sobrinhas Vitória e Taís, e às minhas afilhadas, Letícia, Giulia, Kelly e Maria Teresa, obrigada por serem sinônimo de amor e cuidado.

A minha orientadora Maria Simone, por confiar e acreditar no meu trabalho, por todo carinho, atenção, cuidado e por todos os seus ensinamentos durante o meu percurso no mestrado. As coorientadoras Heloísa e Daniela, pela oportunidade de aprender com vocês.

Aos amigos que ganhei no mestrado, Ruana, um presente de Deus na minha vida, obrigada pela parceria, apoio e atenção. Elaine, Deliana e a secretária do programa Naiany por terem me ajudado nessa jornada.

Aos amigos do Projeto Alteridades na pós-graduação Lidiane, Monalisa, Fernanda, Luana e Yuri, obrigada pela parceria.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa e a instituição Capes por ter proporcionado o meu percurso no mestrado.

Aos amigos do EDUCAGERA, em especial Maria Simone, Monalisa, Beatriz Gomes, Matheus Freitas, Edilene e Sandra.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com minha jornada no mestrado!

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Maria, Maria... É preciso ter sonho sempre, quem traz na pele essa marca possui a
estranha mania de ter fé na vida.

Milton Nascimento

RESUMO

SILVA, Cristina Maria da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2026. **Entrar, estar e permanecer: o caminhar das/os estudantes negras/os cotistas da pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa.** Orientadora: Maria Simone Euclides. Coorientadores: Heloisa Raimunda Herneck e Daniela Alves de Alves.

Nesta pesquisa de mestrado procurou-se investigar narrativas dos/as cotistas negras/os que ingressaram nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu, dos Centros de Ciências Agrárias (CCA) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) do ano de 2024 e compreender a partir dos relatos, como tem se efetivado a presença desses discentes cotistas nos programas de pós-graduação, tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico. A relevância desta pesquisa consiste na obtenção de informações detalhadas sobre a realidade dos/as estudantes cotistas dos Centros de Ciências Agrárias (CCA) e Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no que diz respeito ao acesso, permanência e produção do conhecimento. Esses dados são de grande importância para compreender e reavaliar as políticas de ações afirmativas e inclusivas, de gênero, raça e classe, bem como para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo que garantam a assistência estudantil, diminuam a evasão acadêmica e contribuam para repensar as políticas públicas na e para a Universidade Federal de Viçosa. Nesse sentido, partimos da seguinte pergunta: a política de ações afirmativas no ensino superior, por meio das cotas raciais nos programas de pós-graduação, tem alterado, qualitativamente, o perfil discente das instituições de ensino superior, bem como o conhecimento científico produzido nesses espaços acadêmicos? Metodologicamente elegemos a abordagem qualitativa. No primeiro momento da pesquisa, foi enviado um questionário a todos/as estudantes cotistas negros/as dos centros de Ciência escolhidos da Universidade Federal de Viçosa. A partir deste questionário, realizou-se entrevistas semiestruturadas, com aquelas/es que se dispuseram a participar da pesquisa. Como resultado temos que a UFV implementa a política de cotas raciais em todos os programas de pós-graduação, mestrado ou doutorado do CCA e CCB. Observou-se também que os/as estudantes sofrem discriminação de raça e gênero. Já outros, reconhecem como os preconceitos se dão e sabem nomeá-los. Com relação à concessão de bolsa, apenas um dos programas vincula a entrada pela modalidade cotas raciais ao recebimento da bolsa. Logo, as ações afirmativas via cotas raciais são importantes e impactam a vida dos/as discentes que participaram dessa pesquisa. Com relação à produção do conhecimento, observou-se que embora indiretamente, um

tema de pesquisa se articula com as questões raciais, mas por serem da área de Agrárias e Biológicas, a maioria das pesquisas não abordam essa temática.

Palavras-chave: Políticas de Ações Afirmativas ; Cotas na Pós-graduação ; interseccionalidade ; produção do conhecimento.

ABSTRACT

SILVA, Cristina Maria da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2026. **Entering, being and remaining: the journey of black students under affirmative action in graduate school at the Federal University of Viçosa.** Adviser: Maria Simone Euclides. Co-advisers: Heloisa Raimunda Herneck and Daniela Alves de Alves.

This master's research aimed to investigate the narratives of Black students admitted via affirmative action quotas into stricto sensu graduate programs at the Center for Agricultural Sciences (CCA) and the Center for Biological and Health Sciences (CCB) of the Federal University of Viçosa (UFV) in 2024. It sought to understand, through their accounts, how the presence of these quota students has materialized within the graduate programs, in both personal and academic spheres. The research is significant for gathering detailed information on the realities faced by quota students at the CCA and CCB regarding access, retention, and knowledge production. These data are crucial for understanding and re-evaluating affirmative action and inclusion policies addressing gender, race, and class as well as for devising short- and long-term strategies to ensure student support, reduce dropout rates, and contribute to rethinking public policies within and for the Federal University of Viçosa. In this context, the study was guided by the following question: Has the affirmative action policy in higher education specifically through racial quotas in graduate programs qualitatively altered the student profile of higher education institutions and the scientific knowledge produced in these academic spaces? Methodologically, a qualitative approach was adopted. Initially, a questionnaire was sent to all Black quota students in the selected centers at the Federal University of Viçosa. Based on the questionnaire responses, semi-structured interviews were conducted with those willing to participate in the study. The results indicate that UFV implements racial quota policies across all graduate programs (master's and doctoral) within the CCA and CCB. It was also observed that students experience racial and gender-based discrimination. Others, however, recognize how prejudices manifest and are able to name them. Regarding the awarding of scholarships, only one of the programs links admission via the racial quota system to the receipt of a scholarship. Thus, affirmative action measures involving racial quotas are significant and impact the lives of the students who participated in this study. Regarding knowledge production, it was observed that albeit indirectly research topics do intersect with racial issues; however, given that the fields involved are Agricultural and Biological Sciences, the majority of the research does not address this theme.

Keywords: Affirmative action policies; quotas in graduate education; intersectionality; knowledge production.

LISTA DE SIGLAS

EUA- Estados Unidos da América

CAp-Coluni- Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa

CAPES - Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCA- Centro de Ciências Agrárias

CCB- Centro de Ciências Biológicas

CCE- Centros de Ciências Exatas

CCH- Centros de Ciências Humanas

DTI- Diretoria de Tecnologia da Informação

FCC- Fundação Carlos Chagas

FF- Fundação Ford

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMD- Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social.

IFP- International Fellowship Program

INCA- Instituto Nacional do Câncer

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico nacional

ITA- Instituto Tecnológico de Aeronáutica

MEC- Ministério da Educação

PUC- Pontifícia Universidade Católica

PROUNI- Programa Universidade para Todos

OMS- Organização Mundial da Saúde

UFV- Universidade Federal de Viçosa

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UNB- Universidade Federal de Brasília

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

USP- Universidade de São Paulo

UNIRIO- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Meu lugar é aqui	14
Figura 2: Enedina Alves	37
Figura 3: Luiza Bairros.....	38
Figura 4: Katemari Rosa.....	39
Figura 5: Jaqueline Goes de Jesus	39
Figura 6: Simone Maia Evaristo	40
Figura 7: Sônia Guimarães	40
Figura 8: Anita Canavarro	41

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1- Proporção de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino médio por raça/cor no Brasil (em %)	24
Quadro 2 - Percentual da população com 25 anos ou mais com nível superior completo por cor/raça no Brasil	27
Quadro 3 - Percentual de discentes matriculados/as por raça/cor nos programas de pós - graduação (2017-2022)	28
Gráfico 1 - Quantitativo de ingressantes autodeclaradas negras (pretas e pardas) na educação superior no Brasil (2009-2021)	88
Gráfico 2 - Distribuição Percentual de Docentes nas Universidades Federais do Brasil em 2019 e 2021, por Sexo, Raça	89

SUMÁRIO

Meu lugar é aqui.....	13
1. Introdução.....	15
2 Referencial teórico.....	19
2.1 Raça, racismo e discriminação: marcas da desigualdade e exclusão social	19
2.2 Políticas de Ações Afirmativas: caminhos para reparação das desigualdades raciais no Brasil.....	25
2.3 Políticas de Cotas Raciais na Pós-Graduação.....	31
3- Caminhos Metodológicos.....	34
4. Quem fala e de onde fala: uma breve caracterização das entrevistadas	42
5. O ingresso das/os discentes cotistas na pós-graduação: entre o não pertencimento e os desafios da permanência	46
5.1 Ambientação: a relação com o orientador, com os colegas de curso, com os docentes e com os técnicos do programa.....	56
6. Interseccionalidade, racismo e sexismo: nomeando desigualdades e opressões	62
6.1 A sutileza e a sutia do racismo cotidiano e epistêmico na pós-graduação.....	67
7. Chegar, Reparar, Representar : Ações Afirmativas e Epistemologias Discentes.....	79
7.1 Chegamos, estamos aqui: corpos negros e produções científicas na pós-graduação ..	80
7.2 Por mais presenças negras na pós-graduação: ações afirmativas em defesa da reparação	87
8. Considerações finais	94
Referências	96
APÊNDICES	105
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	105
APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA	114
APÊNDICE C– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	119
ANEXO.....	120
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética.....	122

Meu lugar é aqui

A princípio, quero começar trazendo um pouco da minha história e trajetória, com isso não posso deixar de lembrar daqueles que vieram antes de mim. Os meus pais, mesmo sem capital cultural e econômico, mas com uma sabedoria nata, traziam com eles a convicção que somente por meio dos estudos conseguiríamos mobilidade social. Por esta razão, meus pais nunca nos obrigaram a trabalhar para ajudar no sustento e nas despesas da casa, pelo contrário, meu pai aproveitava suas folgas e horários vagos para nos ensinar a tabuada e a minha mãe era a pessoa que nos incentivava, cobrava e lembrava a relevância dos estudos na vida das pessoas; estendendo estes valores à minha filha, a qual puderam acompanhar e repassar o que nos ensinaram até seus últimos dias de vida, sendo estas as formas de nos incentivar, nos mostrar seu apreço e o quanto valorizavam os estudos e a educação. Meus irmãos, os primeiros da família a ingressar no ambiente universitário e toda minha ancestralidade, todos aqueles que lutaram e ainda lutam contra a situação de subalternidade a que os negros foram relegados, os que abriram as portas e me proporcionaram chegar até aqui. Sou a décima terceira filha de uma família de quatorze filhos, meu pai foi funcionário da UFV, minha mãe, além de ser dona de casa, lavava e costurava para fora.

Pelo fato do meu pai ter pertencido ao quadro de funcionários da UFV, moramos dentro do campus da UFV, em uma das vilas (Vila Araújo) cujas moradias eram destinadas aos funcionários da referida instituição, até o meu pai se aposentar no ano de 1995. Por isso, fui criada dentro da universidade, pude ver a Universidade se transformando, departamentos novos surgindo no campus pela implementação de outros cursos, vi os carros ocupando o lugar das bicicletas, e agora estou tendo o privilégio de ver a universidade que era majoritariamente ocupada por pessoas brancas dando espaço para à diversidade, tornando-se mais colorida, e mais plural.

Meus irmãos mais velhos foram alunos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (CAp-Coluni). Na época, em que esse colégio só oferecia o terceiro ano científico, posteriormente passaram no vestibular para o curso de Agronomia. Formaram-se em 1977/78, sempre com ajuda e incentivo dos meus pais, principalmente minha mãe (Maria Raimunda da Silva) que sabia a importância do estudo, principalmente para nós negros/as que temos nossa vida atravessada pelas violências do racismo. Foi pelo fato de residir dentro do campus da UFV e de conviver nesse ambiente acadêmico de estudos e pesquisas que conseguimos transpor barreiras.

Foram os/as que vieram antes de mim que me ensinaram que eu não sou mulata nem morena, que sou negra, e ser negro/a não te coloca em uma posição de inferioridade ou subalternidade, ser negro não é motivo de vergonha. Me ensinaram também que eu posso sim, chegar aonde eu quiser, ocupar o espaço que eu quiser, mesmo que essa sociedade racista fale o contrário.

Eu estudei na Escola Estadual Effie Rolfs, que se situa dentro do campus da UFV, me formei em Economia Doméstica nesta universidade em agosto de 2001 e em dezembro de 2020 me formei em Serviço Social. Por meio das redes sociais fiquei conhecendo o projeto de extensão Ação Afirmativa na Pós-Graduação ofertado pelo grupo de pesquisa Educação, Gênero e Raça da Universidade Federal de Viçosa. Então, participei do processo seletivo, no qual fui selecionada e a participação no referido projeto me ajudou em todo o processo para que eu pudesse estar aqui hoje fazendo o mestrado. Resolvi retomar meus estudos, porque essa universidade faz parte de mim, da minha história de vida, esse lugar também é meu, esse espaço me pertence. Com essa pesquisa estou tendo a oportunidade de me debruçar sobre as relações étnico-raciais, uma temática que é tão cara, tão importante, cheia de atravessamentos e que precisa estar presente nas discussões acadêmicas.

Figura 1: Meu lugar é aqui



Fonte: Autoria própria.

1. Introdução

A presente pesquisa de mestrado, intitulado “Presenças e agências negras em programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas da Universidade Federal de Viçosa”, faz parte de um projeto maior aprovado no Programa Alteridades na Pós-Graduação, financiado pela Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do edital 37/2022. O projeto intitulado por “Presenças negras em Programas de Pós-Graduação: emergências e agências na ciência brasileira”, busca identificar e compreender as agências de estudantes negros e negras cotistas presentes nos Programas de Pós-Graduação das seguintes universidades federais: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Vale ressaltar que essa pesquisa vem acontecendo desde 2023, através das pesquisas já realizadas por Lidiane Cesário Barreto e Nirvana Nicolato, que por meio de suas pesquisas trouxeram contribuições relevantes no campo das relações étnico-raciais em destaque para as ações afirmativas na pós-graduação na UFV.

Tendo em vista que o povo negro passou pelo processo de escravização que durou mais de 300 anos, o pós-abolição não lhe proporcionou nenhum tipo de garantia, refletindo na condição social da população negra ainda nos dias hoje. Assim, podemos observar o abismo social entre negros e brancos, confirmando como o critério racial está atrelado às desigualdades raciais e sociais. Conforme Bento (2022), em sociedades transformadas pela herança do racismo, a predileção por um determinado perfil de pessoas (brancas), para lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, educação, saúde, segurança, entre outros, precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e sub-representação desses sujeitos em determinados cargos e instituições. Historicamente os negros foram impedidos de acessar determinados espaços, tendo auxílio nos discursos que imprimem falsas ideias de igualdade, desconsiderando as desigualdades impostas socialmente. De acordo com Nascimento (2021), foi por meio de mecanismos seletivos ancorados na cor/raça, que a sociedade brasileira reduziu o espaço dedicado ao negro dentro da escala social. Essa limitação é mantida por meio de práticas institucionais e sociais que restringem o acesso de pessoas negras aos espaços ditos de poder.

Sendo assim, Munanga (1994) afirma que o termo raça assume dois sentidos na sociedade brasileira, o de ressignificação política e o de uma categoria social de exclusão. Ademais, os obstáculos decorrentes do preconceito e da discriminação racial fizeram surgir

uma profunda desigualdade em nosso corpo social, afetando uma grande parcela do povo brasileiro. O preconceito racial constituiu-se então na justificativa necessária para a fácil exploração da raça, ou seja, o preconceito racial é a atitude social que acompanha as práticas exploratórias raciais das classes dominantes (Gonzalez e Hasenbalg, 2022). Além disso, o mito da democracia racial permite que as elites dominantes possam dissimular as desigualdades e impedir os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (Munanga, 2004, p. 89). Pois uma vez que não existe racismo, não há por que discuti-lo.

Schucman (2014) aponta que os mecanismos de reprodução de desigualdades raciais asseguram aos brancos a posição mais alta na hierarquia social, sem que haja o entendimento de que esse é um privilégio de raça, construído historicamente. De acordo com Gomes (2005), o racismo e preconceito racial são continuamente negados na sociedade brasileira, mas as pesquisas comprovam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, os negros ainda são discriminados e vivem uma posição de intensa desigualdade racial.

Outrossim, Carneiro (2002, p.7) argumenta que “os dados da desigualdade racial conferem autoridade às denúncias dos movimentos negros contemporâneos sobre as diferenças de direitos e oportunidades existentes em nossa sociedade em prejuízo da população negra”. Para o movimento negro, a “raça”, e a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (Domingues, 2007, p. 102). Gonzalez e Hasenbalg (2022), destacam que:

A raça como atributo social historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente a um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p.112).

É necessário considerarmos a situação da desigualdade entre brancos e negros/as, para que a sociedade construa formas, ações e políticas para criar oportunidades iguais para todos, nos diversos setores, para não continuarmos contribuindo para a reprodução do racismo (Gomes, 2005). Nesse contexto, é considerável que se olhe os princípios históricos da igualdade, que se contrapõe a lógicas hierarquizantes que atuam impossibilitando a mobilidade individual e social de determinados grupos. As práticas discriminatórias

exercidas contra o negro/a, regulam suas aspirações de acordo com o que o grupo dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor. (Gonzalez e Hasenbalg, 2022).

Sendo assim, a exclusão educacional tem marcado o destino da população negra, por negar a possibilidade de mudança na posição da estrutura hierárquica por meio da educação formal e, nesse contexto, as políticas públicas voltadas para inserção do negro/a na sociedade são de grande importância enquanto medidas reparatórias, proporcionando a transformação social e a luta pela integração e resistência do negro/a.

Por isso, entre as reivindicações do movimento negro está a compensação e reparação por todos os anos de trabalho forçado, a falta de inclusão social, e de políticas públicas destinadas a maior presença do negro/a no mercado de trabalho e na educação, uma vez que esta sempre esteve em pauta nas reivindicações do Movimento Negro, por ser de grande relevância ofertar escola pública, gratuita e de boa qualidade, por essa razão, lutam para que isso se torne realidade.

As diferenças na escolarização de brancos e negros/as é um dos fatores mais evidentes da desigualdade étnico-racial, pois a educação é compreendida como o processo integral de formação humana, e que contribui para que os obstáculos impostos pela sociedade sejam transpostos (Rodrigues, 2001). Para Gomes (2007, p.57), “de um lado essas políticas simbolizam o reconhecimento oficial da persistência e da perenidade das práticas discriminatórias e da necessidade de sua eliminação”. As políticas de ações afirmativas que se efetivam por meio das cotas raciais representam uma estratégia de acesso dessa população que, embora sendo a maioria na nossa sociedade, vê-se sub-representada na educação superior.

Conforme Feres Júnior *et al* (2018), as ações afirmativas são políticas que destinam recursos para beneficiar pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, e têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, entre outros. Segundo Silvério (2002, p. 220), as ações afirmativas, buscam “minimizar os pesados custos sociais para populações que foram colonizadas, externa e internamente, em países hoje considerados multirraciais e ou multiétnicos, que procuram pautar-se pela construção e aprofundamento dos ideais democráticos”.

Nesse sentido, o ingresso do povo negro na educação superior vem acontecendo pouco a pouco, impulsionado pelas ações afirmativas que vêm alterando o perfil do novo alunado nessas instituições, onde era composto predominantemente por pessoas brancas. Sendo assim, esse crescimento comprova a necessidade da continuidade destas políticas para que haja uma diminuição, ou até mesmo a superação das desigualdades no acesso e permanência na educação superior, uma vez que essas políticas promovem diversidade, pluralidade e a democratização das universidades públicas. A implementação de políticas de ação afirmativa na modalidade cotas raciais é ainda recente na Pós-Graduação, começou a partir de 2016, sendo assim precisa-se de mais informações sobre como tem se dado a entrada de cotistas negros e negras em tais programas. Por se tratar de um assunto recente, existem poucas pesquisas que abordam essa temática.

A partir do exposto, surgiram as questões-problema desta pesquisa: Como as políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, via cotas raciais, nos programas de pós-graduação, tem alterado qualitativamente o perfil discente das instituições de ensino superior, bem como o conhecimento científico produzido nestes espaços acadêmicos? Em quais cursos se encontram discentes negros/as? Quais são os desafios que os/as mesmos/as têm enfrentado, uma vez estando nos programas de pós-graduação? Há distinção quando correlacionamos raça e gênero e analisamos a inserção de cotistas mulheres e homens negros nos cursos de pós-graduação nos dois Centros? Como os/as estudantes cotistas negros e negras da pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, do Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa percebem seu acesso e permanência nos programas de pós-graduação? Que tipo de saberes agenciam em suas travessias acadêmicas? Há temáticas e produtos do conhecimento relacionados a gênero e raça nas produções científicas e outras formas de produção do conhecimento dos/as estudantes negros/as cotistas?

Sendo assim, o Objetivo Geral desta pesquisa consistiu em Identificar e analisar a presença de estudantes negros/as cotistas na Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado, nos Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), ingressantes no ano de 2024, a partir de uma perspectiva interseccional.

E os Objetivos Específicos foram: Identificar em quais áreas a presença de cotistas negros/as se dá de modo efetivo e em quais áreas ainda há ausência da aplicabilidade da

política de cotas; Investigar os desafios enfrentados no que tange a sua permanência nos programas de pós-graduação (mestrado ou doutorado); analisar como os marcadores de raça e gênero interferem nas trajetórias dos/as discentes cotistas; Mapear as produções científicas e ou demais formas de produção de conhecimento agenciadas por cotistas negros/as nos Programas de Pós-Graduação e como essas produções se relacionam com as temáticas raciais e de gênero; Compreender como esses/as estudantes olham para as políticas de ações afirmativas na pós-graduação.

A justificativa para a realização dessa pesquisa, de modo pessoal, se dá pela minha história de vida, por ter nascido e crescido dentro da universidade. Também por meus pais priorizarem a educação, e nos ensinarem a importância e o valor desta para nós, pessoas negras como forma de transpor barreiras e ascender econômica e socialmente e pelo fato de eu ser uma mulher negra cotista que tem sua trajetória marcada pelo racismo e sexismo. No âmbito acadêmico essa pesquisa poderá contribuir com informações mais detalhadas a respeito da realidade dos/das estudantes cotistas, dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no ano de 2024, no que diz respeito ao acesso, permanência e produção de conhecimento.

Sendo estes dados muito importantes para que se possa compreender e aprimorar as políticas de ações afirmativas e inclusivas relacionadas a gênero e raça, e também pensar em ações estratégicas de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a Universidade Federal de Viçosa. Além de trazer amplitude e notoriedade às produções acadêmicas provenientes das investigações feitas pelos pós-graduandos(as) cotistas negros(as) dos centros da Universidade Federal de Viçosa (UFV), fortalecendo as epistemologias negras, dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. É importante demarcar que essa pesquisa tem sido construída a partir da perspectiva da interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

2 Referencial teórico

2.1 Raça, racismo e discriminação: marcas da desigualdade e exclusão social

Responsáveis pela construção de grande parte da cultura brasileira, os povos africanos desembarcaram no Brasil na condição de escravizados/as, vindos de duas regiões do continente africano: os bantos, da região de Moçambique, Congo e Angola e os sudaneses,

vindos da Nigéria, Guiné e Costa do Ouro. Vieram à força a um país desconhecido para trabalhar, sem remuneração, produzindo riquezas para o colonizador em troca da própria vida (Bento, 2022).

Ao chegarem aqui, foram desumanizados e classificados como inferiores, foram tirados de suas famílias, cultura, língua e de seus saberes, para que os colonizadores pudessem sustentar a ideia de que a raça negra (termo inventado pelos colonizadores) era inferior. De acordo com Mbembe (2014), a raça passa a ser utilizada em seres humanos quando os europeus decidem se diferenciar dos demais grupos. Essa divisão, demarcada a partir da concepção do colonizador, serviu para determinar quais supostamente são os seres inferiores e quais são os superiores, neste caso, a raça branca.

Sob essa perspectiva, a raça é utilizada como conceito para separar o negro da humanidade e o inferiorizar igualando-o à condição de animal. Munanga (2024), diz que “raça” enquanto realidade biológica não se sustenta mais, é inoperante, contudo, política e sociologicamente é significativa para compreendermos como negros e não negros são lidos na sociedade. Ainda, de acordo com Munanga (2024), o racismo é um fato que confere à “raça” sua realidade política e social. Se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, funcionando como uma categoria de exclusão nas sociedades.

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (Carneiro, 2023, p. 21)

De acordo com Kilomba (2019), a África é o único continente cuja população foi negociada, desmembrada, escravizada, coletivamente segregada da sociedade e privada de seus direitos. Para Nascimento (2016),

O papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (Nascimento, 2016, p.59).

Com o fim da escravização, o povo negro foi deixado à própria sorte, houve, no entanto, por parte do governo o incentivo à imigração do povo europeu para embranquecer o país, e promover uma seleção genética, pois considerava-se que a presença do sangue negro-

africano tornava a população brasileira feia e geneticamente inferior. O objetivo era tornar a população brasileira mais branca, e extinguir a cor preta. Esse pensamento era baseado na ideia de superioridade do branco europeu.

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o branco, que é considerado “a referência,” “o universal.” Tudo que se afasta dessa referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão e discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida (Bento, 2022, p.106).

O histórico da escravidão continuou afetando de forma negativa a vida, a trajetória e inserção social dos afrodescendentes em nosso país. Ademais, após a abolição, a sociedade não se posicionou contra o racismo, e sim, construiu-se práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros/as e a desigualdade racial entre negros/as e brancos (Gomes, 2005).

Não por acaso, o racismo aqui ainda é sistematicamente negado. Esse processo de negação é chamado por González (1988) de neurose cultural brasileira, argumentando que o racismo à brasileira seria o da denegação, caracterizado pela recusa da amefricanidade e pela prevalência das teorias da miscigenação. Esse tipo específico de racismo, altamente sofisticado, é também uma eficaz forma de alienação dos sujeitos.

Ademais, compreendido como uma corrente ideológica, o mito da democracia racial tem como objetivo escamotear as questões raciais, produzir o que é ilusório e negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil, afirmando a existência de uma situação de igualdade de oportunidades e de tratamento entre esses dois grupos. Na realidade, esse mito corroborou para negar a discriminação racial contra os negros/as, e perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial (Gomes, 2005).

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira (Munanga e Gomes, 2016, p.179).

Importante demarcar que a população negra sempre resistiu, podemos destacar, por exemplo, que os quilombos (comunidades formadas e organizadas por escravizados fugitivos) foram uma das primeiras formas de resistência e combate a escravidão. E foi na tentativa de alterar o quadro de abusos e violência contra o povo negro que emergiu o Movimento Negro. Esse movimento nasce também como forma de resistência à violência provocada pelo escravismo. Nesse sentido, o movimento negro pode ser compreendido como

um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos, de qualquer tempo, fundadas e promovidas pelos/as negros/as no Brasil como forma de libertação e de enfrentamento ao racismo (Santos, 1994).

Podemos inferir que, ao politizar a raça, o movimento social negro evidencia como a raça é construída no contexto das relações de poder, desafiando visões distorcidas e negativas sobre a história, cultura, práticas e conhecimentos negros. Também esclarece a suposta inferioridade racial imposta pelo racismo e, interpreta afirmativamente a raça como uma construção social, valorizando a identidade e a luta pela igualdade (Gomes, 2012). Depreende-se, pois, que a luta dos/as negros/as para resolver seus problemas na sociedade, engloba em particular, os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os/as marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Para o Movimento Negro, a “raça”, e a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas (Domingues, 2007, p. 102). A raça é um fator estrutural e estruturante e a partir daí podemos compreender a complexidade do quadro de discriminação e desigualdades no Brasil, passando a ocupar espaço nas análises sociológicas e entre os formuladores de políticas públicas. Carneiro (2002, p. 7) argumenta que “os dados da desigualdade racial conferem autoridade às denúncias dos movimentos negros contemporâneos sobre as diferenças de direitos e oportunidades existentes em nossa sociedade em prejuízo da população negra”. A trajetória do/a negro/a no Brasil atravessou e ainda atravessa um processo de exclusão econômica, educacional e social, que reflete na dificuldade de sua inserção aos espaços de poder, nas decisões políticas e nos campos de construção do saber.

Nos anos de 1970, o movimento negro repensou sua bandeira de luta passando a pauta do preconceito racial para a discriminação racial, sendo essa última, o principal alvo da mobilização negra. Desse modo, se fez entender que a pobreza da população negra estava ligada às desigualdades de tratamento e oportunidades de cunho racial. Em 1978, foi fundado, através da união de diversas organizações políticas e culturais negras, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, tendo como principais bandeiras de luta o acesso à educação e ao trabalho (Guimarães, 2003).¹

¹ Cabe ressaltar que iniciativas do movimento negro para e pela inserção da população negra na sociedade já existem desde 1930, com a Frente Negra Brasileira, e em 1944, com o Teatro Experimental do Negro, movido por Abdias do Nascimento.

Com o objetivo de superar a negação de direitos, de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social (Gomes, 2017, p. 24).

A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (Gomes, 2012, p.735).

Uma vez que a discriminação racial cria barreiras e impedimentos ao desenvolvimento econômico e social do país, servindo como uma ferramenta de manutenção para um sistema que promove privilégios para as pessoas brancas excluindo os não brancos, criando uma grande desvantagem social. “Os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro/a o acesso na participação e na ascensão econômica”. (Munanga, 2024, p. 18). No começo da década de 1990, somente 2,2% dos jovens negros de 18 a 24 anos frequentavam um curso universitário, número que demonstrava as marcas de uma sociedade onde o acesso à educação superior era um privilégio das pessoas brancas (Henriques, 2001).

A desigualdade racial no Brasil tem caráter estrutural, condição na qual um conjunto de práticas institucionais, sociais e individuais criam o entendimento de que a marginalização dos negros/as e os privilégios dos brancos são normais. Para Gomes (2004), a naturalização das desigualdades raciais leva a sociedade a entender como “natural” a ausência dos negros nas ocupações de maior prestígio social, não vê-los ocupando espaços nos ambientes educacionais, entre outros; achamos normal que os negros se encontrem nas posições mais baixas da hierarquia social

Estruturada historicamente, essa desigualdade é consequência da falta de políticas públicas após o período de escravidão, que tivesse o propósito de inseri-los nas escolas, universidades e no mercado de trabalho e também da interiorização de preconceitos direcionados à população negra no inconsciente da sociedade.

Quadro 1- Proporção de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino médio por raça/cor no Brasil (em %)

Ano	Branca	Preta	Parda
2013	62	44	46
2014	65	48	48
2015	66	40	47
2016	67	49	51
2017	68	49	52
2018	73	53	57
2019	74	57	59
2020	78	59	62
2021	74	63	58
2022	76	62	63
2023	78	68	66

Fonte:IBGE/Pnad Contínua 2013-2023

Nesse quadro podemos perceber o quanto a desigualdade étnico-racial atravessa o sistema educacional no Brasil já na educação básica. Ao analisarmos os dados do quadro acima, observamos quase uma década de atraso, entre os estudantes brancos e negros que concluíram o ensino médio. Pois a porcentagem de estudantes brancos que concluíram o ensino médio em 2013 foi de (62%), nota-se aqui a desigualdade educacional entre negros e brancos, uma vez que esse mesmo percentual só é observado para os estudantes negros/as que concluíram o ensino médio em 2022 (62%) e não é diferente para os estudantes pardos.

As diferenças na escolarização de brancos e negros/as é um dos fatores mais evidentes da desigualdade étnico-racial, pois a educação, compreendida como “o processo integral de formação humana, (...) contribui para que os obstáculos sejam transpostos” (Rodrigues, 2001, p. 232). Assim, é preciso pensar em políticas públicas cuja finalidade seja a de reconhecer que o racismo organiza as arbitrariedades no Brasil e, por essa razão, é preciso reparação das desigualdades, com a implementação de projetos que tenham a finalidade de incluir aqueles/as que estão de fora, os/as excluídos/as da sociedade. Ao pensar em políticas de desenvolvimento para um país como o Brasil, marcado por séculos de escravidão, é necessário colocar as desigualdades raciais no ponto central da discussão (Santos, 2014).

Diante do exposto, refletimos, com base em pesquisadores/as sobre a importância das ações afirmativas para a população negra, que desde sempre foi marginalizada e subalternizada, colocada à margem da sociedade, tendo o racismo como protagonista.

2.2 Políticas de Ações Afirmativas: caminhos para reparação das desigualdades raciais no Brasil

O racismo nega acesso a direitos sociais básicos à população negra, e assegura privilégios para os grupos dominantes à custa de privação e exclusão dos demais. Diante desse cenário, “o resultado das práticas racistas de seleção social é o acesso preferencial dos brancos às posições de classe que comportam maior remuneração, prestígio e autoridade”. (Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p.100). E as teorias racistas produzem ainda hoje efeitos sociais visíveis, na educação, economia e no acesso ao trabalho. Por isso, não se pode negar a existência de preconceito racial no Brasil, que produz várias formas de exclusão. Sendo assim, a discriminação e o preconceito racial podem ser combatidos de duas formas: pela legislação penal e por meio da promoção de igualdades de oportunidades ou ações afirmativas. (Munanga e Gomes, 2016, p.184).

De acordo com Moehlecke (2004), a questão racial entrou na agenda política nacional somente nos anos 2000, quando as políticas de ação afirmativa direcionadas à população negra propagaram-se pelo país. Nesse sentido, destaca-se o programa de combate ao racismo apresentado pelo Governo Federal na Conferência Internacional Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizado em Durban, na África do Sul, em 2001. De acordo com Freitas (2022, p.55), “os movimentos sociais negros foram responsáveis por emergir as ações afirmativas como uma demanda e um problema político e público para a sociedade brasileira”. Sendo assim, nesta conferência o Brasil foi forçado a reconhecer internacionalmente a existência de desigualdade racial provocada pelo racismo e discriminação contra a população negra, e, ao mesmo tempo, assumir o compromisso de adotar políticas específicas para o combatê-los (Guimarães, 2003).

Em 2005, o Governo Federal implantou nacionalmente o Programa Universidade para Todos (PROUNI), dirigido aos estudantes de baixa renda, reservando uma parte das vagas a negros/as pardos/as e indígenas; e, em 2013, foi implantada nacionalmente a reserva de vagas nas instituições públicas federais de ensino superior, por meio da Lei n 12.711/2012, também conhecida como lei de cotas.

Segundo Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) as ações afirmativas se fazem diferentes das políticas antidiscriminatórias puramente punitivas por atuar em favor de coletividades discriminadas e indivíduos que potencialmente são discriminados, podendo ser

entendida tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos.

De acordo com Gomes (2022), as políticas de ações afirmativas provocam uma redefinição das leituras sobre o lugar do racismo na organização da sociedade brasileira, que historicamente negou sua condição étnica e racial, marginalizando de todas as formas a população negra. Souza (2021), afirma que o racismo comanda todo o processo de dominação social e política brasileira como nenhuma outra variável. As formas e os estereótipos do racismo assumem o comando de todo o processo de humilhação, subordinação e exclusão dos/as negros/as da sociedade em nosso país.

O racismo, como articulação ideológica incorporada, é realizado através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. O racismo, torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas. (Gonzalez, 2020, p.34).

As discussões sobre essas políticas dizem muito sobre o enraizamento e a perversidade do racismo. De acordo com Munanga (2016), “o objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes”. É por esses fatores que a inserção de políticas de ações afirmativas na sociedade tem sido de grande importância para os negros, permitindo reparações históricas e promovendo o acesso aos aparatos sociais, como direito à educação de qualidade e ascensão socioeconômica, causando impactos positivos e refletindo sobre os marcadores sociais.

A educação [...], direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e negras brasileiros. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país. (Gomes, 2017, p.24).

A educação promove mudanças nas estruturas sociais, resultando em processos de mobilidade social. Assim, as cotas como política pública desempenham um papel importante no enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. Sendo assim, as políticas de ações afirmativas no campo educacional têm por objetivo, constituir-se como um dispositivo que atue diretamente na promoção de oportunidades de acesso dos diversos grupos étnico-raciais não somente ao Ensino Superior, mas também ao mercado de trabalho (Moehlecke, 2002).

A universalização do acesso à educação no Brasil por meio de políticas de ações afirmativas contribui para aumentar a presença de estudantes, negros/as, indígenas entre

outros grupos, garantindo oportunidades para essa população que enfrenta obstáculos no acesso à educação. A partir das ações afirmativas desenhou-se um outro perfil de juventude negra que se afirma por meio da estética e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais (Gomes, 2017). A promoção da equidade no sistema educacional do país é fundamental para a ampliação da representatividade desses grupos.

Ademais, as ações afirmativas surgem da necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada frente à sua vulnerabilidade. As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático que é assegurar a diversidade e a pluralidade social (Piovesan; 2005).

As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade (Munanga e Gomes, 2016, p.186).

Dessa forma as políticas afirmativas na educação superior surgem no contexto de minimizar os efeitos da exclusão social dos grupos sub-representados na sociedade. Estas contribuem para o desenvolvimento humano, melhorias educacionais, qualidade de vida e ascensão social (Albuquerque, 2022).

Quadro 2 - Percentual da população com 25 anos ou mais com nível superior completo por cor/raça no Brasil

ANO	BRANCO	PARDO	PRETO
2000	9,9%	2,4%	2,1%
2010	16,6%	5,7%	5,2%
2022	25,8%	12,3%	11,7%

Fonte: Censo demográfico 2022 (IBGE)

De acordo com o quadro, é possível identificar que a proporção de pretos/as e pardos/as com nível superior aumentou de 2000 a 2022 de modo significativo, de acordo com os dados fornecidos pelo censo demográfico (IBGE, 2022). A lei de cotas, sancionada durante o governo Dilma Rousseff², em 2012, e reformulada em 2023 pode ser considerada

² Dilma Vana Rousseff - foi a 36ª Presidenta do Brasil tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de *impeachment* em 2016.

um dos fatores que estão contribuindo para o ingresso de pessoas pretas e pardas no ensino superior nos últimos anos.

De acordo com Guimarães e Zelaya (2021), a política de cotas possibilitou o aumento no acesso de estudantes pretos e pardos ao ensino superior, a ampliação das oportunidades de escolarização e inserção social da população negra, além de maior representatividade dessa parcela da sociedade brasileira nas universidades públicas.

Quadro 3 - Percentual de discentes matriculados/as por raça/cor nos programas de pós-graduação (2017-2022)

Raça/cor	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Branca	39.672	45.015	44.341	38.629	42.006	38.143
Parda	12.021	15.037	15.895	14.285	16.757	16.519
Preta	3.194	4.354	5.048	4.658	6.238	6.375

Fonte: Plataforma Sucupira (2024).

Na pós-graduação, a situação não é diferente, analisando o quadro acima, nota-se um número ainda muito pequeno de pessoas negras, sobretudo pretas nos programas de pós-graduação no país. Observa-se também que no ano de 2020 uma queda nos percentuais em todas as raças, que pode ser decorrente da pandemia do COVID-19. Apesar dos avanços, as desigualdades étnico-raciais ainda persistem no campo educacional.

As discussões para a construção Política de Ações Afirmativas para a democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior públicas, partiram dos movimentos sociais representado pelo movimento negro, que denunciava a ausência de representatividade de uma parcela da população na educação superior, causada pela discriminação e marginalização vivida pelo/a negro/a no decorrer da história do país. Na perspectiva de Moehleck (2009), as ações afirmativas têm caráter compensatório e reparatório, com destaque para o ensino superior e mercado de trabalho, marcados pela desigualdade social.

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas são elementos fundamentais da política educacional, uma vez que surgem das demandas por direitos humanos, principalmente no que diz respeito à inclusão educacional. Sabe-se, que o acesso à educação em todos os níveis, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, é entendida como um aspecto primordial para o exercício da cidadania, uma vez que desempenham um papel fundamental na formação dos indivíduos e no progresso da sociedade (Santos; Freire, 2022).

Daí a justificativa de uma política preferencial, no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. É nesse contexto que colocamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência das cotas, que, pela experiência de outros países, afirmou-se como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerado como um dos aspectos não menos importante de desigualdade racial (Munanga, 2003, p.119).

Sendo assim, a universidade brasileira, é um espaço essencial para se pensar nos desdobramentos das ações afirmativas enquanto política de combate ao racismo. As cotas, principal modalidade de ação afirmativa no país, promoveram nas instituições de ensino superior uma verdadeira revolução (Gomes, 2022). Por meio das cotas efetivou-se a diversidade e o aumento da representatividade de grupos sub-representados nas instituições de ensino superior, levando a um aumento significativo do público negro em universidades federais devido às políticas de ações afirmativas voltadas para as cotas raciais (Ferreira, 2017, 2020).

Gomes (2022), salienta que “com as ações afirmativas, e com as cotas, particularmente, está colocada a possibilidade de se ter interpretações e experiências mais diversas no interior das instituições universitárias”. Gomes (2010), afirma ainda que a inserção dos sujeitos negros no campo da pesquisa científica e da produção de conhecimento não apenas como objetos de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento. Faz parte da história das lutas sociais a favor do direito à educação e ao conhecimento, assim como da luta pelo enfrentamento ao racismo, uma vez que produz um conhecimento que tem por objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões.

Corroborando, Kilomba (2019, p.50) ressalta que:

O centro acadêmico não é um local neutro, ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancos/as* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o

“Outras/os” inferior, colocando negras/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco*. (Kilomba, 2019, p. 50).

Ademais, de acordo com Albuquerque (2022), as cotas são instrumentos que permitem o acesso à formação de alto nível de sujeitos com a marca da diferença, como negros/as, quilombolas, indígenas, pessoa com deficiência, considerando o processo de exclusão histórica desses sujeitos nos espaços acadêmicos. Esse instrumento é importante para que estes/as enquanto sujeitos detentores de direito possuam acesso à educação, e sejam participantes das produções acadêmicas.

Sendo assim as cotas são um marco na democratização da educação e um dos únicos instrumentos de contraposição do racismo que conseguiu modificar o perfil dos/as alunos/as das universidades e instituições federais, colocando pessoas negras em universidades de ponta, e proporcionando mudanças significativas para o futuro na composição da elite econômica e intelectual brasileira (Theodoro, 2022).

Na Perspectiva de Santos e Almeida (2008), o processo de democratização da universidade busca enfrentar um histórico de exclusão de grupos sociais e seus saberes. O cenário de desigualdades sociais e econômicas na sociedade brasileira precisava de políticas com o intuito de redistribuição do saber e que incluíssem grupos minoritários ao se utilizar do princípio de justiça com equidade nas políticas de ações afirmativas. Nesse processo se estabeleceram novas demandas que não estão contempladas apenas no ingresso à universidade, mas que precisam estar interligadas às políticas de permanência na educação superior. O fato da chegada nas universidades dos estudantes negros/as não só concretiza fisicamente os corpos negros e a diversidade ético-racial como revela a complexidade das relações raciais no Brasil, tensionando a cultura acadêmica e abrindo espaço para a disputa por um modo de produzir conhecimento mais democrático (Gomes, 2022).

Ademais, as instituições de educação superior que adotaram as ações afirmativas, precisam aprender a lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, diferentes do tipo ideal de aluno universitário idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, dentre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, contudo sempre com grande dificuldade de serem considerados legítimos (Gomes, 2011).

No que concerne à educação superior, cabe destacar que as ações afirmativas não buscam apenas reparar os erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio de povos indígenas e negros, de tentativas de extinção de suas visões, crenças, atitudes e conhecimentos. Mas, reconhecer que muitos deles não foram extintos e precisam ser valorizados e reconhecidos, não como exóticos, mas como imprescindíveis para o fortalecimento político desses grupos, também político e acadêmico da universidade (Gonçalves; Silva, 2003).

No que diz respeito à reparação histórica, entende-se que, para além disso, essas políticas públicas buscam diminuir as desigualdades sofridas no presente, visto que o racismo se manifesta, direta e indiretamente, atualmente, e essas desigualdades não são apenas resultados do que ocorreu no passado com a escravização do povo negro. As cotas raciais devem ser entendidas como necessárias nesse sentido, compreendendo que, ainda no século XXI, a raça é um fator determinante na vida das pessoas, em especial, quanto à posição social que ocupam (Frias, 2012). As ações afirmativas são mecanismos que contribuem para a descolonização do saber e, conseqüentemente, possibilitam mudanças nas relações de poder, ao acesso à educação superior e a formação de alto nível, auxiliando os sujeitos de grupos sub-representados no processo de descolonização do saber-poder (Albuquerque, 2022).

2.3 Políticas de Cotas Raciais na Pós-Graduação

A pós-graduação, surge ligada ao desenvolvimento do país, e a formação de alto nível, com o objetivo de construir conhecimentos que impactem no crescimento do Brasil, seja educacional, social, econômico, cultural. Nesse sentido, é preciso fazer com que grupos que estão sub-representados tenham acesso a essa formação, já que o sistema de ensino tem contribuído para perpetuação de hierarquias com um discurso de neutralidade (Albuquerque, 2022). Ademais, de acordo com Morosini (2009), a pós-graduação no Brasil emerge ligada à ideia de desenvolvimento a partir da década de 1960 e 1970, com o objetivo de desenvolver o sistema de ciência e tecnologia do nosso país, o acesso à formação de alto nível está atrelado ao mérito, que não leva em consideração as desigualdades sociais.

Sendo assim, na sociedade, as desigualdades educacionais terminam em distribuição desigual de acesso ao poder, aos lugares de prestígio social e a melhores salários. O espaço social é um campo de forças, que atravessam a educação superior, em relação ao campo científico e acadêmico. Sendo assim, para combater as desigualdades educacionais, busca-se o enfrentamento por meio da expansão do acesso à educação superior, e também o acesso de

minorias à pós-graduação, considerando que os cursos de mestrado e doutorado são produtores de fomento de pesquisas de alto impacto na sociedade (Albuquerque, 2022).

As ações afirmativas na pós-graduação buscam enfrentar a injustiça social com raízes na área socioeconômica, como nos padrões culturais de representação, utilizando o conceito de justiça social numa perspectiva bidimensional de reivindicação redistributiva e de reconhecimento, admitindo quem são os sujeitos que integram as minorias e redistribuindo o acesso ao conhecimento (Fraser, 2007).

Em 1999, a primeira parte da proposta de cotas apresentada à Universidade de Brasília (UnB) já apontava que, para estudantes negros, a pós-graduação era de mais difícil acesso do que a graduação, apresentando dados sobre o baixo número de docentes negros em universidades públicas, como a Universidade de São Paulo (USP) e a própria UnB. Pode-se perceber que, desde o final da década de 1990 já havia um debate inicial sobre a inclusão no acesso à pós-graduação (Venturini e Feres Jr., 2020).

Sendo assim, a criação de ações afirmativas em cursos de pós-graduação foi estimulada pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e pela Fundação Ford (FF) por meio de duas iniciativas: o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, também conhecido como International Fellowship Program (IFP), criado em 2001; e o Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil, criado em 2003. Sendo ambos considerados as primeiras iniciativas de inclusão de candidatos pertencentes a grupos sub-representados na pós-graduação (Rosemberg, 2013; Santos, 2010; Unbehaum; Leão; Carvalho, 2014).

Segundo Carvalho (2006), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) foi a primeira instituição de ensino superior pública a estabelecer, em 2002, uma política de ação afirmativa voltada para a entrada de negros e indígenas em cursos de pós-graduação. Algumas políticas advêm de decisões dos programas, já outras foram criadas por determinação de leis estaduais. Mas, a divulgação considerável desse tipo de política nos últimos anos decorre do fato de que muitas universidades aprovaram resoluções em seus conselhos universitários determinando que todos os programas de pós-graduação criassem ações afirmativas em seus processos de seleção (Venturini, 2019).

O Ministério da Educação (MEC), através da Portaria nº 13, de 11 de maio de 2016, dispõe sobre a adoção da reserva de vagas na pós-graduação. A instituição se vale do Estatuto

da Igualdade Racial, a Lei nº 12.711, de 2012 e a Lei nº 12.990, de 2014, que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para negros, para adoção de cotas na pós-graduação para negros, indígenas e pessoas com deficiência (Abuquerque 2022). Na Universidade Federal de Viçosa, lugar onde acontece essa pesquisa, as políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação foram implementadas em 21 de dezembro de 2018 pela Resolução nº 10/2018, essa Resolução foi revogada pela Resolução 08/2019 de 21 de março de 2019:

RESOLUÇÃO Nº 08/2019 O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, órgão máximo de deliberação no plano didático-científico da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo nº 18-011156, resolve 1. aprovar a Política de Ações Afirmativas da UFV, que passa a fazer parte integrante desta Resolução; 2. revogar a Resolução nº 19/2018/CEPE, de 21 de dezembro de 2018.

Art. 1º. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) adotará a Política de Ação Afirmativa para inclusão nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu, de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência.

Em 08 de fevereiro de 2022 a Resolução 08/2019 é revogada pela Resolução 04/2022 que inclui o sistema de heteroidentificação de critérios fenotípicos. As bancas de heteroidentificação observam as características fenotípicas: cor da pele, traços físicos e cabelo, não como forma de julgar os corpos e sim de acolher aqueles que estão normatizados pelo racismo (Braga, 2020).

04/22 – 08.02.22 – Institui o procedimento de heteroidentificação de critérios fenotípicos de pretos e pardos e a verificação de documentos comprobatórios de indígenas, para fins de matrícula em vagas reservadas dos cursos técnicos, de ensino médio, de graduação e de pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal de Viçosa.

Mais recentemente, um avanço para efetivação das ações afirmativas na pós-graduação foi obtido com a atualização da lei de cotas que prevê a adoção de ações afirmativas na pós-graduação, nas instituições federais, como é possível observar no Art. 7º-B da lei 14.723 de 13 de novembro de 2023:

Art. 7º-B. As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação stricto sensu (Brasil, 2023d).

Segundo Venturini (2019), identificou-se que nas universidades públicas, as discussões a respeito da criação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação aconteceram em quatro principais níveis. O primeiro refere-se a discussões em comissões criadas principalmente para debater a questão, o segundo diz respeito a debates e audiências

públicas, para ouvir a opinião de especialistas na temática, movimentos sociais e docentes, o terceiro abrange a discussão no nível de colegiado do programa de pós-graduação e o quarto diz respeito à discussão nas instâncias decisórias máximas das universidades, e principalmente câmaras de pós-graduação e conselhos universitários.

De acordo com Venturini e Penido (2022), entre os programas de pós-graduação com políticas afirmativas, foi possível encontrar quatro modalidades de ação afirmativa: cotas, cotas + vagas suplementares, vagas suplementares, cotas + bônus. Através de verificação de documentos e informações concedidas pelas universidades e programas de pós-graduação que adotaram ações afirmativas, foi possível constatar diversos argumentos usados para justificar essas medidas (Venturini, 2019). Esses argumentos se ajustam às principais categorias de justificação identificadas pela literatura, nas quais se destacam: justiça social, reparação e diversidade (Feres Júnior, 2006; Silva, 2006). É nesse sentido que as políticas afirmativas na pós-graduação, buscam a aplicação do conceito de justiça com equidade na formação de alto nível, como elemento redistributivo, e destaca a importância de as instituições agirem como fontes de promoção e redistribuição do conhecimento.

Gomes (2005, p. 45) ressalta que “a Pós-graduação possui uma dimensão do saber científico e da produção do conhecimento” e, por ser um locus diferenciado, se faz ainda mais necessária a promoção da igualdade social e racial via políticas de ações afirmativas. Ademais, a adoção de cotas nas universidades promove muitas mudanças sociais, tanto para os sujeitos quanto para suas famílias e se caracteriza como um fator de melhoria nas condições de mobilidade social.

3- Caminhos Metodológicos

Para alcançar os objetivos anteriormente enunciados, a metodologia de pesquisa se desenvolveu utilizando a abordagem qualitativa, com o intuito de compreender como tem se dado as presenças e agências negras em programas de Pós-Graduação na UFV. A pesquisa qualitativa:

Se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo dos significados, dos motivos, aspirações, crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2009, p. 21)

Nesta pesquisa de mestrado, interessaram as informações referentes a estudantes cotistas negros e negras que ingressaram nos programas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa no ano de 2024, dos Centros de Ciências Agrárias (CCA) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB). Em um primeiro momento realizou-se um questionário cujo intuito foi mapear e identificar quem são os/as estudantes cotistas dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa - MG.

Obtivemos um total de 76 respondentes, de posse dessas respostas fizemos uma filtragem, pois tinha estudantes que não se enquadram no nosso recorte de pesquisa, posto que o nosso objetivo era encontrar estudantes negros/as que ingressaram por meio das ações afirmativas, modalidade cotas raciais, no ano de 2024 no CCA e CCB da Universidade Federal de Viçosa, como mencionado anteriormente. Esse questionário nos possibilitou encontrar seis possíveis participantes, sendo quatro do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), todas do sexo feminino e dois do Centro de Ciências Agrárias (CCA) uma do sexo feminino e um do sexo masculino. Entramos em contato via e-mail com os seis possíveis participantes, porém, três não deram retorno, e três aceitaram participar da entrevista.

Com o objetivo de encontrar mais discentes cotistas para participar da pesquisa, foi feito contato com as coordenações de pós-graduação, solicitando as listas com os nomes dos/as estudantes que ingressaram por cotas raciais no ano de 2024 e também aqueles que se inscreveram nesta modalidade, no entanto, apenas algumas secretarias nos responderam. Conseguimos a lista disponibilizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), com 61 possíveis participantes. De posse da lista da DTI, depois de fazer a filtragem, conseguimos mais doze discentes que se enquadram no nosso recorte de pesquisa, sendo oito do CCB e quatro do CCA.

Entramos em contato com os discentes por e-mail convidando para participar da nossa entrevista, um dos estudantes alegou que se inscreveu por cota racial, mas pela sua nota foi remanejado para as vagas destinadas para a ampla concorrência, porém ele consta como cotista pelos dados que recebemos da secretaria de pós-graduação, mas não aceitou participar. Entre os onze estudantes restantes, quatro aceitaram participar, duas do CCB e duas do CCA, os demais não deram retorno. Os discentes do sexo masculino que nós entramos em contato, nenhum se dispôs a participar da pesquisa, alegando não ter disponibilidade.

Para o diálogo com as/os estudantes utilizou-se das entrevistas enquanto caminho para escuta das narrativas. Uma vez que, a entrevista é um instrumento que permite acessar experiências, crenças e significados profundos dos indivíduos. Ela vai além dos dados numéricos e da fala por captar as subjetividades, permitindo observar expressões do corpo e o tom da voz do entrevistado/a, fatores que contribuem e enriquecem a análise.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (Marconi e Lakatos, 2011, p. 80).

Para as entrevistas foi utilizado um roteiro³ com questões que versam sobre a vida acadêmica e pessoal dos(as) cotistas. Assim, na primeira parte do roteiro das entrevistas, tais informações são abordadas: estado civil, local de residência, rotina, saúde física e mental, lazer e participação em movimentos sociais. Já a segunda parte da entrevista traz questões relacionadas com sua trajetória como estudante e as experiências nos programas de pós-graduação: se é o primeiro(a) da família a ingressar na pós-graduação, como foi a sua recepção na UFV, tipo de pesquisa que desenvolve, se participa de grupo de estudo ou pesquisa em questões de gênero e raça e as vivências com o racismo, discriminação racial ou de gênero.

Para a análise e interpretação dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, e por meio de narrativas foram analisadas as trajetórias, conquistas e desafios no espaço acadêmico, discutindo assim, as questões que perpassam o acesso e permanência das estudantes que ingressaram por meio de cotas raciais na UFV.

De acordo com Bardin, análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p.48).

Ademais, essa pesquisa tem como lente teórica e interpretativa a interseccionalidade como ponto de chegada e partida, atentando para os marcadores da diferença que junto a dimensão de raça, desnudam modos distintos de vivências para homens e mulheres negras nos Programas de Pós- Graduação.

³ O roteiro de entrevista utilizado nesta pesquisa encontra-se no Apêndice B.

No total foram realizadas sete entrevistas, todas via plataforma Google Meet. As entrevistas tiveram duração em média de 1h30 minutos. Algumas interlocutoras tinham mais familiaridade com essa temática, com isso conseguiam refletir mais criticamente sobre o assunto trazendo mais apontamentos sobre a questão. Outras já não tinham tanta proximidade com as questões étnico-raciais. Nesse sentido, a maioria das interlocutoras eram bem diretas e objetivas ao dar suas respostas. Uma das interlocutoras estava mais fragilizada emocionalmente, uma vez que ela havia sido desligada do programa de pós-graduação por não ter alcançado o coeficiente exigido pelo programa.

Para manter o anonimato das participantes optamos por identificá-las com nomes de mulheres pesquisadoras negras, conforme o quadro 4, são elas: Enedina Alves, Luiza Bairros, Katemari Rosa, Jaqueline Goes de Jesus, Simone Maia Evaristo, Sônia Guimarães, Anita Canavarro.

Quadro 4- Pesquisadoras Negras

Nome fictício	Gênero	Centro
Enedina Alves	Feminino	CCB
Luiza bairros	Feminino	CCB
Katemari Rosa	Feminino	CCA
Jaqueline Goes de Jesus	Feminino	CCB
Simone Maria Evaristo	Feminino	CCB
Sônia Guimarães	Feminino	CCA
Anita Canavarro	Feminino	CCA

Fonte: Autoria própria.

Enedina Alves

Enedina (figura 2) graduou-se em Engenharia Civil no ano de 1945 aos 32 anos, tornando-se a primeira engenheira do Paraná e a primeira engenheira negra do Brasil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1945, participou da construção da Usina Capivari-Cachoeira, um de seus maiores feitos, e colaborou com o Plano Hidrelétrico do estado. Também foi uma das responsáveis pela construção do Colégio Estadual do Paraná e da Casa do Estudante Universitário de Curitiba.

Figura 2: Enedina Alves



Fonte: Google imagens.

Luiza Bairros

Formada em administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Sociologia pela Universidade de Michigan. Foi ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (2011-2015), liderança do Movimento Negro Unificado, do movimento de mulheres negras e latino-americanas. Sua produção intelectual é dedicada ao exame da relação entre trabalho, desigualdades e raça e à análise do padrão do ativismo antirracista brasileiro. Sua trajetória também inclui a luta por cidadania na passagem do século XX para o XXI no cone Sul das Américas, organizou vários livros e escreveu diversos artigos sobre racismo, sexismo e o negro no mercado de trabalho. Um de seus mais famosos artigos é “Nossos feminismos revisitados”, de 1995 (figura 3).

Figura 3: Luiza Bairros



Fonte: Google imagens.

Katemari Rosa

É uma física brasileira, professora do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia e secretária de assuntos educacionais da Sociedade Brasileira de Física. Sua pesquisa se concentra em questões interseccionais de gênero e etnia na física e na educação física. Ela criou a disciplina “Descolonização de Saberes: a contribuição da ciência dos povos africanos e afrodiaspóricos”. Sua tese de doutorado, defendida nos EUA, é sobre mulheres negras na física (figura 4).

Figura 4: Katemari Rosa



Fonte: Google imagens.

Jaqueline Goes de Jesus

É biomédica que coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento do genoma do vírus SARS-CoV-2 em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil e também fez parte da equipe liderada por pesquisadores ingleses que sequenciou o genoma do vírus Zika (figura 5).

Figura 5: Jacqueline Goes de Jesus



Fonte: Google imagens.

Simone Maia Evaristo

Bióloga especialista em Citologia Clínica, mestre pela UNIRIO e Citotecnologista no INCA. Presidenta da Associação Nacional de Citotecnologia, liderou a inclusão da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações e integra a Academia Internacional de Citologia. Coordena redes de cooperação em países lusófonos e defende a equidade de gênero e raça na ciência. Sua carreira une excelência acadêmica e luta pela visibilidade de mulheres e negros na pesquisa (figura 6).

Figura 6: Simone Maia Evaristo



Fonte: Google imagens.

Sônia Guimarães

Sônia Guimarães é uma física, pesquisadora e professora universitária brasileira. Professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), foi a primeira mulher negra brasileira doutora em Física e primeira mulher negra brasileira a lecionar no ITA, tendo ingressado em 1993, quando a instituição ainda não aceitava mulheres como estudantes. Em maio de 2023, Sonia recebeu a Medalha Santos Dumont de Honra ao Mérito como uma celebração dos seus 30 anos de atuação no ITA. Em novembro de 2023, foi eleita uma das 100 pessoas mais inovadoras da América Latina pela Bloomberg Línea. Mantenedora da Faculdade Zumbi dos Palmares, Guimarães trabalha com projetos que envolvem estudantes de áreas carentes e marginalizadas e em projetos feministas, que visem à maior inclusão de mulheres e negros no ambiente acadêmico a fim de reduzir a disparidade racial e de gênero na pesquisa brasileira (figura 7).

Figura 7: Sônia Guimarães



Fonte: Google imagens.

Anita Canavarro

Anita Canavarro Benite é licenciada e bacharel em Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua área de atuação é a química bioinorgânica medicinal, é mestra e doutora em Ciências. Também coordena o Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão -LPEQI da UFG. Em 2009, implantou o Coletivo CIATA - Grupo de Estudos sobre Descolonização do Currículo de Ciências. É também ativista do grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado e assessora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Atua na área de ensino de química, com foco em ações afirmativas sobre a questão. Ativista do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado e coordenadora do Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão, Anita sempre destaca o poder do estudo para a promoção e mobilidade social na vida de pessoas negras e pobres (figura 8).

Figura 8: Anita Canavarro



Fonte: Google imagens.

4. Quem fala e de onde fala: uma breve caracterização das entrevistadas

Nesta seção será feita uma breve apresentação das estudantes cotistas negras que foram entrevistadas para nossa pesquisa.

Enedina Alves- Ecologia: Centro de Ciências Biológicas e da saúde

Natural de Viçosa-MG, se formou em 2020 na graduação na UFV onde também fez o mestrado, Enedina, está fazendo doutorado no programa de pós-graduação em Ecologia na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Encontra-se no segundo ano do doutorado, e ingressou no primeiro semestre de 2024. Ela conta que mudou de programa, no mestrado fez na Biologia Animal, e o doutorado está fazendo na Ecologia. Passou na primeira tentativa. Tanto no mestrado quanto no doutorado e também é a primeira da família na pós-graduação. Mora com o pai, a mãe, a irmã e o irmão. As tarefas domésticas são divididas entre os membros da família. Ela é adepta da religião católica e não possui filhos. A família tem um mercado embaixo da casa onde moram, ela trabalha lá durante um período do dia, normalmente das 10:00 às 12:00. Como lazer, ela pratica Muay Thai e musculação, também gosta de ir nas festas que acontecem em Viçosa, ir ao cinema, assistir séries e filmes, quando tem tempo livre. Enedina Alves nunca participou de movimentos sociais. “*Não, nunca participei de nenhum, não, não*” (Enedina Alves, 2025)

Luiza Bairros - Bioquímica e Biotecnologia: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Luiza Bairros é da cidade de Ubá-MG, mas atualmente reside em Viçosa-MG. Está fazendo doutorado em Bioquímica e Biotecnologia na (UFV). Sua formação é em Química, ela é licenciada pela UEMG, Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), do campus de Ubá-MG. Se formou em 2021, e menos de um mês depois, já havia passado no mestrado aqui na UFV, é a primeira da família a ingressar na pós-graduação. Fez seu mestrado em Agroquímica, com conhecimento em Química Analítica. E, no final de 2023, passou na prova de doutorado e voltou para Viçosa em 2024 para fazer o doutorado. É católica e não tem filhos. Ela também conta um pouco da sua vida, dos empregos que já teve, foi babá, e doméstica. Teve época que trabalhava em três lugares ao mesmo tempo e ainda fazia graduação e era estagiária de laboratório e PIBID. “Eu não sei como que eu dei conta. Então, assim, estar onde eu estou, desistir não é uma opção. Nem pode ser. Então, eu tenho que aguentar, sabe?” (Luiza Bairros, 2025).

Luiza Bairos, também nos relata que aqui na UFV, nunca participou de movimentos sociais, mas quando estava na graduação na UEMG, sim, participou de um grupo chamado NERA, Núcleo de Reafirmação Afrodescendente, participou da criação desse grupo juntamente com os amigos da faculdade depois de uma situação de racismo que ocorreu dentro da universidade. Luiza Bairos relata que foi levantada a questão sobre privilégios que estavam acontecendo na internet na época. Foram convidadas pessoas da faculdade, professores e alunos para participarem de uma dinâmica sobre quem tem privilégios: *“E aí uma aluna do design chamou a professora branca. E ela era uma aluna negra, amiga dessa professora. Então chamou ela para poder participar junto com outras pessoas. Então chamaram outras pessoas brancas, outros alunos, outros professores, professoras negras e outros alunos negros também”* (Luiza Bairos, 2025).

Segundo Luiza Bairos, fizeram uma linha e foram feitas várias perguntas como: convívio com os pais, quem tem pais que são casados, pais que nunca se separaram. De acordo com Luiza Bairos, quando a resposta era positiva, os participantes da dinâmica davam um passo à frente, se a resposta fosse negativa davam um passo para trás:

As questões, sempre que o sim era para frente, eram questões que as pessoas tinham certo privilégio perante a sociedade, para trás que não. Então, no final dessa dinâmica as pessoas brancas estavam muito à frente, das pessoas negras, e inclusive essa professora (Branca), ela estava muito à frente, ela era uma das primeiras. Porque ela teve o privilégio de poder estudar em escola particular, os pais são ricos, e aí a gente queria mostrar que, infelizmente, por mais que as pessoas falem que não, existe esse privilégio branco, ele está escancarado. E a menina (estudante) explicando isso, a professora falou que não existe privilégio branco. E aí começaram a discutir, em tom de brincadeira, até que viu que o negócio ficou sério, a professora falou que ela (a estudante) estava sendo racista com ela, e ela (a estudante) falou: mas professora, não existe racismo contra branco. (Luiza Bairos, 2025).

O racismo ocorre contra grupos historicamente marginalizados, como é o caso da população negra que foi escravizada, segregada e marginalizada institucionalmente. O racismo envolve relações de poder. A dinâmica social, cultural e econômica no Brasil foi construída sob a base da escravidão e da exclusão de pessoas negras, enquanto a Branquitude sempre ocupou posições de privilégio. Sendo assim, não existe racismo contra pessoas brancas. O que existe é a negação do racismo com o objetivo de naturalizar desigualdades, esconder privilégios e impedir o avanço de políticas públicas.

Anita Canavarro- Fitotecnia: Centro de Ciências Agrárias

Anita Canavarro é natural da cidade de Janaúba-MG, norte de Minas, mora em uma comunidade quilombola juntamente com a mãe que está enferma. Ela não possui filhos e também não é adepta de nenhuma religião. *“Minha mãe tem auxílio-doença. Aí ela é encostada, e ela fica em casa mesmo. Aí no momento eu tô desempregada”* (Anita Canavarro, 2025). Veio para Viçosa para fazer o doutorado na UFV, que começou em agosto de 2024. Anita é a primeira da família a ingressar na pós-graduação, porém por não ter alcançado a média exigida pelo programa, foi desligada. *“Aí em Viçosa, tu tem que ter uma média boa e eu não tive essa média boa, aí eles me desligaram”*(Anita Canavarro, 2025). Anita foi desligada do programa por não ter alcançado o coeficiente exigido nas disciplinas do seu programa de pós-graduação. Mesmo estando desligada do programa, achei importante entrevistá-la para conhecer sua trajetória dentro da universidade e entender como se deu esse processo de desligamento, uma vez que ela teve seu sonho interrompido. Quando questionada sobre a participação em movimentos sociais, a nossa interlocutora relata que por morar em terras Quilombolas, só participou da Associação dos Quilombolas. *“Não, nunca participei não, só participei da Associação dos Quilombolas”* (Anita Canavarro, 2025).

Sônia Guimarães- Fitotecnia: Centro de Ciências Agrárias

Sônia Guimarães, faz doutorado na fitotecnia da UFV na área de sementes, é a primeira da família a ingressar na pós-graduação, e é natural de Belém do Pará. Ela se identifica como uma mulher cis, é adepta da religião católica e não tem filhos. Veio junto com uma amiga para Viçosa, essa amiga também é do Pará e fazem pesquisa no mesmo laboratório. Ela relata a importância de se ter pessoas com quem ela se identifica, ela fala dos amigos nordestinos. Seu ingresso no doutorado foi em 2024/2. Costuma fazer musculação com uma amiga em uma academia perto da casa onde mora. Também pratica alguns esportes avulsos na UFV, natação, dança, entre outros. No ensino médio participava de um movimento com um professor negro. Sônia Guimarães diz que atualmente não participa de nenhum movimento social, já participou quando estava no ensino médio:

Não participo atualmente, mas quando eu estava no ensino médio eu participava com um professor de história que tinha na minha na minha escola, do ensino médio era um professor negro e tinha um movimento. E aí tinha alguns estudantes que eram de fora que vieram da África, a gente fazia um Sarau, um ciclo cultural, algumas coisas nesse sentido numa praça da cidade. Mas aqui em Viçosa-MG, não (Sônia Guimarães, 2025).

Jaqueline Goes- Educação Física: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

É natural de Belo Horizonte-MG, atualmente mora em Viçosa MG. Ela já tinha licenciatura em Educação Física, depois fez o bacharelado, estudava na UFV do campus Florestal. Entrou no mestrado na UFV em 2024, e é a primeira da família na pós-graduação. É católica, se identifica como uma mulher cis, não tem filhos. O pai é mecânico, a mãe trabalha como manicure e em festas à noite. Por estar sem bolsa, o pai ajuda com as despesas, ela relata que trabalhava em um projeto na UFV. Ultimamente nesses últimos meses, não tem feito muita coisa em termos de esporte, mas o seu lazer é jogar futsal, handebol e também gosta de estar com as amigas, ela relata que não tem tempo para o lazer. Entrou na pós-graduação na segunda tentativa, quando perguntada se já participou de algum movimento social, ela disse: *“Não, nunca participei de nenhum movimento social. Acho que é por falta de informação, no meu caso, de procurar e falta de tempo também”* (Jaqueline Goes, 2025).

Katemari Rosa- Extensão rural: Centro de Ciências Agrárias

Natural de Piedade de Ponte Nova- MG. Veio para Viçosa-MG em 2018, onde fez a licenciatura em Educação do Campo. Se formou em 2024, ingressando no programa de pós-graduação em extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mora em Viçosa-MG. Se identifica como uma mulher cis e é umbandista. Perdeu o pai já tem 4 anos, o pai era retireiro e caseiro na roça, depois da morte do pai, a mãe saiu da roça e foi morar na cidade, a mãe é aposentada e pensionista. Sua fonte de renda é a com bolsa e faz alguns bicos, como trancista e fazendo dread para ajudar a complementar a renda.

Já, participou em Viçosa, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), formou um coletivo em Rio Pomba - MG, o e-coletivo, que é um grupo formado por mulheres negras, tendo participado desse grupo durante dois anos. Participa de marchas (Marcha da Consciência Negra e Marcha Nico Lopes) que acontecem aqui em Viçosa-MG, e da troca de saberes, um tradicional evento de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV) que integra o conhecimento popular e científico, reúne agricultores, indígenas, quilombolas e a comunidade acadêmica para promover a agroecologia e a cultura popular:

Formei um coletivo na cidade de Rio Pomba-MG, eu fiz uma graduação em Rio Pomba-MG em agroecologia. Esse coletivo é formado por um grupo de mulheres negras também. Tem o Facebook que a gente movimentava, agora nem isso a gente mexe mais. E fora isso assim em questão da negritude, são os movimentos que eu

participei, a marcha que tem aqui em Viçosa- MG. Fora isso na questão da Negritude, foi o que mais participei, e eu tenho o movimento da agroecologia. O É- coletivo lá na cidade de Rio Pomba-MG, também participei durante dois anos. A troca de saberes que aconteceu em Viçosa-MG, participei em 2018/19, e participei também, da organização desse evento. (Katemari Rosa, 2025)

Simone Evaristo- Veterinária: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

É natural de Ibirité-MG, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte MG, segundo ela, fica a uns 40 minutos de Belo Horizonte MG. Cresceu lá, por isso estudou a vida toda em escola pública Municipal e Estadual, se formou no ensino médio e fez um ano de cursinho que foi pago. Passou na UFV e na PUC. Começou na PUC e conseguiu o ProUni, mas depois passou na UFV e se mudou para Viçosa. Ingressou em 2015 na UFV no curso de Veterinária e se formou em 2020. Assim que se formou, começou a trabalhar em uma clínica. Atualmente também estuda para concursos. Identifica-se como uma mulher cis, não tem filhos e é adepta da religião católica. Ela conta que perdeu o pai durante o mestrado e a mãe é pensionista, e sempre foi do lar. Ela se diz muito sedentária e não pratica nenhum esporte. Embora queira voltar para o jiu-jitsu, porém, precisa fortalecer o joelho antes disso, uma atividade que gosta muito é dançar Forró. Simone Evaristo, conta que nunca participou de movimentos sociais por falta de informação: *“Não, nunca participei por falta de informação. Mas também porque a meu ver pelo menos sem querer colocar isso como desculpa, mas a meu ver a graduação de veterinário é muito pesada. Ela é extremamente pesada, então o tempo que eu tinha livre eu queria fazer estágio”* (Simone Evaristo, 2025).

5. O ingresso das/os discentes cotistas na pós-graduação: entre o não pertencimento e os desafios da permanência

Esta seção tem como objetivo analisar como se deu o acesso na pós-graduação, a ambientação, o impacto da chegada, as suas impressões, a forma como foram recebidos na UFV, como perceberam o ambiente universitário, o sentimento de não pertencimento e os desafios da permanência, uma vez que adentrar em um espaço acadêmico é considerado, para muitos, uma grande vitória, principalmente para cursar a pós-graduação (mestrado/ doutorado), o nível mais alto da formação acadêmica, que era destinado, até bem pouco tempo, para pessoas brancas e que pertenciam às classes dominantes brasileiras. Para nós, pessoas negras que tivemos negado o direito à educação, e por isso, conseguimos acessar o ambiente acadêmico tardiamente por meio das lutas dos movimentos sociais, é muito importante ocupar esses lugares. No entanto, este ainda se mostra um espaço marcado por desafios, conforme aponta Jaqueline Goes:

Desde que eu entrei a gente muda a visão. Porque antes na graduação era uma coisa muito tranquila, a gente vai para pós-graduação e descobre que não é mais uma coisa mais teórica, é uma coisa mais prática e vai muito mais de você do que dos professores (Jaqueline Goes, 2025).

Nossa interlocutora continua seu relato: “[...]mas eu estou, eu sinto que eu estou no lugar onde eu deveria estar, que eu queria estar” (Jaqueline Goes, 2025). E esse é um sentimento que deveria ser de todos os negros/as que conseguem entrar na pós-graduação, pois devemos estar ocupando esses espaços que por um longo período de tempo fomos impedidos de acessar. Porém para muitos o sentimento é outro, como percebemos na fala de Katemari Rosa: “foi me gerando medo e me sentia muito incapaz, me gerou insegurança, ansiedade, muitos gatilhos” (Katemari Rosa, 2025):

Então eu fiquei um pouco assustada, ansiosa. A primeira impressão é essa, tipo curiosa. O que ia acontecer, ansiosa. É muito diferente de uma graduação a questão da escrita. Eu tive que aprender isso tudo na pós-graduação, a questão de escrever. Foi me gerando medo e me sentia muito incapaz, já chegava em casa chorando, achando que não ia dar conta daquilo. Acabei ganhando um pouquinho mais de peso (Katemari Rosa, 2025).

Essa insegurança não é gerada pela incapacidade pessoal, é reflexo do racismo estrutural e institucional que permeia os espaços acadêmicos historicamente elitizados. A percepção que a universidade é um espaço branco, gera insegurança sobre a adequação da sua presença, principalmente quando ingressam via políticas de cotas raciais. O ambiente universitário mostra-se muitas vezes hostil e pouco acolhedor para a população negra, resultando em ansiedade, medo e estresse relacionados a episódios de racismo implícito ou explícito. Ademais, a ideia de ser o único negro/a no ambiente acadêmico pode aumentar a pressão psicológica e o medo de falhar, de não dar conta. Por sermos negros/as somos julgados, a sociedade racista traz no seu subconsciente a ideia de que somos incapazes intelectualmente, por esse motivo sentimos o peso da autocobrança de não podermos errar, carregamos o sentimento de que temos que ser perfeitos, falhar não é uma opção para as pessoas negras. A insegurança e o medo de não dar conta, aparece também na fala da nossa interlocutora Enedina Alves:

“Eu tinha um pouco de medo de não dar conta, as meninas (estudantes) do laboratório reclamavam da questão de cansaço, uma das meninas (estudantes) teve crise de ansiedade. Tinha medo em relação a desenvolver o projeto. Na minha cabeça, eu não ia dar conta de desenvolver um projeto sozinha. Aí o projeto caminhou bem, deu certo. O que me assusta mais é o projeto em si. Por medo de não dar certo, não sei”(Enedina Alves, 2025).

Por estar no laboratório de Biologia do CCB na UFV desde sua graduação, nossa interlocutora relata que sua entrada na pós-graduação se deu de forma tranquila, e seu medo era

de não dar conta de desenvolver o projeto sozinha. Nesse sentido, o racismo busca inferiorizar os corpos negros, trazendo esse sentimento de que não damos conta, esse sentimento está internalizado, fazendo com que estereótipos negativos sobre a capacidade intelectual da população negra sejam incorporados, porque no pensamento da branquitude somos incapazes intelectualmente, somos feitos para fazer serviços braçais, que exigem força física. Por isso, negras/as sentem a necessidade de se esforçar o dobro para provar sua competência. O racismo constante constrói uma identidade racial desvalorizada, o que leva a sensação de não ser bom o suficiente, especialmente em ambientes acadêmicos e de trabalho.

Agora, no doutorado, eu tive, assim, uma visão muito diferente, porque eu vim para uma área nova, eu era da área de exatas e agora estou na área biológica. Mas os impactos que agora no doutorado eu percebi, é a realidade da UFV perto da universidade que eu me formei. A UEMG era uma universidade, de Ubá-MG, que funcionava num galpão cedido pela prefeitura, vir para a UFV, uma universidade enorme, vários departamentos com uma infraestrutura absurda. É chocante. Isso foi um dos impactos que eu tive aqui. No departamento que eu estou agora, eu senti uma diferença muito grande entre a agroquímica e a bioquímica. A bioquímica é um departamento muito rico. Em questão financeira, é um departamento muito estruturado, tem bastantes recursos. [...] Porém, eu não senti um acolhimento tão grande não, igual eu tinha sentido na agroquímica. Sou muito insegura com as pessoas, mas a convivência com as que eu converso é maravilhosa (Luiza Bairros, 2025).

Nesse relato, nossa interlocutora mostra o quanto é impactante, quando se vem de uma universidade pequena e se depara com toda a infraestrutura que a UFV oferece. Porém, ela se sentiu pouco acolhida quando mudou da agroquímica para a bioquímica, ela relata também que é insegura com as pessoas, mas tem uma boa convivência com as que ela conversa. Anita também aborda a estrutura que a universidade oferece e relata que foi bem acolhida e bem recebida na UFV: *“Eu fui bem acolhida, fui bem recebida, as pessoas são muito educadas a estrutura da Universidade também é muito boa. E em relação à convivência com os técnicos e colegas da pós-graduação, eles são tranquilos, todos os colegas e técnicos são bem educados”* (Anita Canavarro, 2025).

O acolhimento gera segurança e evita a solidão, segundo Sônia, seu orientador se disponibilizou para ajudá-la em tudo, inclusive financeiramente, caso ela precisasse. Em relação aos colegas e aos técnicos, todos eram bem receptivos:

Quando eu cheguei aqui em Viçosa fui muito bem recebida pelo meu orientador. Ele também é uma pessoa muito receptiva, então, assim que eu cheguei ele se disponibilizou, disse que estava aberto para nos receber [eu e os outros orientandos] caso ainda não tivéssemos algum local para ficar, e se precisasse de ajuda. Ajuda de qualquer tipo, até financeira, se a gente precisasse, ele estava disponível ali para ajudar a gente nesse primeiro momento, só que como a gente tinha feito tudo certinho, separado um dinheiro, se organizado para chegar aqui, a gente não precisou desse tipo de ajuda. Com relação ao pessoal do laboratório, os colegas, os amigos do laboratório,

eles eram também bem receptivos, então eles me apresentaram a cidade aqui de viçosa-MG, me apresentaram os locais, os laboratórios de pesquisa, e isso fez com que eu não me sentisse perdida nem sozinha nesse primeiro momento, foi perfeito, todo mundo muito receptivo (Sônia Guimarães, 2025).

Na fala de Sônia Guimarães, nós conseguimos perceber a importância do acolhimento e de ser bem recebida. O sentir parte de determinado lugar pode transformar as trajetórias de vida dentro da academia, permitindo que pessoas negras exerçam sua liberdade e potência a partir do momento que são aceitos, respeitados e valorizados. O acolhimento atua na construção do pertencimento, e se sentir parte é fundamental para conseguir permanecer.

A violência do racismo nos leva a sentirmos que não somos merecedores de ocupar certos espaços, o espaço acadêmico não é diferente, ocupar esse lugar que sempre foi hostil à nossa presença nos causa estranhamento e dificuldades em experimentar o pertencimento. Por ser um espaço social de interação, mas também de disputa, faz com que o reconhecimento de indivíduos negros/as em locais privilegiados, seja um deslocamento das estruturas comuns estabelecidas pelo racismo presente em nossa sociedade:

Às vezes não me sinto pertencente àquele lugar. A gente acha que não vai dar conta. Eu sei que a gente tem que estar ocupando esses lugares, porém é isso, gera várias inseguranças, a gente acha que não é capaz. Outro fator também é o de não ver representatividade de pessoas negras, dentro da pós. Eu acho que se eu não me engano são duas professoras que são negras. Os alunos, podemos contar no dedo quantos são negros/as. E é isso que me trouxe mais insegurança. *A insegurança que a gente tem desde pequeno, de ver esse não lugar: chegar e não ter pessoas que representam a gente.* Saber que a universidade é bem elitista, racista também. A gente passa por várias questões, tanto na graduação como na pós. (Katemari Rosa, 2025, grifos nossos)

Como esses espaços são compostos em sua maioria por pessoas brancas, também não queremos enfrentar a opressão, e o racismo que esses ambientes produzem. *“Ah, por achar que eu não deveria estar aqui. Sabe aquela sensação de não pertencimento e de não merecimento. Achar que eu não dou conta”* (Jaqueline Goes, 2025). Muitos estudantes que circulam pelo espaço acadêmico também passam a contestar se realmente merecem estar ali, se realmente pertencem àquele lugar. Para eles, ocupar esse espaço social de fala funciona como a quebra de um estigma imposto pelo modelo social branco, o que gera insegurança e medo (Ferreira e Camargo, 2011). Luiza Bairos traz em sua fala que estar fazendo doutorado lhe parece uma outra realidade, ela nunca se imaginou nesse espaço, lhe traz a impressão de não ser para ela, levantando também a questão do acolhimento, melhor dizendo a falta deste, da dificuldade de estar nesse espaço, principalmente por ser negra e não ter tido acesso a muitas oportunidades:

Parece uma realidade muito fora, muito distante. Não parecia que era pra mim. Eu nunca imaginei que eu estaria fazendo um doutorado, pensando num pós-doc. Parece bobeira, mas quando a gente vai ver, está tão na nossa realidade pra gente fazer uma pós-graduação, e aí quando eu olho na minha família, só tenho eu, é... A gente se questiona. Por que é assim? (Luiza Bairros, 2025).

Ou seja, ainda que, aos poucos, a pós-graduação deixe de ser um lugar muito distante, ela vem marcada pelos distanciamentos de uma realidade familiar em que aquela presença é uma exceção. Luiza diz sobre um incômodo gerado pela desigualdade racial que também interfere no seu pertencimento.

De acordo com Barreto (2025, p.66), “a noção de que existem lugares e zonas de privilégio destinados aos brancos/as faz com que a população não branca, muitas vezes, acredite que os espaços considerados legítimos não são para ela”. Muitas vezes esse desconforto e estranhamento de estar em certos lugares ocorrem em relação a como nossos corpos negros são vistos nesses espaços. *“Eu ficava me sentindo naquele não lugar também, será que é para mim está ali mesmo? Até mesmo pela questão do espaço mesmo, das pessoas que estão ali dentro. A gente sabe que a maioria são brancas.”* (Katemari Rosa, 2025).

O olhar da branquitude nos remete a esses sentimentos de não caber nesse lugar, é a minha presença circulando na universidade que causa estranhamento a quem sempre gozou do privilégio que sua cor (branca) lhe proporcionou, e através de seus olhares de desaprovação nos questionam: o que você está fazendo aqui? E o meu corpo negro sofre por saber que não é bem vindo neste local, e as minhas memórias ancestrais me lembram disso a todo momento, o que vivemos e sentimos no meio acadêmico, aflora na nossa memória ancestral.

Assim, Kilomba (2019), relata as experiências decorrentes do processo de escravização de pessoas negras, não como algo do passado, mas como memórias vivas enterradas na nossa psique, prontas para serem contadas. O que se encontra enraizado na nossa história é a ideia de que os/as negros/as não são inteligentes. *“Então ... muitas vezes a gente é visto como um nada. É burro, não é inteligente, não é capaz”* (Luiza Bairros, 2025), enquanto o branco é considerado aquele que é dotado de capacidades, sabedoria e conhecimento, figurando como o representante da ciência e do ser civilizado. A população negra, vai internalizando inseguranças em relação às capacidades intelectuais, o que pode dar lugar a um certo “desprezo, que tem efeitos paralisantes” (Carneiro, 2005, p. 118)). *“Ah, por*

achar que eu não deveria estar aqui. Sabe aquela sensação de não pertencimento e de não merecimento. De achar que eu não dou conta” (Jaqueline Goes, 2025).

Por meio da história se utilizam de vários mecanismos para representar negativamente o/a negro/a e enaltecer o/a branco/a. Ainda hoje, os/as negros/as são vistos/as como pouco intelectualizados/os e a figura do homem branco é associado à do cientista. Sendo assim a imagem do/a negro/a é afastada da Ciência e da produção de conhecimento.

Nesse sentido, o sentimento de inferioridade expressado por nossas interlocutoras quando elas relatam: *“a gente acha que não vai dar conta”* (Jaqueline Goes, Katemari Rosa, 2025), é uma das consequências dolorosas do racismo, que é um sistema de opressão construído para justificar privilégios e a marginalização da população negra. Esse sentimento, expressado por negros/as é o resultado de uma constante desvalorização da sua identidade, fazendo com que a pessoa negra duvide de sua capacidade intelectual, trazendo sentimentos de inadequação e baixa autoestima.

Kilomba (2019) explica que o racismo transforma corpos negros em corpos impróprios, isto é, aqueles que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Sendo assim, a sociedade racista cria histórias nocivas e maliciosas contra o povo preto, estabelecendo, de forma sutil, estratégias para invisibilizar nossos corpos e saberes. Ele vai se perpetuando na medida em que há um exercício intenso de negar a existência do outro.

Nessa perspectiva, a dúvida em relação a nossa capacidade intelectual, gera em nós, pessoas negras um excesso de cobrança ou uma descrença em nosso potencial. *“Eu acho que eu tinha um pouco de medo de não dar conta”* (Enedina Alves, 2025), nos paralisando e impedindo que busquemos esses espaços de visibilidade, por acreditar que não são para nós, e ao adentrar nesses espaços nos vemos obrigados a provar que somos capazes.

Para além de estar dentro da universidade fisicamente, e ter que provar nossa capacidade intelectual, também passamos pelos desafios de permanência simbólica e material, para conseguirmos nos manter no espaço acadêmico. Sendo assim, pensar a respeito da permanência nas instituições públicas de ensino superior nos remete ao contexto de desigualdades históricas em que as políticas educacionais foram constituídas, em cima da exclusão dos/das negros/as que foram privados dos direitos tanto sociais quanto educacionais. Para Nicolato (2025, p.112) “a escassa representatividade no meio acadêmico

é ainda reflexo do modelo escravista ao qual a população negra foi historicamente submetida, sem acesso à educação formal e sem condições materiais de permanência na universidade”.

Nesse sentido, as ações afirmativas se constituíram como uma ferramenta fundamental para diminuir a desigualdade racial no ensino superior brasileiro. Há bem pouco tempo, era pequena a presença da população negra nas universidades, essa mudança só ocorreu após a aprovação das cotas nas instituições de ensino superior. Porém, as ações afirmativas não resolvem os problemas relacionados à permanência de estudantes negros dentro da instituição. Sendo assim, entendemos a permanência não unicamente como ato de continuar fisicamente na academia, mas sim um ato que envolve condições materiais e simbólicas, como aponta Santos (2009, p. 70-71):

Entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele (Santos, 2009, p. 70-71).

A grande maioria dos/das estudantes que ingressaram por cotas raciais, também vem de um contexto familiar cujas condições socioeconômicas são desfavoráveis, como é relatado por uma de nossas interlocutoras: *“Meu pai trabalha como mecânico. E minha mãe, ela trabalha como manicure e trabalha em festas à noite”* (Jaqueline Goes, 2025) o que impacta a sua permanência material, que inclui as condições de existência e sobrevivência na universidade. Esse fator somando ao fato de terem cursado um ensino médio de qualidade inferior e serem negros/as, faz com que esses estudantes sofram com discriminações por causa da cor da sua pele. *“A gente sabe que é difícil estar aqui. Principalmente as pessoas negras. A gente, que não teve oportunidade na vida”* (Luiza Bairros, 2025), isso irá prejudicar sua permanência simbólica. Sendo assim, se faz necessário não só estar dentro da universidade, mas também ter condições de permanecer.

Segundo Gomes (2005), as políticas de ações afirmativas já existentes indicam que a trajetória acadêmica dos/as jovens na universidade, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil. Uma vez que esses enfrentam várias situações e atravessamentos no seu cotidiano. De acordo com Santos (2009), dois fatores são importantes para a permanência de alunos negros em uma universidade. O primeiro é a condição financeira, pois, mesmo estando em uma universidade pública, há gastos com transporte, alimentação, material didático etc. E o segundo fator é a permanência simbólica, ou seja, os

conflitos e as tensões resultantes da presença de alunos negros em espaços que, anteriormente, eram majoritariamente ocupados por brancos (Santos, 2009). *“Mas eu acho que isso é muito da sociedade racista, do jeito que a sociedade nos trata e faz a gente ver as coisas”* (Katemari, 2025). De acordo com Euclides e Silva:

A ausência de negros em espaços privilegiados como o ensino superior ou cargos que culturalmente têm a presença majoritária de brancos é sinal de que há embutido na lógica social um recorte hierárquico de raça no qual estão claramente definidos lugares e papéis sociais (Euclides; Silva, 2019).

Nesse sentido, o racismo estabelece espaços/lugares compreendidos como lugar de brancos e de negros, que configuram espaços simbólicos de pertencimento, trata-se de uma prática social de inferiorização dos/das negros/as. Sendo assim, “o ingresso de pessoas negras na pós-graduação, embora impulsionado pelas políticas de ação afirmativa, não garante automaticamente o sentimento de pertencimento” (Barreto, 2025, p.67). Por sua vez, as violências do racismo, dificultam a permanência no ambiente acadêmico e transformam a universidade em um ambiente desagradável aos estudantes que estão fora do padrão acadêmico historicamente alicerçado. *“Porque de onde eu venho, isso é um privilégio, estar aqui é um privilégio”* (Luiza Bairros, 2025). Na fala da nossa interlocutora percebemos que para ela, estar dentro da universidade é um privilégio, porque nas sociedades racializadas a norma é que esses espaços não são para pessoas negras, é um lugar reservado para pessoas brancas, que gozam dos privilégios que seu tom de pele (branco) lhes confere. Porém entendemos que estar na universidade não é privilégio é um direito, o acesso ao ensino superior público e de qualidade é um fator que transforma vidas e reduz as desigualdades sociais.

Com a aprovação das cotas raciais, houve uma entrada massiva de pessoas negras e pobres nas universidades, porém a universidade ainda é um lugar hegemonicamente branco, o que dificulta a permanência de estudantes negros/as se considerarmos a dimensão simbólica (Santos, 2009, 2017). Como relata nossa interlocutora Sônia Guimarães, *“é importante ter pessoas com quem nos identificamos, eles se tornam nossa rede de apoio e esse aquilombamento é fundamental para nossa permanência”* (Sônia Guimarães, 2025). A união de estudantes negros/as é fundamental para a permanência e o sucesso acadêmico, pois oferece suporte e acolhimento, que é essencial para enfrentar o isolamento social, o racismo institucional e as dificuldades acadêmicas. Os coletivos e grupos de apoio criam um espaço seguro onde podem compartilhar vivências semelhantes, minimizando a sensação de não pertencimento e fortalecendo a identidade étnico-racial. “Estar e permanecer na universidade

faz com que, muitas vezes, estudantes criem formas de pertencimento, identificação e vínculos acadêmicos” (Cornélio, 2020, p.59).

Essa rede de apoio funciona como um fator de proteção, oferecendo suporte emocional e solidariedade para lidar com a pressão sofrida no cotidiano do espaço acadêmico que muitas vezes causam adoecimento. Esse adoecimento é atravessado pela interseccionalidade, de modo que, além da raça, outras categorias sociais são consideradas.

Tinha alguns amigos, e eles também eram do Nordeste, eu sou do Norte. Então tinha uma boa parcela das pessoas que eram do Nordeste, tinha um rapaz que era de Goiás. Que é mais próximo daqui, mas eu acho que isso me ajudava, porque eu me identificava mais, com eles por serem mais próximos de casa, o jeito dos mineiros, são ótimos, são muito receptivos, mas não são tão parecidos com o Norte, como o paraense (Sônia Guimarães, 2025).

De acordo com o relato, Sônia se identificava com as pessoas que vieram do Nordeste por ela ser do norte, e esse processo de identificação era um fator importante para sua permanência aqui. Como já dito, a permanência material é crucial nos percursos de escolarização da população negra na graduação e nos programas de pós-graduação. Enedina Alves entende que, quem ingressa nos programas por cotas raciais, automaticamente deveriam ser contemplados com a bolsa, ou seja, as bolsas deveriam estar vinculadas ao acesso por cotas raciais, uma vez que as pessoas que utilizam essas ações afirmativas, em sua maioria, vêm de um contexto de vulnerabilidade, sendo a bolsa fundamental para sua permanência na universidade:

Eu entrei sem bolsa, em março. Então, eu fiquei de março, eu fiquei de março a setembro, sete meses sem bolsa. Isso é um ponto crítico também, porque quando eu fiz a inscrição, coloquei cota, eu imaginei que, se eu estou entrando com cota, então, eu entendo que, uma dessas bolsas automaticamente já seria para a pessoa que entrou por cota, mas não. Então, assim, a cota é importantíssima, sem questionar, mas tem esse ponto também: a pessoa está entrando, mas ela está se mantendo? (Enedina Alves, 2025).

Simone Evaristo relata que está sem bolsa no doutorado. Segundo ela, existe um número pequeno de bolsas e relata que seu currículo não é bom, daí a dificuldade de conseguir uma bolsa. No programa na qual ela está vinculada, a bolsa é concedida à partir da classificação na seleção. Assim, ter um bom currículo é uma estratégia de permanência material, pois tem-se maiores chances na disputa e no acesso às bolsas. O percurso feito pelo discente na graduação servirá de referência para a pós-graduação. Ter experiência na iniciação científica, publicação de artigos, participação em eventos científicos e em projetos de extensão, ajuda na construção de seu currículo, em um “currículo acadêmico”:

Meu currículo não é um currículo acadêmico, eu não foquei na minha graduação, eu não foquei na área acadêmica, eu não fiz iniciação científica. Eu não escrevi nenhum artigo. Eu tenho um artigo que é o do meu mestrado, então meu currículo é pobre para poder conseguir uma bolsa de doutorado. Isso me deixa muito inquieta (Simone Evaristo, 2025).

Simone Evaristo relata sua inquietação, por estar sem bolsa. Poder contar com a bolsa, é importante para a sua manutenção na pós-graduação. O estudante negro na universidade enfrenta inseguranças materiais significativas, que decorrem, em grande parte, do fato de que a maioria da população negra no Brasil se concentra nas classes mais baixas. As inseguranças materiais, constituem um dos principais fatores que levam à evasão ou à grande dificuldade de permanência desses estudantes dentro da academia. Nesse sentido, depreende-se da fala da interlocutora que a ausência de bolsa, a deixa chateada e desanimada, diante das inúmeras cobranças. No momento, seu principal desafio é conseguir uma bolsa, pois as barreiras materiais e socioeconômicas impactam diretamente a capacidade do estudante negro de permanecer e ter sucesso na universidade:

Mas você vai ter um título, a UFV sempre justifica muito a questão de você não está trabalhando de graça, você vai conseguir um título da instituição, é mas são quatro anos da minha vida. São quatro anos da minha juventude nisso, então isso me deixa muito inquieta. E aí eu me vejo numa situação que eu não tenho nem uma renda própria. No momento seu principal desafio é conseguir uma bolsa (Simone Evaristo, 2025).

Como podemos observar por meio do relato a seguir da nossa interlocutora Luiza Bairros, no programa de pós-graduação em Biotecnologia (CCB) do qual ela faz parte, a concessão de bolsas está vinculada às ações afirmativas, quem se candidata à vaga na modalidade cotas raciais têm prioridade na distribuição das bolsas, independente da sua classificação, o que é um fator que faz diferença para a permanência estudantil:

Eu conversei com a professora, ela falou: deixa eu te falar, você entrou por cota, sendo assim, a primeira bolsa é sua. Sem bolsa você não fica. Mas aí eles vão querer dar a bolsa para as outras pessoas primeiro, porque eu tô em quinto na colocação geral. E se a entrega das bolsas for por colocação e aí só tiver quatro bolsas? Ela falou que quem é cotista é a prioridade. A professora falou, você não precisa ficar preocupada, porque a primeira bolsa é do cotista. Se falar que tem quatro bolsas e você foi a quinta na colocação geral, você tem direito à bolsa, porque na colocação, como cotista, você é a primeira. E o cotista, ele tem esse direito. (Luiza Bairros, 2025).

Porém, como nos conta as outras interlocutoras, isso não acontece na maioria dos programas de pós-graduação, esses programas não dão prioridade para o recebimento de bolsas aos estudantes cotistas, causando dificuldades para sua permanência material. A concessão de bolsa nos outros programas de pós-graduação, está vinculada a ordem de

classificação do candidato na seleção. Sendo assim, eles precisam, além de estudar, trabalhar para se manterem na universidade.

Katemari Rosa, conta que recebe bolsa, porém o valor é insuficiente para custear suas despesas, por isso ela faz outros trabalhos para ajudar a complementar a renda. Muitos estudantes negros/as não têm ajuda financeira da família, sendo assim, precisam trabalhar para garantir sua subsistência. *“De vez em quando aparece umas tranças, uns dreads eu faço para ajudar na renda. O valor que recebemos da bolsa, não dá pra nada”* (Katemari Rosa, 2025).

O fato das políticas de acesso ao ensino superior terem trazido um número significativo de estudantes negros/as e pobres para a comunidade universitária, não significa que a democracia racial deixou de ser mito. Muito pelo contrário, a universidade ainda não sabe o que fazer com a “chegada do estranho” e, longe de romper com a reprodução de estereótipos, ela guarda estreitas relações com o que ocorre na sociedade. Apesar de inegáveis avanços, restam muitos desafios aos que lutam para que a universidade enfrente os problemas oriundos da dolorosa integração do/a negro/a na sociedade de classes.

Nesse sentido, “o espaço acadêmico, muitas vezes dominado por padrões excludentes, precisa ser ressignificado para garantir que pessoas negras não apenas ingressem, mas também possam desenvolver plenamente suas potencialidades e contribuir com perspectivas que enriquecem a produção de conhecimento” (Barreto, 2025, p.76). Sendo assim, ressignificar o espaço acadêmico, envolve também proporcionar condições tanto materiais quanto simbólicas para que o discente tenha condições de permanecer dentro da instituição.

5.1 Ambientação: a relação com o orientador, com os colegas de curso, com os docentes e com os técnicos do programa

Nesta seção, nossas interlocutoras relataram sobre a relação com seus/suas orientadores/as. Como toda relação social, é de suma importância ter uma boa conexão com o/a orientador/a na pós-graduação, essa relação vai impactar diretamente no seu sucesso acadêmico e profissional, pode influenciar a qualidade da pesquisa, a saúde mental do aluno e o tempo de conclusão do curso. Essa relação funciona como uma parceria profissional que direciona o desenvolvimento do aluno. Nesse sentido, todas disseram ter uma boa relação com seus

orientadores, e que o processo de orientação ocorre de forma tranquila, leve, e os orientadores são acessíveis.

Nossa interlocutora, Jaqueline Goes, relata ter uma relação muito boa com seu orientador, segundo ela, ele tenta suavizar todo o processo, mesmo não estando em Viçosa, porque ele faz parte do quadro de docentes da UFV campus Florestal, mas está de mudança para Viçosa, mesmo estando fora, nunca faltou orientação, pois o Whatsapp dele está sempre presente disponível, a orientação é muito tranquila. *“Ele é um pai. Eu falo que ele é meu pai acadêmico, não tenho nada a reclamar”* (Jaqueline Goes, 2025). Por meio do processo de orientação, são construídos vínculos afetivos, não somente acadêmicos, muitas vezes o orientador é a única rede de apoio que se tem:

É uma orientação muito tranquilo, eu tenho liberdade para falar com ele, teve um momento que eu estava me sentindo muito perdida. Aí eu pedi para marcar um encontro com ele e falei, uma coisa que eu quero que você tenha certeza, é que eu sei que eu estou no lugar certo, eu sempre quis estar aqui, mas no momento estou me sentindo um pouco perdida. Ele me tranquilizou, e ele falou, olha cada um dos meus orientandos tem um jeito cobrar e de olhar, não é porque eu vou fazer com uma pessoa, que eu vou fazer o mesmo com outra, então ele trocou a dinâmica dele comigo, super fluiu, super funcionou, ele é sempre muito aberto muito dedicado é muito tranquilo. É um pai. Eu falei que ele é meu pai acadêmico. Não tenho nada a reclamar. (Jaqueline Goes, 2025).

Simone Evaristo relata que toda a admiração que sentia por seu orientador desmoronou no dia da sua defesa, segundo ela era tudo ilusório. Segundo Simone Evaristo, seu orientador ficou calado o tempo todo, enquanto os avaliadores estavam falando a seu respeito. *“Falaram muitas coisas, entre elas, que eu não deveria estar defendendo”* (Simone Evaristo, 2025). Diante dessa situação, entende-se que seu papel na defesa foi de um homem branco em cumplicidade com os demais, defendendo o pacto da branquitude. A admiração teve um limite até o acontecimento na banca.

Nesse sentido, Cida Bento (2002) relata sobre os pactos da branquitude que expõem a aliança entre pessoas brancas com intuito de silenciar e privar o acesso de pessoas negras em espaços de prestígios e poder. De acordo com Bento:

Alianças inter-grupais entre brancos são forjadas e caracterizam-se pela ambigüidade, pela negação de um problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros em espaço de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica, política dos negros, no universo social (Bento, 2002, p.7).

Mesmo assim, em sua fala ela diz que ele é um bom orientador. Acho essa afirmativa contraditória, ao mesmo tempo que ele não se posiciona em seu favor, não a defende, não

defende um trabalho que ele está orientando, mas quando ela precisa de orientação ele está disponível. segundo simone:

E ele não se portou como eu esperava durante a minha defesa. Era como se ele também fosse um avaliador. Ele não estava do meu lado, ele estava contra mim ele tava junto com os professores da banca e nem sentou ao meu lado e nem ficou perto de mim. Isso também é um dos grandes motivos por eu estar tão desanimada. Ele é bom orientador, e pelo menos até o momento comigo todas as vezes que eu preciso reunir com ele, que eu preciso de alguma coisa, ele tira tempo, só que ele é uma pessoa muito ocupada. Ele tem muitos orientandos, ele não tem tempo igual para todo mundo (Simone Evaristo, 2025).

De acordo com Enedina Alves, a sua orientadora, é bem tranquila, deixa bem livre, para desenvolver a pesquisa não é muito de “cobranças”. Ter autonomia para construir sua pesquisa é importante, mas o papel do orientador, é nos guiar através da pesquisa, apontando os caminhos, corrigindo nossas falhas, ele deve oferecer o suporte necessário em todo o processo da pesquisa. Para o bom andamento da pesquisa é preciso comprometimento das duas partes. De acordo com Enedina:

Ela é bem tranquila em relação a isso. Por um lado, é bom, por outro lado é ruim, porque senão você fica livre demais, aí acaba que você vai, às vezes, postergando, postergando, e aí quando chega a data final, você tá apertado ali. Mas, no geral, a minha relação com ela é boa, sim. Deixa a gente livre (Enedina Alves, 2025).

Ela continua dizendo que, quando precisa de alguma coisa, ela procura e sua orientadora permite essa abertura para conversar. Ter esse acesso ao orientador é fundamental para o bom andamento da pesquisa, pois é por meio das orientações que se consegue desenvolver a pesquisa. Ela também foi sua orientadora no TCC e no mestrado e agora no doutorado:

Na verdade, ela é minha orientadora, mas, quem me orientou de verdade foi uma das meninas do mestrado. E quando eu estava no mestrado, essa menina estava no doutorado. Então, primeiro eu mandava o meu texto para essa menina que era do doutorado, quando eu estava no mestrado, e quando eu estava no TCC, ela estava no mestrado. Então, escrevia e a menina corrigia. Aí sim, eu fazia essas correções e aí eu mandava para a minha orientadora, mas no mestrado e no TCC eu tinha essa menina como minha orientadora de fato, ela que estava ali comigo, sabe, todo dia. Orientando mesmo de fato (Enedina Alves, 2025).

Sônia Guimarães, relata que o seu orientador tem uma agenda cheia porque também é coordenador, mas ele tem um dia na semana para se reunir com os orientandos, também se comunicam e tiram suas dúvidas por meio de mensagens, ou pessoalmente na sala dele, porque ele está sempre no departamento. O encontro regular com o orientador é importante, para sanar alguma dúvida, porque no decorrer da pesquisa vão surgindo questões, que precisam ser discutidas com o orientador, para conseguir avançar na pesquisa. Conforme Sônia:

Como ele também é Coordenador da fitotecnia então eu sei que a agenda dele é bem corrida. Mas ele tem um dia na semana específico que é para marcar reunião semanal com os orientados dele, que é na sexta-feira, então toda sexta-feira a gente vai lá e se eu precisar de alguma coisa. Durante a semana, tem uma hora extra, aí eu posso mandar uma mensagem para ele, e ele responde e a gente vai na sala dele porque ele sempre tá pelo departamento então se eu precisar pontualmente ali durante a semana é só eu ir lá na sala dele mandando uma mensagem, e se eu precisar de mais tempo aí ele marca um horário fixo ali na semana para discutir um trabalho ou algum experimento (Sônia Guimarães, 2025).

Para ela, o seu orientador é como um pai, porque consegue atender todas as suas demandas. Por seu orientador ser tão presente, segundo Sônia Guimarães, nunca teve problemas de ansiedade, por saber que pode contar sempre que precisar dele. Sônia conta o caso de uma orientanda dele que estava com problemas de saúde e teve que se afastar, o orientador deu todo apoio e falou que ela poderia ficar afastada o tempo que fosse preciso, até se recuperar. A proximidade com o orientador, traz segurança para o orientando e evita o adoecimento mental. É importante se sentir segura com relação ao orientador, saber que pode contar com ele quando precisar:

Nos artigos, nos trabalhos ele não deixa a gente sozinho, solto. Ele está ali do lado para ajudar em todos esses processos. Então eu nunca me senti ansiosa no laboratório porque ele sempre está muito próximo para o que eu precisar, eu sei que eu posso contar com ele, então eu sei que eu posso contar com ele para todas essas coisas (Sônia Guimarães, 2025).

Anita Canavarro, relata que seu orientador ajuda bastante, e é disponível, e também responde rápido às suas demandas. Ele ajuda nas dificuldades da pesquisa, como rodar estatística, o que facilita o andamento da pesquisa. *“O meu orientador é uma pessoa bem simples e humilde, ele ajudava bastante, quando precisava de corrigir algum trabalho ou rodar estatísticas. Ele é legal gente boa, tudo quanto você precisava ele estava sempre disponível. Se eu mandar mensagem ele respondia rápido”* (Anita Canavarro, 2025).

Luiza Bairros fala do medo que a paralisou, por ouvir muitas coisas da sua orientadora, mas quando teve contato com ela percebeu que não era bem assim, que ela era uma pessoa maravilhosa. *“É uma professora que cobra muito, mas oferece muita ajuda também. Quando manda um email pra ela falando que precisa conversar sobre o projeto, ela atende prontamente”* (Luiza Bairros, 2025):

Quando entrei no departamento, eu escutei muito mal dela (orientadora), que ela é muito rígida, que ela cobrava muito, inclusive dos próprios alunos dela. Então, fiquei com medo. O medo estava me paralisando muito. Tinha muito medo. E aí, a partir do momento que eu comecei a ter contato com ela, percebi que ela é maravilhosa. Ela é, sim, uma professora extremamente exigente. Ela é uma professora que pega muito no pé, que na escrita ela cobra muito. Eu acho que só é possível ter uma pós-graduação tranquila, ter um mestrado tranquilo, se você tem uma convivência boa com o seu

orientador. A minha convivência é maravilhosa com ela até o momento. Então, como profissional, como orientadora, ela é incrível, eu não tenho o que reclamar, e eu não trocaria ela por outro professor não. Exatamente, excelente, ela é maravilhosa. Ela orienta mesmo, ela está ali mesmo, ela cobra, ela exige muito, ela corre atrás, ela realmente é uma ótima orientadora (Luiza Bairros, 2025).

Os orientadores ocupam um lugar de autoridade, por isso esse medo e insegurança, relatada pela nossa interlocutora é normal, quando o orientador é muito rígido, esse fator pode causar um adoecimento do seu orientando, pelo excesso de cobrança por produção, a ausência de diálogo e de acompanhamento por parte do orientador, isso pode gerar insegurança e muitas vezes ansiedade nos orientandos. A nossa interlocutora, fala que sua orientadora é excelente, por cobrar e exigir muito dos seus orientandos. Isso me gerou um questionamento: até que ponto ela é boa? Para quem ela é boa? Para o programa de pós-graduação? Até que ponto cobrar e exigir muito é bom? Porque muitos orientandos/orientandas, não aguentam tanta cobrança e acabam adoecendo? Vale ressaltar que todas as interlocutoras são orientadas por pessoas brancas.

Quanto à relação com os colegas de curso, com os docentes e com os técnicos dos programas em que estão vinculadas, observamos que a relação entre eles é muito boa, algumas relatam que os técnicos são os melhores, estão sempre prontos para ajudar. A relação com os colegas de turma também é boa, apesar de se encontrarem pouco, por já terem concluído as disciplinas obrigatórias. Sobre a relação com os docentes é uma relação cordial. Percebe-se que há uma maior identificação dos discentes, com os técnicos do que com os professores, a questão da hierarquia pode ser um dos fatores para esse distanciamento. Vale ressaltar que no corpo das pessoas que compõem o quadro técnico e setor terceirizado da universidade, em sua maioria são negros/as. Logo o processo de identificação se dá por uma dimensão correlata quase de “familiaridade”.

Para Jaqueline Goes, por já ter concluído as disciplinas, não tem tanto contato com os colegas, mas a relação com eles é boa, bem tranquila, assim como com os técnicos e professores:

Nossos técnicos e professores, eu tenho certeza de que eles me amam. Tem uma secretária da pós-graduação, que ela quer me bater de vez em quando que eu encho muito o saco dela. Vou lá todo dia encher o saco. Tem nada para fazer, eu vou lá. Mas com os colegas também é bem tranquilo, apesar de não ver tanto eles porque agora o primeiro semestre teve as disciplinas e tal. Aí a gente se via sempre, mas agora que não tem tanta obrigatoriedade das disciplinas, estou focada na minha coleta, e eu não encontro tanto com eles [colegas da pós-graduação] (Jaqueline Goes, 2025).

Katemari Rosa, conta que tem uma boa relação com os colegas, já com os professores é cada um no seu lugar, mas nunca teve problemas com elas, e com os técnicos administrativos, ela relata ser uma relação tranquila:

Eu tenho uma relação boa com os meus colegas de turma. Eu gosto muito de todos assim, nunca tive problema com nenhum. Os professores é isso. Eles estão lá e eu cá. A gente tem aquele negócio na disciplina e só isso, mas relação mesmo de diálogo essas coisas, com o pessoal da parte administrativa, também da secretaria, bem tranquilo de lidar. Sabe, eles são bem responsáveis sim respondendo as questões que a gente tem dúvida. Mas é bem tranquilo (Katemari Rosa, 2025).

Para Simone Evaristo, eles são os melhores, ela disse que muitos dos que ela tinha contato, já se aposentaram, e com os professores têm uma boa relação. E ela se relaciona melhor com as mulheres, com os homens ela diz ter uma relação cordial:

Eles são os melhores. Eles são bem legais. Os técnicos são bem tranquilos, a gente tem uma correlação cordial. Eu tenho uma relação melhor com as mulheres. Dos homens eu tenho uma relação mais cordial assim. Com as professoras eu tento ter uma relação mais cordial também respeitosa, às vezes dá vontade de mandar catar coquinho, mas aí não dá. Porque se você mandar catar coquinho, você vai ser prejudicada, então a gente abaixa a cabeça e aguenta. Porque infelizmente a gente negra, não tem essa chance de peitar ninguém não porque a gente vê alguns outros alunos desrespeitando e não dá nada (Simone Evaristo, 2025).

Enedina Alves, tem mais contato com o pessoal do laboratório, os que entraram com ela no doutorado ela não tem tanto contato. Existe uma boa relação com o pessoal do laboratório, eles se ajudam. E a relação com os técnicos é bem tranquila, ela relata que nunca teve problema com ninguém:

Agora, com os meninos do laboratório, aí sim a gente tem um contato bem próximo. Tipo, se eu estou desenvolvendo meu projeto, então os meninos todos que estão disponíveis, eles vão, vêm e me ajudam. E do mesmo jeito, quando eu estou disponível também, eu vou e ajudo no projeto deles. Mas aí eu tenho mais contato com técnicos e com docentes da biologia animal. E eu já conhecia eles. Desde o mestrado, como eu já estou lá no laboratório [Biologia animal] desde 2018, eu tenho contato com todo mundo assim. E aí é bem tranquilo. Eu acho que o pessoal lá é bem tranquilo. A relação é bem boa. Não tive nenhum problema com ninguém, não. É tranquilo (Enedina Alves, 2025).

Para Sônia Guimarães, todos são muito amigáveis e receptivos, e tem uma boa relação com todos, os técnicos auxiliam bastante no experimento da pesquisa com sementes no laboratório de Fitotecnia do CCA. Estar em um ambiente amigável na pós-graduação é fundamental, para manter-se equilibrada emocionalmente, uma vez que o ambiente acadêmico, muitas vezes, é estressante, dado o alto nível de cobrança. Sendo assim, ter uma boa relação com os colegas, técnicos e docentes, torna a trajetória na pós-graduação mais prazerosa, mais

leve. Poder contar com pessoas amigas, ter uma rede de apoio, é importante para não se sentir só.

6. Interseccionalidade, racismo e sexismo: nomeando desigualdades e opressões

A expressão interseccionalidade nos faz entender o impacto das opressões, das desigualdades e das discriminações que existem na sociedade; ela diz respeito como os marcadores sociais que delimitam a vida das minorias se entrecruzam e provocam situações de violências e violações, a depender do polo na qual você se situe. Por meio da interseccionalidade conseguimos ver que as diferentes formas de opressão não são isoladas, mas se relacionam e se intensificam. Perceber o que é interseccionalidade nos leva a compreensão de que a opressão não é uma questão a ser afetada por uma única categoria, como raça ou gênero, mas sim como as várias categorias se sobrepõem e se relacionam para criar vivências de discriminação.

Collins e Bilge apresentam uma definição desse conceito:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins E Bilge, 2021, p. 15 e 16).

Conforme Moraes (2019), estudar sobre interseccionalidade colaborou com importantes contribuições ao feminismo negro pois explicita como, as dimensões de gênero, raça e classe, estabelecem uma inter-relação de opressões às mulheres negras, subalternizadas pelas consequências dessas relações de poder. Para Lélia Gonzalez (1983), a mulher negra é o centro das desigualdades sociais e sexuais existentes na sociedade brasileira, somando-se a essas, a desigualdade de classes. O que percebemos é que, na nossa sociedade, as classificações sociais, raciais e sexuais fazem da mulher negra um objeto dos mais sérios estereótipos.

Eu não sei se é porque eu sou mulher. Eu não sei se é porque eu venho de outra área. Eu não sei se é porque eu entrei e a professora passou parte da pesquisa dele pra eu desenvolver. Eu não sei se é porque eu sou negra. Eu não sei se é porque eu sou gorda. Eu não sei o que que é, mas alguma coisa em mim incomoda ele. E é isso. Mas eu não sei o que que é. Ele (estudante) não teve falas nem comportamentos que eu identifiquei como racista (Luiza Bairros, 2025).

Nesse sentido, nas relações desiguais fundamentadas pelo racismo, sexismo e pela organização capitalista, a mulher negra se apresenta sempre em desvantagem socialmente, uma vez que, a intersecção de raça e gênero é historicamente ignorada na luta pelos direitos femininos. “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas” (Crenshaw, 2002, p. 177). Sendo assim, as opressões sofridas em razão de seu gênero e raça, faz com que as mulheres negras estejam incluídas na classe social mais subalterna, o que dificulta seu acesso a direitos básicos. Nesse contexto, a mulher negra deve ser entendida por um viés interseccional, entender todos os processos que atravessam e cruzam suas vivências.

As pesquisas sobre interseccionalidade permitem ao feminismo uma maior visibilidade das opressões que são impostas às mulheres negras e como se dão as dinâmicas de relações de poder que acabam em desigualdades sociais. Compreender e analisar a constituição dessas estruturas discriminatórias facilitam o desenvolvimento de estratégias para combatê-las, e lutar por mais igualdade dentro da sociedade. Nesse sentido, com a entrada de mulheres negras nas universidades, cada vez mais se vê esse termo sendo usado como um aporte teórico. Assim, embasando a importância dessas discussões e tensionamentos, falar em mulheres negras é trazer junto o debate sobre a interseccionalidade e todos os atravessamentos que acompanham seu cotidiano.

Diante dessa perspectiva, o racismo e o sexismo, fazem com que as vivências de mulheres negras tenham especificidades que diferem dos homens negros e das mulheres brancas, que também partilham estes marcadores. Quando se há a junção de gênero e raça provoca uma experiência diferente do ser mulher e do ser negra na sociedade. A experiência do racismo que a mulher negra sofre é diferente do racismo que o homem negro sofre, pois a sua existência enquanto negra é atravessada pelo ser mulher, esse marcador que já traz consigo a ideia de subordinação. Da mesma forma, as mulheres negras não vivenciam o sexismo como as mulheres brancas, pois as primeiras carregam consigo a raça, que foi configurada como um sistema de opressão (Crenshaw, 2002).

Conforme Barbosa e Silva (2010, p. 2)

Racismo e sexismo têm sido os principais obstáculos para que a mulher negra possa ter a sua cidadania assegurada, pois mesmo entre os negros, as diferenças de renda entre homens e mulheres são mais significativas que entre os demais grupos raciais. A pobreza no Brasil tem cor e sexo: é negra. Sobre a mulher negra, portanto, recai o peso da herança colonial, onde o sistema patriarcal apoia-se sobre a superioridade masculina branca na seguinte escala de valores: o poder político, econômico, social

e cultural é privilégio do homem de cor branca; em seguida, numa degradação de valor, fica a mulher branca; abaixo dela, o homem de cor negra, ficando a mulher negra como o estrato mais desvalorizado da população brasileira (Barbosa e Silva, 2010, p.2).

As mulheres negras trazem consigo as marcas da escravização, permanecendo no imaginário da maioria da população um lugar pré-determinado, em que executam tarefas que não precisam de qualificação, ou seja, trabalhos que dispensam educação e instrução, sobre elas recai, além das diferenças de gênero, também as de raça. Esses papéis socialmente definidos e naturalizados da condição da mulher negra dizem, primeiramente, da sua condição de escravizada. Sobre elas pesam tanto as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual, como adequadas ao trabalho doméstico, as atividades do cuidado e o maternar exclusivamente feminino.

Sabemos que as mulheres negras são marginalizadas e invisibilizadas nas universidades, ocupando lugares subalternos, tendo sua presença nas instituições de ensino superior predominantemente como trabalhadoras da limpeza ou serviços gerais, não como alunas ou professoras. É recente a ocupação delas em salas de aula como estudantes e docentes, dentro das universidades. Essa é uma situação que reflete barreiras estruturais e institucionais enraizadas no racismo e no sexismo da sociedade brasileira. De acordo com Bento (2022) em seu livro *O Pacto da Branquitude*, a autora relata que as instituições têm dificuldade em aceitar a inserção de negros/as em determinados espaços, e mais dificuldade ainda quando se trata da ascensão de negros/as para ocupação de cargos de comando ou posições consideradas de prestígio. Ainda de acordo com a autora, os negros/as ao conquistar certas posições, são vistos pelos brancos como invasores de um espaço que anteriormente era ocupado apenas por eles. Por meio da fala de uma de nossas interlocutoras fica claro onde ela percebe que se encontram os corpos das mulheres negras na UFV.

Estão nos espaços de serviço, de limpeza, de outros lugares assim. Mas não como professores. Na parte administrativa sei lá, enfim, principalmente a UFV é muito nítido isso. E aí quando a gente vai falar isso com as pessoas ficam assim, não é isso gente, vocês não enxergam vocês não olham em volta de vocês. Ou será que também é por conta disso, por ser branco e ter esse privilégio então para ele tanto faz né? Quem tá quem não sabe que para mim me incomoda muito tá no espaço branco. Totalmente branco (Katemari Rosa, 2025).

Nesse sentido, na nossa sociedade racista, o fato de nascer negra/o é ocupar as piores posições; é receber menos; é ter o trabalho mais precarizado; e as jornadas de trabalho mais longas. No caso das mulheres negras, todos esses indicadores ganham contornos mais fortes, o que faz com que as desigualdades se acentuem ainda mais. Sendo assim, o racismo é um

sistema opressor e coloca a população negra nos piores índices sociais. Aqui encontramos a mulher negra, que sofre uma dupla opressão; raça por ser negra e a de gênero por ser mulher, ocupando a base da pirâmide social. A nossa sociedade além de racista, ela também é patriarcal, prevalecendo as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres.

Nesse contexto, a mulher sempre foi vista na função de cuidadora e reprodutora, essa visão favoreceu a sua subordinação ao homem. Além de ser considerada o sexo frágil e incapaz para assumir a direção e chefia da família. Porém, de acordo com Sueli Carneiro, isso nunca se aplicou às mulheres negras. “Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis” (Carneiro, 2002, p. 2). Longe de sermos consideradas frágeis, nós mulheres negras somos consideradas fortes, não em um sentido positivo, essa força nos é conferida com o objetivo de nos animalizar e nos desumanizar.

A mulher negra ao ser identificada e se identificar, ela é percebida por toda uma variedade de discriminação, estereótipos e estigmas que lhes são atribuídos, e que só fazem sentido quando e por serem vivenciados por mulheres negras. Ademais, a naturalização histórica de papéis servis para a mulher negra contribuiu para invisibilizar o racismo e o sexismo no espaço acadêmico – tais processos existem, mas muitas vezes se ocultam sob uma aparência de cordialidade nas relações sociais (Santos, 2020). Outrossim, o racismo e o sexismo, portanto, legitimam, naturalizam e tornam consensual a suposta superioridade epistêmica do homem branco; e em contrapartida, questionam a humanidade dos Outros, tratando-os como seres não pensantes e incompletos, portanto, menos humanos (Grosfoguel, 2016).

Sendo assim, ancoradas nas relações coloniais e no patriarcado, as universidades ainda sustentam um referencial branco, masculino. Os homens passaram a exercer a prática científica com exclusividade. No caso das cientistas negras, a opressão é dupla, envolvendo tanto racismo quanto sexismo, o que contribui para o desaparecimento de suas histórias:

Diretamente comigo não, mas eu já tive professores que eram absolutamente machistas, que era basicamente, faltava só ele falar assim, só a opinião do homem que vale e das mulheres não. Nesse sentido, a opinião, no que está sendo discutido só vale se for falado por um homem. Se sair da boca de uma mulher, é só ignorar (Enedina Alves, 2025).

No pensamento branco hegemônico, pessoas negras, em especial mulheres, ainda são vistas como incapazes de acessar determinados espaços como o acadêmico. Sendo assim, estimulam o silenciamento e a invisibilidade das mulheres negras, uma vez que sua imagem foi construída como objeto para exploração sexual ou para o trabalho doméstico, não para o estudo:

E aí quando eles (os professores da banca) começaram a falar eu deixei meu computador gravando as falas porque às vezes eles fazem alguma pontuação na nossa. Dissertação que às vezes a gente esquece. Porque o da engenharia de alimentos ele não tinha escrito direito, então eu falei. Ah, vou colocar para gravar porque, eu vou conseguir ver tudo depois e não perder nada. Cristina acontece que tem aquela hora que o aluno sai da sala. Eles tomam a decisão e na hora que eu fui escutar, escutei o que eles falaram sobre mim que eu não deveria nem estar no mestrado e que eu não deveria ter defendido agora. (Simone Evaristo, 2025).

No relato de Simone Evaristo, ela teve questionada sua capacidade enquanto produtora de conhecimento, observamos duas formas de opressão contra mulheres negras, nessa fala, o racismo e o sexismo agindo de forma combinada, para dificultar a presença da mulher negra na academia. Simone Evaristo, uma mulher negra e três homens brancos, dois avaliadores e o seu orientador, todos estavam contra ela. *“Eles falaram sobre mim, que eu não deveria nem estar no Mestrado”* (Simone Evaristo, 2025). *“A desvalorização de produções científicas por vieses sexistas e racistas é um processo notório no meio acadêmico, reflexo de uma sociedade patriarcal e racista”* (Nicolato, 2025, p.103).

A visão de homens brancos em relação a mulher negra é o resultado de uma herança colonial e escravocrata, em consequência, tem-se a objetificação e desvalorização desse corpo negro, perpetuando a hierarquia racial e de gênero. Nesse sentido, a mulher negra é colocada em um lugar de menor valor intelectual e social. A fala desses homens brancos, diz muito do que é vivido e sentido por mulheres negras na academia, que esse espaço não lhes pertence, que elas não deveriam estar ali, por que no imaginário patriarcal e racista da branquitude, o lugar que mulheres negras devem ocupar é o lugar de cuidadoras, dentro do ambiente doméstico, ocupando o lugar de subserviência, como foram ensinados a ver as mulheres negras, jamais ocupando um lugar na pós-graduação.

bell hooks (1995) afirma que, o racismo, o sexismo e a branquitude, atuam de modo a impedir que mulheres negras tenham uma presença intelectual. Nesse sentido, as mulheres negras enfrentam obstáculos de múltiplas dimensões para ingressar e progredir no ensino superior, resultantes do entrelaçamento de desigualdades raciais e de gênero. A universidade, portanto, ao contrário do que sugerem as suas origens, não se estabelece como um espaço

neutro e não é apenas um ambiente produtor e incentivador de conhecimentos, mas sim de disputas de poder e de desigualdades, é também um local de violência (Kilomba, 2019).

A presença da figura feminina em espaços de poder e decisão ainda é subestimada, e esse quadro se agrava quando analisado sob o recorte racial, onde as mulheres negras enfrentam ainda mais dificuldades em relação às mulheres brancas, já que a cor da pele exerce grande influência nas relações sociais.

Nesse sentido, a presença da mulher negra em cargos de liderança e nas estruturas de poder, contribui para a desconstrução de estereótipos, reproduzidos de maneira sistemática, que ajudaram a perpetuar uma estrutura racista e sexista, consolidando desigualdades profundas tanto no âmbito da representatividade quanto do exercício da cidadania. Representa também uma ruptura com as lógicas excludentes, com os preconceitos arraigados, contribuindo para a democratização efetiva que garanta a pluralidade de vozes que compõem a sociedade brasileira, abrindo espaço para olhares diversos, perspectivas plurais e, sobretudo, para a valorização de identidades ainda hoje invisibilizadas e silenciadas. *“Tem uma disciplina que tinha uma professora que parecia, que dava mais visibilidade para os meninos”* (Sônia Guimarães, 2025). Pela herança patriarcal, algumas mulheres podem reproduzir o preconceito contra o próprio gênero, passando a valorizar mais as opiniões masculinas.

6.1 A sutileza nada sutil do racismo cotidiano e epistêmico na pós-graduação

Por ser estrutural, o racismo manifesta-se em todos os meios sociais, inclusive no ambiente acadêmico. O racismo nos violenta de todas as formas, nossos corpos, e nossos saberes são a todo tempo atravessados pelo racismo que por muitas vezes nos faz adoecer, por não entender, e não compreender por que a sociedade nos trata assim. Kabengele Munanga (2017), ao discutir as singularidades do racismo no Brasil, nos diz sobre as dificuldades dos/as brasileiro/as entenderem e decodificar as peculiaridades do racismo à brasileira.

O autor defende que o racismo em nosso país tem características diferentes dos demais modelos de organização social que se constituíram explicitamente racistas ao longo da história da humanidade. No Brasil, o racismo é implícito, sendo assim os/as brasileiros/as não se consideram racistas. Nesse caso, o racista acaba sendo o outro, não o eu. Essa voz surge da crença de uma democracia racial, um mito. Desta forma, o autor aponta o racismo

implícito e velado como sendo um dos problemas cristalizados na população brasileira que dificulta o reconhecimento e uma confissão sobre ser racista e sobre se perceber cometendo atos racistas.

De acordo com Nunes (2010), o racismo se traduz e se transmuta em nova fisionomia, que utiliza mecanismos subjetivos necessários para a sua apreensão. O que diferencia é a forma em que se manifestam, porém em qualquer lugar do mundo o racismo se expressará de forma perversa e funcionará como mecanismo de exclusão social dos negros (Franz Fanon, 2008). Nesse sentido, negar ou não perceber o racismo, é também uma forma de se proteger das dores que ele nos causa, pode ser entendido também como um mecanismo de defesa, uma vez que a negação nos preserva do confronto desconfortável com a realidade que o racismo nos apresenta, como pode ser observado na fala da nossa interlocutora Enedina Alves:

Não, eu nunca vivi (racismo) ou eu não percebi isso. Eu não sofri, ou igual estou te falando, às vezes eu já sofri, mas eu não percebi. Pode ser até um jeito de defesa que a gente tem. Diretamente, nunca aconteceu. Mas igual, tem a questão do racismo ser estrutural. Acaba que a gente vai sofrer, mas igual eu estou te falando, às vezes só entregar pra Deus. O racismo está enraizado, eu sei que com certeza já aconteceu algum caso assim, e eu não percebi, ou isso que eu te falei, não é que não tenha percebido, de alguma forma, eu bloqueei isso e não entendi como racismo, sendo que foi. Só foi uma forma ou mecanismo de defesa para não ficar sofrendo com aquilo. Às vezes, na hora, realmente você não percebe. Mas depois você pára pra pensar, você fala assim, ah, mas o que foi que aconteceu? Então, eu acho que é muito essa questão de não é que você não passou, você se protegeu da forma que você tinha. (Enedina Alves, 2025).

Percebe-se que a nossa interlocutora prefere ignorar que tenha sofrido racismo, como uma forma de se defender desse ato que é tão violento. O racismo é cotidiano, ele se apresenta a todo momento e de diferentes formas. É uma prática tão comum, que acostumamos deixar passar, esquecendo que é um crime, e quem comete o racismo tem que saber que tem consequências previstas em lei, como podemos observar no art. 5 da Constituição Federal no inciso XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Por isso, enquanto deixamos passar, o racismo vai se perpetuando com algo natural.

“O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, ou que nunca passou por isso” (Ribeiro, 2019 p. 47). Por ser estrutural, o racismo, consequentemente, é estruturado e estruturante, pois afeta a formação dos sujeitos e das instituições de modo constante:

Uma das formas de me proteger é que eu falo muito alto. Eu grito, eu converso alto. Meu tom de voz é alto. E isso afasta as pessoas. E aí, pelo menos, está longe de mim. E não chega... As pessoas têm medo de conversar comigo. Eu sou alta. Eu tenho 1,70m. Eu sou gorda. Ando com a cara fechada. E ainda falo alto. Me imponho. Eu não tenho medo de falar. Então, assim, isso é uma forma de proteção mesmo. A gente acaba criando essa casca mesmo. Para me proteger de pessoas ruins, que possam agir mal comigo. Então talvez isso seja um dos motivos de eu nunca ter percebido ou de fato ter sofrido racismo. As pessoas têm medo de chegar até mim porque eu aparento ser uma pessoa grossa, estúpida, arrogante, que não tem medo de falar. Mas aí, quando você vai me conhecer, você vai me escutar, é só show, sou uma delicadeza em pessoa (Luiza Bairros, 2025).

Segundo Ribeiro (2018, p.38), “uma mulher negra empoderada incomoda muita gente - basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando veem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina”. Geralmente as pessoas negras quando se impõem, quando não abaixam a cabeça por saberem seu valor, são vistas como agressivas, pois o silenciamento, a passividade e o modo subserviente, é o que a branquitude espera de nós. Na fala da nossa interlocutora, quando ela descreve suas características e o seu jeito de se comportar diante de determinadas situações, fica claro que ela é uma mulher que sabe se impor, que questiona, que faz interpelações, por isso é vista como agressiva, raivosa, “negra metida”, “negra abusada.” Se ela fosse uma mulher branca, que falasse alto, ela seria considerada como raivosa?

O racismo age com o intuito de naturalizar as relações sociais desiguais entre as raças, sem que quem está sofrendo racismo, ou seja, a vítima perceba o quanto determinados lugares são violentos, geralmente não notam que sua presença em determinados espaços são dificultadas pelo racismo. A sociedade age com desconfiança em relação ao negro/a. Essa desconfiança não é algo natural, mas sim resultado de um processo histórico e ideológico que construiu uma imagem inferiorizada da população negra. Essa atitude é resultado do racismo, que faz associação do negro/a a estereótipos negativos como se as pessoas negras configurassem uma constante de ameaça, resultando em preconceito e discriminação. A figura do sujeito negro/a é tida como suspeita, quando adentra em determinados espaços. Essa desconfiança não é natural, mas sim um processo histórico e ideológico que remonta à escravidão e à construção de uma identidade nacional que inferioriza a população negro:

Quando eu entrei no laboratório de pesquisa, o menino (estudante) falou que não era para as pessoas confiarem em mim, porque não era a minha área. Tipo, foi extremamente preconceituoso, me julgar, sem me conhecer. Então, essa situação que aconteceu com esse menino (estudante), quando a gente passa por situações, a gente fica assim, ah, não quero acreditar que foi isso. Então, assim, eu nunca parei para pensar e acreditar que ele teria sido racista comigo. Acredito que foi mais uma questão de eu ser uma pessoa nova no departamento, ser caloura da pós-graduação, foi no primeiro período, que ele agiu dessa maneira (Luiza Bairros, 2025).

Sendo assim, o racista pratica seu racismo sem demonstrar que está discriminando por uma questão racial e quem sofre o racismo não consegue identificar que está sofrendo uma violência por ser negro. *“A gente fica assim, ah, não quero acreditar que foi isso”*. (Luiza Bairos, 2025). Se ela fosse uma mulher branca, ele teria agido da mesma forma? Crescemos com a ilusão de que aqui no Brasil não existe racismo, fica difícil acreditar que estamos sendo discriminados por nossa cor. Apesar da recusa da presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo cotidianamente na vida social brasileira, uma vez que ele pode ser escancarado, ou silencioso:

É que me afeta. É estranho, porque é o que eu falei no início. Nunca convivi com isso, nunca me aconteceu isso (racismo). Mas ouvir de outras pessoas me revolta, e parece que é comigo. Parece que tá sendo comigo. E aí, como eu acho que eu nunca vivi fisicamente nada do tipo, eu não sei como é a dor daquela pessoa, e eu fico imaginando o quão revoltada eu ficaria. Então, assim, essas coisas me afetam muito. Ouvir, falar, ler, ver, me afetam muito (Luiza Bairos, 2025).

O racismo interpessoal é caracterizado pelo preconceito (suposições acerca de habilidades, intenções e motivos por causa da raça do indivíduo) e discriminação (tratamento diferenciado devido à raça do indivíduo) na vida cotidiana das pessoas. Pode ser intencional ou não intencional e inclui tanto atos de ação quanto atos de omissão. Manifesta-se por meio de desrespeito, atendimento precário ou inexistente, falta de informação sobre direitos, desconfiança, hiper vigilância e atos mais “sutis”, como mudar de calçada ou segurar a bolsa ao cruzar com pessoas negras (Jones, 2000), como podemos observar na fala de Luiza:

Comecei a sentir que alguém ali não queria que eu fizesse o que eu fosse fazer. E aí, depois dessa situação, foram acontecendo outras situações. De precisar de uma ajuda para preparar uma solução, e a professora falou, para eu entrar em contato com fulano. Aí eu entrei em contato, e aí esse aluno, que também é doutorando, falou para mim: olha, você está num doutorado, as coisas têm que partir de você, você não pode ficar esperando por mim, porque daqui a pouco eu vou embora, e a professora vai te cobrar. E aí eu falei: estou te perguntando por que a professora pediu pra te perguntar (Luiza Bairos, 2025).

Grada Kilomba (2019) discute a recusa que, no racismo, é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial, caminho pelo qual o sujeito branco se valida da sua figura universal para apontar o sujeito negro como o que está ali para roubar o que é seu, como observado no relato de Luiza:

E aí tem uma menina (estudante) agora que está no mestrado e está trabalhando em uma pesquisa parecida, porém os dois são muito amigos. Então, pra ela fazer a mesma pesquisa que ele (estudante) está tudo bem, mas eu não posso fazer a mesma pesquisa que ele. Ela é branca, loira, e de olhos verdes. Então... e ele é um homem branco também (Luiza Bairos, 2025).

A branquitude cria uma rede de apoio, elas se protegem, protegem seus interesses e criam obstáculos para impedir a ascensão das pessoas negras a determinados espaços, principalmente os de poder. Segundo Bento (2002) “a imagem que temos de nós próprios encontra-se vinculada à imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defendermos os seus valores. Assim, protegemos o "nosso grupo" e excluimos aqueles que não pertencem a ele”.

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...] Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p.18).

A discriminação racial é o tratamento diferenciado a pessoas ou grupos baseado em sua raça ou cor, e ser negro numa sociedade racista muitas vezes no pensamento da branquitude é que estamos para servi-los. Sendo que o racismo estruturado na nossa sociedade, manifesta-se desde o preconceito no dia a dia até a discriminação institucional.

Não presenciei racismo nem nada, mas a gente percebe que as pessoas tratam diferente quem é branco e quem não é, as pessoas não são tratadas iguais. Coisas simples como poder ajudar em alguma atividade, as pessoas já falam que estão ocupadas e que não podem ajudar. Coisas do cotidiano mesmo (Anita Canavarro, 2025).

Na maioria das vezes, ignorar o racismo é uma forma de proteção para seguir em frente, evitando a dor constante provocada pelo racismo e a sensação de impotência. Pois lidar com a realidade do racismo em todos os momentos seria insustentável. Portanto, não se trata de ignorar voluntariamente o problema, mas sim de uma resposta psicológica e emocional a uma realidade de opressão estrutural e contínua:

Com certeza a questão do nosso país é que o racismo aqui é velado, o racismo aqui é indireto, então as pessoas amam falar que não são racistas, se você perguntar para qualquer professor, se eles são racistas eles vão bater no peito e vão falar que não, que tem orientandos negros. Outros vão falar, que acolheram vários estudantes de países africanos. Como que eu sou racista? Mas no dia a dia você vê como isso acontece (Simone Evaristo, 2025).

Para demonstrar ausência de preconceito racial, usam falas como esta, tenho orientandos negros, e outras frases nesse sentido, como prova contra as acusações de racismo. Tais frases são usadas como escudos ou justificativas, para amenizar as práticas racistas. Evidentemente para que a branquitude consiga manter seus privilégios e os negros continuem a margem da sociedade, na subalternidade e sem lutar pelos seus direitos. Pois o racismo

sabe aonde quer chegar, e quem ele quer atingir, ele é violento, sendo assim, nos violenta de todas as formas.

Porque nosso racismo é, utilizando uma palavra bem conhecida, sutil. Pelo fato de ser sutil isso não quer dizer que faça menos vítimas do que aquele que é aberto. Faz vítimas de qualquer maneira (Munanga, 2010). “Assim, como os demais tipos de racismo, tende a ser camuflado, nem por isso deixa de ser presente, fazendo vítimas negros e negras e impedindo seu acesso a determinados espaços sociais, como o acadêmico” (Euclides, 2017).

Por ser uma pessoa negra você vê que as coisas pesam muito mais para você do que para os outros. Mas a gente fica vendo outras pessoas fazendo coisas que eles não falam nada, que eles não se importam. A aluna negra, aluna que era dele [orientador], que já tinha sido estagiária no laboratório há muito tempo, não foi nada sério, eu perguntei para outras pessoas também não ouvi só versão dela. E ela foi escoraçada do laboratório. Eles têm ódio, tem ódio (Simone Evaristo, 2025).

A branquitude tenta desconsiderar e descaracterizar o racismo para manter seu privilégio, utilizando-se da expressão “mimimi” de forma ofensiva à reclamação alheia, inclusive desconsiderando a dor do outro. Essa expressão tem o objetivo de interromper a queixa, e o diálogo contrário ao pensamento da supremacia branca. O “mimimi” é uma forma de censura e de inferiorização do pensamento contrário. De acordo com Grada Kilomba (2019), há um desconforto em discussões quanto a lugares de fala, sobretudo em torno da dificuldade da pessoa branca em ouvir temas relacionados a questões raciais.

No momento de falar sobre essas coisas [racismo] usam aquela expressão que eu odeio, mimimi. Eu odeio essa expressão do fundo do meu coração, porque é tudo aquilo que dói no outro que não dói em você. Então as pessoas acham que falar sobre isso [racismo] é mimimi, está sendo militante por algo que não acontece, parece que é uma invenção. Parece que a gente tá inventando racismo. (Simone Evaristo, 2025)

Nesse sentido, as narrativas dos que foram silenciados e que em determinado momento expõem suas experiências e questionamentos, no lugar dos grupos então considerados minoritários, aciona mal-estar que repele o diálogo (Ribeiro, 2019):

Eu sou uma pessoa que já me cobro muito. E eu acredito que por eu ser uma mulher. Por eu ser negra. Eu sou uma mulher gorda. Eu sou uma mulher obesa, não sou gorda, eu sou obesa. E eu, desde nova, escuto, principalmente da minha mãe. Você já é preta e age assim? Você já é preta e fica assim? Então, eu cresci falando assim, eu sou negra, então eu tenho que mostrar quem eu sou, eu tenho que dar o meu melhor (Luiza Bairros, 2025).

A cobrança contínua de ser perfeito, perpetua implicitamente a desumanização de nos obrigar a sermos melhores, sem pensar nas consequências nocivas sobre o nosso corpo. Essa autocobrança nos impede de reconhecer nossas limitações, fragilidades e dificuldades,

além de não nos permitir errar. Estamos acostumados a nos obrigar, inúmeras vezes, a atingir esse potencial inalcançável. Isso gera uma pressão excessiva, pois um erro pode ser usado para invalidar ou desacreditar a trajetória e a capacidade de todos os negros/as, o negro/a. Em uma sociedade racista, não se é permitido errar, é preciso ser melhor, se destacar em tudo que estamos fazendo, como é observado na fala da nossa interlocutora, *“para a gente poder ser reconhecido, a gente tem que fazer 10 vezes mais do que um branco faz”* (Simone Evaristo, 2025).

Nesse sentido, a construção da inferioridade do negro foi muito bem arquitetada durante os séculos e, até hoje a estrutura social encontra-se excessivamente contagiada pelas consequências das teorias raciais, promovendo a continuidade da discriminação racial em suas mais variadas formas.

Nesse viés, a reflexão sobre a representação social dos negros/as, pode ser associado ao tipo de pensamento formulado sobre o papel do negro e do branco na sociedade. Nossa sociedade, elencou com maestria os lugares e os papéis sociais que poderiam ser desempenhados por pessoas brancas e pessoas negras: quem cria as leis, quem produz ciência, quem trabalha nas plantações, quem cuida da cozinha/casa. Ficando a população negra com as funções mais subalternas.

Nesse sentido, a formação social do Brasil é marcada por um processo de violência e exclusão. Como consequência dessa exclusão, tem-se as desigualdades que se tornaram algo natural no país e que se expressam no nosso cotidiano, principalmente no âmbito educacional. Para Gomes (2005), a naturalização das desigualdades raciais leva a sociedade a entender como “natural” a ausência dos negros nas ocupações ditas de maior prestígio social, não vê-los ocupando espaços nos ambientes educacionais, é visto como algo normal, e que os negros se encontrem nas posições mais baixas, mais subalternas da hierarquia social.

Sendo assim, esse processo histórico reduziu as possibilidades de acesso à educação para a população negra, e a educação brasileira tem servido como um dos principais dispositivos de manutenção das desigualdades raciais. “A educação é [...] um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras” (Gomes, 2010, p.24). Contudo, a estrutura educacional segue excluindo, silenciando e deslegitimando as vozes negras.

Essa situação nos mostra que a exclusão educacional é o resultado de um projeto histórico que impediu, por meio de dispositivos legais, o acesso dos corpos negros à educação

deixando-os na subalternidade. Nesse contexto, historicamente a educação foi planejada para atender a classe burguesa branca, e assegurar seus privilégios, segregando a população negra do acesso à educação e consequentemente da produção intelectual, houve no entanto o apagamento dos saberes do povo negro que foi historicamente subalternizados pela colonização europeia, como podemos perceber na fala de Simone:

Mas a gente fica vendo outras pessoas fazendo coisas que eles (orientadores) não falam nada, eles não se importam. Teve um caso específico de uma IC (iniciação científica). Um monte de gente reclamava dela. A menina (estudante), falou que ia ajudar com a pesquisa, era para coletar material às 5:00 horas da manhã, eles tinham que encontrar 4:00 horas da manhã. Às 3:30 horas, a estudante mandou mensagem falando: não vai dar para ir, e não foi. Isso foi levado até o orientador. Sabe o que aconteceu? Nada, a bolsa dela não foi cortada, ela não recebeu puxão de orelha e não aconteceu nada. É muito indireto (o racismo). E o meu orientador queria que ela fosse a primeira autora do meu resumo. E eu não deixei, ela é uma estudante branca de olho claro. Ela é do Rio Grande do Sul, depois ele foi e conseguiu de outro aluno que havia feito dois resumos, ele (o orientador) colocou ela como o primeira de um dos resumos (Simone Evaristo, 2025).

Além do apagamento, vê-se um tratamento diferenciado, será que se fosse uma/um estudante negra/o isso aconteceria? O tratamento seria o mesmo? A questão de tentativa de apagamento e invisibilização das produções e da intelectualidade negra, parece ser uma prática comum dentro do espaço acadêmico, isso pôde ser observado também na pesquisa desenvolvida por Lidianie Barreto, onde ela traz o relato de uma de suas interlocutoras: “ela contribuiu com o trabalho, mas o trabalho foi submetido a um evento acadêmico sem a sua autorização e com o seu nome retirado pela colega branca e pelo professor” (Barreto, 2025, p. 79).

Na pesquisa de Nirvana Nicolato também foi observada essa mesma prática. “A estudante branca se manteve na dupla para desenvolver o trabalho juntas, mas não o fez, não demonstrou interesse em realizar, não era justo que ela ficasse como primeira autora do resumo, como pretendeu o orientador” (Nicolato, 2025 p.101). O conhecimento produzido por pessoas negras, sobretudo por mulheres negras, é sempre colocado num lugar de subalternização. A ciência é utilizada como reprodutora de relações sociais e de poder hierarquizado e desigual. A epistemologia tradicional branca e eurocêntrica, estabelece os temas, os métodos e os paradigmas que devem ser aceitos e, por conseguinte, em quem e no que se deve confiar (Kilomba, 2019). Como a sociedade nos considera incapazes intelectualmente, a todo tempo somos postos a prova, e o nosso saber é questionado.

De acordo com Carneiro (2023, p.106), quando o que está em questão é assegurar privilégios, e uma estrutura social hierarquizada segundo parâmetros raciais e de classe, ter

o controle do acesso à educação é de suma importância, visto que ela é parte do conjunto de oportunidades sociais que podem levar à equidade e à justiça social. De acordo com a autora, “no Brasil, para as classes subalternas a educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social” (Carneiro, 2023, p.108). Nesse sentido, utilizar do controle sobre o acesso às oportunidades educacionais desempenha um papel fundamental na manutenção de privilégios e na perpetuação das desigualdades sociais.

Nesse contexto, os privilégios raciais, tanto simbólicos, como materiais, permitem o desenvolvimento e ascensão do grupo racial branco, assumindo a universalidade da intelectualidade branca, ao mesmo tempo que exerce a abstração dos conhecimentos de outros grupos étnico-raciais que foram dominados e colonizados (Schucman, 2014). Nessa perspectiva, a população negra foi condenada a ocupar o lugar da irrelevância, da invisibilidade e da inferiorização. Essa inferiorização é produzida por meio da imposição de barreiras de acesso dos grupos subalternizados às oportunidades educacionais. Euclides (2019, p.40), relata sua inquietação por ver a naturalização e a subalternização inquestionável das ausências das pessoas negras [...]. “O que “limitava” as nossas presenças nos espaços educacionais?” Ou seja, porque é tão normal não se ver pessoas negras dentro das salas de aula como docentes, ou como discentes?

Nesse sentido, de acordo com Carneiro (2005) a educação brasileira tem interferência do dispositivo de racialidade, onde a racialidade é configurada como um domínio que produz saberes, poderes e subjetividades. Sendo assim, esse mecanismo opera como estratégia de inferiorização intelectual das pessoas negras. Ainda de acordo com a autora, as pessoas negras têm oportunidades educacionais mais limitadas devido às práticas discriminatórias e, principalmente, aos mecanismos racistas (Carneiro, 2005). Ademais, ao ser excluído dos espaços de poder político e econômico, consequentemente o negro/a também é excluído dos espaços de produção do conhecimento. Nesse contexto, no espaço acadêmico é visível a ausência de pessoas negras, nas referências bibliográficas e no corpo docente.

Grada Kilomba, ao prefaciар o livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* do autor Frantz Fanon, traz o princípio da ausência, no qual “algo que existe é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo.” (Kilomba, 2020, p. 12). Nesse sentido, para a autora é através desse princípio que os espaços brancos se mantêm branco, tornando a branquitude a norma. E é essa norma, tornada normalidade que aponta quem pode representar (Kilomba, 2019).

Tem-se, pois, que, essa norma é a causa dos impedimentos e das ausências dos corpos negros na sociedade. Carneiro (2023, p.121) no seu livro, Dispositivo de Racialidade, traz que “o negro é interditado enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente”.

Em diálogo com minhas interlocutoras constatou-se quais as autorias adotadas na academia, mostrando assim a ausência de autores negros, refletindo como a academia é eurocentrada. “Mas a gente sabe que infelizmente a literatura também é bem Branca, eu uso uns mais famosinhos, assim, homens brancos, o Botelho e o Prand” (Katemari Rosa, 2025). “Eu uso um autor que é canadense, que é Kenneth Welsh, a gente usa ele também muito como referência. E tem um outro que é Zucal. Ele... Eu acho que ele é europeu” (Enedina Alves, 2025). A invisibilização dos autores negros/as no ambiente acadêmico, acentua o apagamento da intelectualidade negra.

Também pode-se observar que o número de professores negros/as é quase que inexpressivo ou inexistente, e que as questões raciais não são abordadas nesses programas, como podemos observar nas falas de nossas interlocutoras: “eu acho que essa questão racial não chega tanto na veterinária eu posso estar enganada, mas eu acho que tem uma dificuldade de chegar lá. Para se ter noção, a gente não tem professores negros/as” (Simone Evaristo, 2025).

“Eu tenho certeza que não tem temática, não tem nada que discute, nada sobre questões de orientações raciais, temáticas raciais” (Anita, 2025). “De não ver representatividade de pessoas negras, dentro da pós. Eu acho que se eu não me engano são duas professoras negras” (Katemari Rosa, 2025). “No meu programa tem duas professoras negras” (Jaqueline Goes, 2025). “Só um, só um professor negro” (Enedina Alves, 2025). “E Professor negro, não tem, é complicado, não tem” (Sônia Guimarães, 2025). “Talvez, dois professores seriam que eu consideraria negro ali, mas são de pele bem clara, eu nem sei se eles se identificam como negros” (Luiza Bairros, 2025). Os professores que a nossa interlocutora considera negro, são de pele bem clara e sendo assim conseguem ocupar e serem tolerados nesses espaços. De acordo com Carine (2026, p. 72), “no Brasil, sua racialidade é determinada pela leitura social que fazem de você, possibilitando-lhe acesso ou restrições mediante essa leitura”.

Nessa perspectiva, os indivíduos negros com pele mais clara são mais tolerados e conseguem ter mais acesso a espaços sociais, e na academia isso não é diferente, nessa

perspectiva o colorismo, surge como mais uma forma da discriminação racial, quanto mais escura a tonalidade da pele, maior as suas chances de sofrer exclusão na sociedade, quanto mais perto da tonalidade branca, e com menos traços fenotípicos, mais aceito o sujeito será. Em uma sociedade racista, cria-se uma ilusão de fazerem parte do espaço reservado às pessoas de pele branca, porém a marca racial, ou seja, o fenótipo é evidente em seus corpos, e esses não vão deixar de sofrer racismo.

Nesse contexto, uma vez que não são utilizados autores negros/as e a representatividade negra no corpo docente é mínima ou inexistente nesses programas de pós-graduação, como pode ser observado por meio dos relatos das interlocutoras, percebe-se também que dentro desses programas de pós-graduação não há produções relacionadas às temáticas raciais. Apenas em um dos programas (Extensão Rural- CCA) uma temática se aproxima do campo das relações étnico-raciais, e por esse motivo ela consegue trazer autores negros como, Frantz Fanon e Katiuscia Ribeiro, para construir a pesquisa. *“Assim, eu foco bastante em pessoas negras, como eu disse, Fanon, Katiuscia Ribeiro. Mas enfim a gente acaba colocando autores brancos, porque a literatura é branca”* (Katemari Rosa, 2025).

Essas ausências configuram-se em grandes prejuízos, pois limitam a diversidade cultural e cria uma lacuna na compreensão das experiências vividas por pessoas negras no Brasil, é fundamental ter uma diversidade epistemológica. Uma vez que, pesquisadores e intelectuais negros/as são apagados/as ou invisibilizados/as nos ambientes acadêmicos, o que resulta na propagação de um pensamento hegemônico branco-eurocentrado tido como universal, produzindo o epistemicídio da intelectualidade negra.

Carneiro apresenta que:

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (Carneiro, 2005, p.97).

Sendo assim, tem-se que o epistemicídio, é um o processo de desqualificação, destruição e aniquilamento de formas de conhecimento, a partir de pressupostos etnocêntricos, exclusivistas e excludentes. De acordo com Carneiro (2023), o epistemicídio é um dos instrumentos mais eficazes e antigos de dominação étnico-racial, que acontece quando se nega a legitimidade de conhecimentos produzidos por grupos excluídos e seus

membros como produtores/as de conhecimentos. Desse modo, a produção do saber, reflete a herança excludente que ainda hoje é marcada pela ausência do negro como sujeito epistêmico.

Como a elite dominante do nosso país é predominantemente branca, a sociedade brasileira usa de dispositivos de racialidade (Carneiro, 2005) reduzindo os espaços de poder e decisão das populações não-brancas, e privilegia as pessoas brancas aos quais tem seus conhecimentos adotados como autoridades epistêmicas nas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a ausência de escritores negros/os, contribui para um total desconhecimento e apagamento da riqueza da história afro-brasileira, perpetuando assim, estereótipos e preconceitos dentro da nossa sociedade. A presença negra na academia é fundamental para trazer novas perspectivas e corrigir disparidades históricas na produção de conhecimento.

Gomes (2017) afirma que a presença de corpos negros em lugares de conhecimento muda o ambiente universitário, não apenas por causa da participação quantitativa, da corporeidade e dos diferentes níveis econômicos, mas também, principalmente, dos valores, das cosmovisões e das representações que passam a fazer parte do campo do conhecimento. Nesse sentido, a nossa luta é para que a academia não mais perpetue a função de promover o nosso apagamento como sujeitos que produzem conhecimento no país. Uma vez que esse processo de exclusão e desvalorização do conhecimento negro dentro do espaço acadêmico contribui para a perpetuação das estruturas de opressão e para a manutenção da conjuntura que marginaliza os grupos racialmente considerados como minoritários, intensificando assim o epistemicídio.

Nesse sentido, é urgente e necessário ter disciplinas que discutam as questões étnico-raciais na pós-graduação, para que se desconstrua a ideia de que somente os saberes eurocêntricos têm validade, é preciso valorizar e dar visibilidade a história e aos saberes afro-brasileiros no meio acadêmico. Porém, percebe-se, no entanto, que essa temática é negligenciada nos programas, ou seja, é vista como algo sem importância, dado ao fato de não haver disciplinas que contemplem essa questão, como pode ser observado pelo relato das interlocutoras, que dizem que essa temática não é contemplada no seu programa de pós-graduação e também não há publicações que se referem a esse assunto. Isso também é reflexo da falta de representatividade de docentes negros nos programas, e do epistemicídio.

A nossa interlocutora, Sônia Guimarães, relata que no seu programa não tem nenhuma disciplina que contemple as questões raciais. *“Eu acredito que não tenha nenhuma”* (Sônia

Guimarães, 2025). Porém, na graduação participou do PET Agronomia e teve um trabalho sobre questões sociais. *“Não teve um trabalho escrito, mas teve eventos dentro da Universidade que eu participei”* (Sônia Guimarães, 2025):

Temática racial não, mas teve um trabalho. Não era racial, mas um trabalho que abordava essa questão social. Porque eu já participei do grupo PET agronomia e esse grupo tem um pilar, que é social, pesquisa e extensão, então a gente tinha meio que um contato também com essas questões dentro desse próprio grupo. E aí teve um evento para mulheres negras na ciência, então eu participei desse evento fiz a chamada para as pessoas se reunirem lá na mesa redonda, falei com a professora que era sobre essa temática também lá dentro da Universidade da sociologia Rural, ela gostava de falar do papel da mulher negra dentro das ciências agrárias (Sônia Guimarães, 2025).

A nossa interlocutora, Katemari Rosa, relata não ter feito nenhuma disciplina que discuta as questões étnico-raciais, mas que tem sim, disciplina que discuta esse assunto. *“Tem uma professora que é a referência”* (Katemari Rosa, 2025):

Então, eu não vou saber falar todas as disciplinas que têm por que eu acho que deve ter uma outra assim, eu não fiz nenhuma. Na verdade, tem uma professora que trabalha com essas questões étnico-raciais, quilombolas. Ela traz muitas dessas temáticas nas aulas. Eu não fiz, queria muito ter feito, mas quando eu entrei ela saiu para fazer o pós-doc (Katemari Rosa, 2025).

Nesta fala, a nossa interlocutora relata que gostaria de ter feito a disciplina que discute questões étnico-raciais, mas não teve oportunidade, porque a professora que ministra essa disciplina saiu para fazer pós-doc. Nessa perspectiva, é fundamental que se tenha mais professores que abordem essa temática. Para isso, faz-se necessário que se tenha concurso e que a lei de cotas seja aplicada e ampliada na pós-graduação. Ao aumentar o quadro de professores que tratam das temáticas raciais, tem-se a possibilidade de novas metodologias e abordagens que rompem com referenciais eurocêntricos, além de diversificar a produção científica dentro da academia.

“No meu programa não tem disciplinas que discutem questões raciais”. (Anita Canavarro, 2025). A temática racial muitas vezes não é tratada com a devida importância, na realidade, quando se tem alguma disciplina especificamente que aborda as questões étnico-raciais ela é oferecida como optativa e não como disciplina obrigatória, como deveria ser dada a relevância do assunto, proporcionando o silenciamento desse tipo de discussão.

7. Chegar, Reparar, Representar: Ações Afirmativas e Epistemologias Discentes

Este último capítulo destina-se a apresentar e discutir sobre os impactos da presença de corpos negros e suas reverberações nas produções científicas e apontar a legitimidade e a

pertinência das ações afirmativas enquanto caminho político, ético para equidade racial na sociedade brasileira.

7.1 Chegamos, estamos aqui: corpos negros e produções científicas na pós-graduação

O combinado era que o lugar das mulheres negras era na cozinha, mas nós decidimos que o nosso lugar é na academia como pesquisadoras, fazendo ciência e produzindo conhecimento. O meio acadêmico brasileiro, é um lugar que historicamente, foi moldado para atender às elites brancas e burguesas, dificultando o acesso de pessoas negras e das classes mais baixas ao conhecimento científico e ao desenvolvimento profissional (Silva; Massoni; Brito, 2024). Ademais, ao ampliar o acesso dos grupos historicamente marginalizados, a universidade pública não apenas corrige distorções históricas, mas também se fortalece enquanto espaço de pluralidade epistêmica e diversidade social.

Por sua vez, a imagem de quem faz ciência ainda é estereotipada, sendo associada a uma atividade exclusivamente masculina. Segundo Barboza, Schittini e Nascimento (2018), procurando no imaginário social a figura de cientista, tem-se a associação de homens brancos como únicos participantes do processo de construção da produção científica. Sendo assim, a ciência, enquanto instituição de poder, tem suas raízes em uma estrutura eurocêntrica, branca, masculina e cisheteropatriarcal, sendo moldada por opressões como racismo, classismo, sexismo, capacitismo, LGBTQIA+fobia, entre outras (Silva; Massoni; Brito, 2024).

Ademais, as mulheres eram vistas como coadjuvantes na pesquisa científica e até eram impedidas de participar, especialmente nas ciências naturais. As que conseguiam se envolver com a Ciência frequentemente tinham suas contribuições ignoradas ou atribuídas a homens, considerados os verdadeiros detentores do conhecimento (Santos *et al.*, 2024)

Nesse sentido, nas últimas décadas temos observado avanços importantes em relação à inserção e à participação das mulheres no campo científico. É possível observar o elevado número de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa. Porém, sua maior inserção é mais observada em determinadas áreas, como, Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, os chamados “guetos femininos” (Felício, 2010).

Nesse contexto, mesmo as mulheres negras representando uma parcela significativa da população brasileira, é evidente a dificuldade de acesso às carreiras na área científica. A

não valorização das mulheres negras na Ciência é uma realidade histórica de apagamento de suas contribuições e conhecimentos, intensificando estruturas de desigualdade racial e de gênero. Quando elas conseguem acessar esses espaços, seu percurso é constantemente marcado por processos de alterização negativa – um fenômeno em que o indivíduo que se distancia do padrão hegemônico da sociedade é submetido à discriminação, exclusão e marginalização. No caso, essa dinâmica afeta diretamente as mulheres negras (Santos *et al.*, 2024).

Mesmo com importantes cientistas negras fazendo descobertas significativas e inovando em diversas áreas, muitas continuam sendo invisibilizadas ou subestimadas em comparação a seus colegas homens. Segundo Kilomba (2019), ao contrário do que querem acreditar, as mulheres negras sempre produziram conhecimento, porém, por serem afastadas do poder no âmbito estrutural e, por consequência, no institucional, encontram dificuldades na propagação e aprovação dos pensamentos fora do grupo racial ao qual pertencem.

Sendo assim, é fundamental destacar o nosso papel como mulheres negras na ciência não apenas para que se corrijam as injustiças históricas, mas para enriquecer o campo científico com diferentes perspectivas, abordagens e experiências, a pluralidade e a diversidade trazida por diferentes olhares enriquecem ainda mais a produção do conhecimento. O reconhecimento e a promoção do nosso lugar enquanto cientistas negras é um passo essencial para a construção de uma ciência mais inclusiva, equitativa e representativa, que valorize a diversidade de pensamentos e contribua para o avanço de uma sociedade mais justa. Uma vez que o meio acadêmico é dominado por padrões excludentes, sendo, portanto, necessário ressignificá-lo para garantir que pessoas negras, além de ingressarem, possam também desenvolver plenamente suas potencialidades e contribuir com perspectivas que enriquecem a produção do conhecimento. (Barreto 2025, p.76)

Uma vez que é necessário romper com os paradigmas eurocentrados e que desconsideram o povo negro como sujeitos produtores de conhecimento. É preciso demarcar o lugar da produção do conhecimento do negro e o legado afro-diaspórico em contraponto ao racismo epistêmico que nega e desqualifica essas formas de pensamento (Reis; Lima; Nascimento, 2020). Nesse contexto, podemos observar que essas mulheres pretas estão rompendo com o paradigma imposto pela sociedade, elas estão saindo do lugar de cuidadoras para adentrar no mundo da pesquisa em diferentes áreas, distintas daquela que lhes são impostas pela sociedade machista e patriarcal. Essa pesquisa foi realizada com estudantes

cotistas dos centros de Ciências Agrárias (CCA) e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB), nesse sentido, no que tange à produção de conhecimento, as questões étnico-raciais são pouco contempladas, mas é inegável a contribuição do povo negro escravizado em diversas áreas do conhecimento.

Katemari Rosa

Katemari é discente do Centro de Ciências Agrárias e está desenvolvendo sua pesquisa em etnobotânica, com plantas medicinais usadas nos rituais das religiões de matrizes africanas e está trabalhando em dois terreiros na cidade de Viçosa. A palavra etnobotânica indica o “ramo da botânica que estuda o papel e a utilização de certas plantas pelos povos” (Etnobotânica, 2021). Apresenta-se como uma subárea da botânica que estuda as interações das sociedades humanas com as plantas utilizadas no tratamento de doenças, na alimentação e em rituais religiosos. Um dos objetivos da etnobotânica é evidenciar os conhecimentos acumulados pelas comunidades tradicionais, uma vez que esses conhecimentos são transmitidos oralmente de geração em geração e costumam permanecer dentro dessas comunidades.

Em sua pesquisa, ela traz a história do povo negro, a contribuição do uso medicinal das plantas, um conhecimento que está sendo perdido e que possui grande valor cultural, somando-se a isso a importância de se valorizar a identidade e os saberes ancestrais, como podemos observar no seu relato:

Inclusive a minha pesquisa é sobre as religiões de matriz africana daqui de Viçosa no caso da umbanda. Aí estou trabalhando dois terreiros aqui também, mas eu sou umbandista já tem 10 anos. Então a minha pesquisa, é a etnobotânica, presente dentro das práticas ritualísticas da Umbanda em Viçosa, Minas Gerais. O objetivo é identificar e registrar, quais as plantas que são mais utilizadas dentro dessas ritualísticas. Também seria, qual que é a transmissão desses saberes? Eu trago muita questão também da historicidade. Desde a história mesmo, do povo negro. Eu foco bastante em pessoas negras. Como eu disse, Fanon, Teresinha, Katiuscia Ribeiro. Então eu acho que contribui muito nessa questão do uso medicinal mesmo das plantas, que é um conhecimento que está sendo perdido, e entra cultura principalmente das religiões de matriz africana que são. Os povos comunidades fazem parte dos povos, comunidades tradicionais. Então eu acredito que faz parte disso ter um resgate, né cultural. Então para mim, o que eu acho que o que pega mais forte essa questão da identidade mesmo negra. Eu acho que a identidade. Porque a religiosidade afrobrasileira, ela é uma questão de identidade. Vem de uma cultura Negra. Também a valorização desses saberes (Katemari, 2025).

Assim, o estudo etnobotânico reforça a valorização da cultura, história e religiosidade africana e afro-brasileira, colabora para a divulgação dos saberes tradicionais e na aproximação dos afrodescendentes com a sua ancestralidade. Os povos escravizados

participaram da construção da medicina tradicional brasileira, por meio da utilização de plantas trazidas do continente africano. Estes povos trouxeram conhecimentos sobre as plantas, atribuindo-lhes utilidades medicinais e ritualísticas, para promoção do bem-estar físico e espiritual. Esses conhecimentos sobre as plantas também se encontram nos terreiros de religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda).

A utilização de plantas com fins medicinais, para tratamento, cura e prevenção de doenças, é uma das mais antigas formas de práticas medicinais da humanidade. Essas plantas são essenciais nos rituais de religiões de matriz africana, como Candomblé e Umbanda, possuem funções sagradas, medicinais e espirituais e são usadas em banhos, defumações e preparos rituais para cura física e espiritual, para purificação e proteção.

Simone Evaristo

A pesquisa da Simone Evaristo é sobre a produção e caracterização de queijo minas artesanal, e é inovador pelo fato de trazer a caracterização do produto, uma abordagem inédita:

A caracterização da produção do queijo minas artesanal, o fato mesmo da gente fazer uma caracterização, já é algo que não foi feito antes. É um estudo de como são as questões sociais daqueles produtores, qual é o nível de escolaridade desses produtores? Qual é a idade normal desses produtores? Então a gente consegue ver a produção artesanal dessa região. Ela é principalmente feita por homens entre 40 e 60 anos e nessa outra região da Canastra, por exemplo tem mais produtores que têm ensino superior e como que isso impacta na produção de queijo, o queijo, tem mais inovações tecnológicas de acordo com o que eu fiz, tem as produções maiores tem mais utilização de equipamentos tecnológicos como ordenhadeira mecânica, mais cursos, mais capacitações embora seja obrigatório. Mas tem uns que trazem mais isso para os seus funcionários do que outros. Então assim, são características que não foram feitas antes (Simone Evaristo, 2025).

A história dos escravizados e a produção de queijo artesanal no Brasil está ligada ao período colonial em Minas Gerais. As técnicas iniciais foram influenciadas pelos colonizadores portugueses, mas a adaptação e o aprimoramento dessas práticas foram realizadas pelos escravizados. A presença de africanos e afrodescendentes foi fundamental para estabelecer e desenvolver a produção leiteira e a queijaria artesanal. Eles cuidavam da ordenha, prensavam a massa e salgavam os queijos. Os escravizados, com seu conhecimento, foram fundamentais para o desenvolvimento do queijo artesanal mineiro. O domínio do processo e a transmissão de saberes de geração em geração, misturando elementos culturais africanos e brasileiros, foram essenciais para o estabelecimento da tradição. É fundamental ressaltar a origem histórica da produção, que se baseou na exploração e no trabalho dos escravizados. A valorização da tradição do queijo mineiro deve incluir o reconhecimento das

contribuições e do papel central que os escravizados tiveram na sua criação e perpetuação (IPHAN, 2008).

Enedina Alves

Enedina trabalha com ecotoxicologia (estuda os efeitos de substâncias químicas, poluentes e agentes físicos sobre os organismos vivos e os ecossistemas) e ecofisiologia (estuda a interação entre o funcionamento interno dos organismos e o meio ambiente) de quirópteros, por serem animais silvestres o objetivo é ver como os poluentes ambientais afetam a saúde desses animais: *“Vou trabalhar com a mesma temática que fui aprovada, só que antes iria trabalhar com o morcego, com o animal, com ele vivo. E agora a ideia é trabalhar com cultura de células. Eu vou tentar criar uma cultura de células de fígado desses animais e vou trabalhar só com cultura de células”* (Enedina Alves, 2025):

Lá no laboratório a gente trabalha com ecotoxicologia e ecofisiologia de quirópteros, que são morcegos. E aí, basicamente, a nossa ideia é ver como que poluentes ambientais afetam a saúde desses animais. A gente trabalha com quirópteros, com morcegos, por serem animais silvestres. Por ser um animal silvestre, então é mais difícil. E aí o nosso foco lá no laboratório é estudar isso. Mas o meu projeto, ele trabalha com morcegos. E aí, por exemplo, a gente faz de duas formas, pode ser tanto trabalho experimental, então a gente coleta o bicho, o meu mestrado foi isso, a gente coletou o bicho, mas a gente tá pensando em determinantes. Ou, além de metais pesados, a gente trabalha muito com pesticidas contaminantes de grande importância atualmente. E faz essa mesma ideia, fazer a eutanásia. Só que agora tem uma grande pressão para a gente não fazer eutanásia quando for trabalhar com esses animais, claro que tem um projeto que não é possível, mas, se possível, eu tento não eutanasiar os animais. Para ser métodos não letais. E aí é uma outra vertente que a gente está tentando adotar lá no laboratório agora. Seringar ali mesmo, uma quantidade de sangue (Enedina Alves, 2025).

Enedina Alves relata ter muita pesquisa que vê como é o efeito tóxico, de poluentes contaminantes em animais de laboratório, mas em animais silvestres, essas pesquisas são escassas. O objetivo de sua pesquisa é ver como esses contaminantes afetam a saúde de animais silvestres, com foco principalmente em morcegos.

Jaqueline Goes

A pesquisa da Jacqueline Goes é sobre treinamento de força com mulheres idosas. Ela relata que foi com essa temática que ingressou na pós-graduação, só mudou o público: *“Manteve o treinamento, mas mudou o público, que era com homens. Então a gente quis ver um público que não é tão visado”* (Jaqueline Goes, 2025). Sendo assim, nesse treinamento

tem um grupo controle e um grupo experimental, o objetivo é mostrar que as mulheres conseguem fazer esse trabalho e os benefícios que ele pode trazer para a vida delas:

A minha pesquisa é ver a questão do efeito do treinamento de força com o reforço excêntrico na funcionalidade e manifestações de força, funções executivas em mulheres idosas. É uma justificativa da pesquisa, porque tem esse tipo de treinamento que a gente utiliza que é com volante inicial, só que a maioria das pesquisas é só com homens. Então a gente quis ver um público que não é tão visado nesse treinamento. É um tipo de treinamento que está crescendo ultimamente que a gente faz, a gente tem o grupo controle, grupo experimental. O grupo controle faz a musculação tradicional. E o grupo experimental faz o treinamento usando o aparelho que é o dispositivo de volante inicial, então a gente quer mostrar que se as mulheres conseguem fazer esse trabalho e os benefícios que ele pode trazer para a vida delas. Porque é o tipo de treinamento que resumindo é um tipo de treinamento onde eu consigo fazer mais força, só que com o menor gasto energético, com isso então é um benefício muito grande. Então expandir para as pessoas os benefícios desse aparelho, principalmente para saúde física, e geral para a qualidade de vida das mulheres idosas que precisam tanto (Jaqueline Goes, 2025).

A atividade física desempenha um papel fundamental, tanto na manutenção da saúde física, quanto na promoção da saúde mental e emocional, melhorando a qualidade de vida e proporcionando um envelhecimento mais saudável, o que eleva a qualidade de saúde também dá/para a população negra: mulheres e homens. Uma vez que a limitação ao acesso a serviços de saúde e emprego, as desigualdades socioeconômicas reduzem a expectativa de vida dessa população, e revela também que o envelhecimento/expectativa de vida da população brasileira tem gênero e cor. Sendo assim, tem-se que para mulheres e homens brancos a expectativa de vida é 80,06 e 74,52 anos respectivamente. Enquanto mulheres e homens negros a expectativa de vida é de 76,01 e 68,65 anos respectivamente (Imds, 2024).

Luiza Bairros

A pesquisa desenvolvida por Luiza Bairros é o uso de óleos essenciais para tratar feridas dérmicas de animais de companhia. Ela relata que não foi exatamente a mesma temática que ela foi aprovada: *“Na seleção, eu trouxe a questão de tratar, de desenvolver algo para tratar infecções bacterianas, não era voltada para animais”* (Luiza Bairros, 2025). Agora a sua linha de pesquisa é bioquímica voltada para a área da saúde com foco em saúde animal, principalmente os patógenos críticos que a OMS lista:

O meu foco de pesquisa é o desenvolvimento de uma formulação à base de óleos essenciais para tratar animais de companhia, feridas dérmicas de animais de companhia. E o inovador disso tudo está sendo, por exemplo, a gente pensar numa formulação para ir ao mercado. No mercado hoje, tanto o mercado para nós, quanto também o mercado veterinário, têm produtos que na formulação que contém essas plantas. Uma das coisas que eu escrevi recentemente, é muito difícil se achar uma comprovação científica daquilo. As empresas não fornecem os dados, os testes que eles fizeram daquele medicamento que comprova a ação dele. Então, por exemplo,

para o tratamento dos animais, existem dois produtos no mercado que são muito vendidos, a base de plantas medicinais. Que tem camomila, córdia, essas plantas. Só que são poucos produtos. Tem a questão dos antibióticos, as bactérias estão ficando resistentes aos antibióticos. Então para você tratar hoje uma ferida bacteriana, pensando em um medicamento novo que tenha efeito contra essas bactérias, mas também que seja à base de plantas. Quando a gente olha para o Brasil, essa biodiversidade toda que o Brasil tem, é algo inovador. Então... se a gente conseguir fazer uma formulação nova para ir ao mercado, isso seria bem interessante, principalmente se for voltada para o setor pet, que tem poucos produtos à base de extratos vegetais, de óleos essenciais no mercado (Luiza Bairros, 2025).

No Brasil, as plantas medicinais da flora nativa são consumidas com pouca ou nenhuma comprovação do seu efeito farmacológico, sendo, muitas vezes, empregadas para fins medicinais diferentes. Os efeitos adversos dos fitomedicamentos como possíveis adulterações e toxidez, bem como a ação sinérgica, se tornam cada vez mais comuns (Veiga Junior; Pinto 2005).

Anita Canavarro

Antes de ser desligada do programa, Anita estava pesquisando uma nova variedade de citros, para saber qual se desenvolvia melhor na região da Zona da Mata de Minas Gerais:

Eu estava trabalhando com Citros ponkan, é uma nova variedade, uma nova cultivar que vai ser lançada. Aí precisaria de estudos, para saber se desenvolvia, qual cultivar que desenvolvia melhor aí na região da zona da Mata. Se houver alguma baixa de produção, uma queda de produção é doença, ataque de doenças nas plantas e poderia ser substituída por essas novas variedades (Anita Canavarro, 2025).

O tratamento de frutas tem crescido muito por meio de medidas que visam solucionar os constantes problemas enfrentados na fruticultura mundial. Na citricultura brasileira há também profissionais de diferentes setores, trabalhando para reduzir problemas fitossanitários e problemas de perda na quantidade e qualidade dos mais distintos cultivares de citrus. (Pereira, *et al* 2006).

Sonia Guimarães

O seu mestrado foi em espectroscopia no infravermelho próximo para a qualidade de sementes. Agora no doutorado ela pretende trabalhar com marcador molecular para identificar agente de interesse na própria semente e Correlacionar isso com possíveis tolerâncias às estresses por seca, ou qualquer outro tipo de estresse, biótico ou abiótico que ocorre na semente, e identificar genes que possam conferir certa resistência ou tolerância a

esses estresses e esse marcador também vai fazer o uso desses aprendizados, dessas redes neurais para fazer correlação e identificar quais sementes são mais rápidas a isso:

Minha pesquisa é com Tecnologia de semente, eu trabalho com aprendizado de máquina, a gente treina alguns modelos e identifica fazendo correlação com os testes de qualidade tradicional, por exemplo a semente germinou porque na imagem anterior quando ela era apenas uma semente não era uma planta, ela tinha todos os tecidos tudo íntegro e a gente consegue ver isso formada aqui nessa radiografia. Aí se ela tiver uma trinca, algum dano, algum patógeno depois ela pode não dar uma planta normal, aí a gente treina os modelos para que eles consigam identificar isso sem o auxílio humano. Então é um modelo que vai ficar ali para depois dizer se essa semente é sadia, essa semente é vigorosa, essa semente aqui não é de baixa qualidade. Isso acelera os processos dentro de uma indústria sementeira. Por exemplo. Quando tem muitos lotes para ser avaliado, exigiria muito trabalho mecânico e braçal de pessoas aí esses modelos seriam para reduzir esses lotes já fazendo uma pré-seleção. normalmente se faz com a cultura já formada, o melhoramento pega as plantas já em campo, adultas, e trabalha com esses marcadores, mas com a semente que é o primeiro insumo e ainda não se tinha esses modelos treinados. Agora vou trabalhar com semente de milho, alguma coisa relacionada a qualidade da semente de milho com essas técnicas para dizer a qualidade da semente e identificar quais agentes de interesse na nossa área. (Sônia Guimarães, 2025).

De acordo com Santos et al. (2018) cultura das sementes, foi trazida por africanos escravizados e representa a história de resistência, sobrevivência e preservação cultural. Ao carregarem as sementes de sua terra natal, trançadas nos cabelos, garantiram o sustento e os laços com suas origens. Trouxeram sementes como as de quiabo, feijão, milho e arroz. Os africanos possuíam um grande conhecimento agrícola, além de técnicas de plantio e cultivo essenciais para o desenvolvimento de importantes culturas. O ato de plantar e cuidar das sementes permitiu que os escravizados transmitissem às futuras gerações as tradições culinárias e botânicas de seus povos. Isso resultou na incorporação de diversos pratos e ingredientes à culinária brasileira. Mais do que uma simples prática agrícola, a cultura das sementes foi uma forma de resistência.

Sendo assim, as ações afirmativas proporcionam à academia ter uma diversidade de saberes, além de trazer questionamentos aos padrões tradicionais, sendo um importante instrumento para democratização do acesso à pesquisa e ao fomento de novas epistemologias.

7.2 Por mais presenças negras na pós-graduação: ações afirmativas em defesa da reparação

As políticas de ação afirmativa via cotas raciais no ensino universitário têm como referência a reparação histórica do quadro das desigualdades sociais e raciais acumuladas ao longo de anos entre brancos e negros. Essas desigualdades são visíveis em todos os setores,

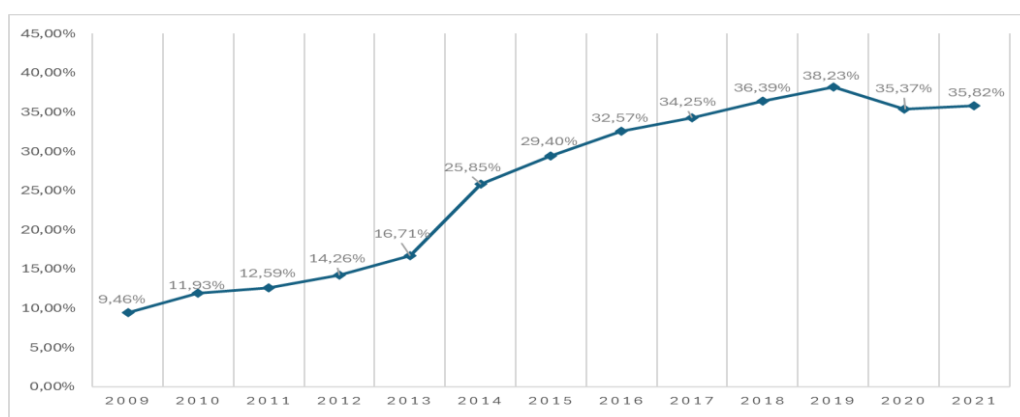
tais como: mercado de trabalho, saúde, na política, e educação. Sendo que um dos elementos que impactam a vida econômica e social de um indivíduo é o nível educacional. Nesse sentido, a população negra foi impedida de ter acesso à educação desde o período de escravidão.

Nesse viés, a implementação das ações afirmativas se deu a partir das lutas do Movimento Negro, por perceber a ausência de negros e negras nas instituições de ensino e principalmente nos cursos superiores das universidades brasileiras. Nesse contexto, elas são fundamentais para democratizar e universalizar o acesso à educação superior, promovendo a inclusão e aumentando a presença de estudantes de grupos sub-representados nas universidades.

Sendo assim, a imagem do corpo negro no espaço universitário tem sido mais comum nos últimos anos, uma consequência da conquista de reservas de vagas determinada pela Lei Federal nº 12.711/2012 permitindo o ingresso de candidatos que não tinham acesso ao ensino superior, tornando essas instituições de ensino mais plurais, aumentando a diversidade e a representatividade, uma vez que o quadro discente das universidades públicas era composto majoritariamente por pessoas brancas, pertencentes a elite e vindas de escolas privadas.

Como podemos verificar no gráfico a seguir, com a implementação das ações afirmativas observou-se também o aumento da presença de mulheres negras no ensino superior brasileiro.

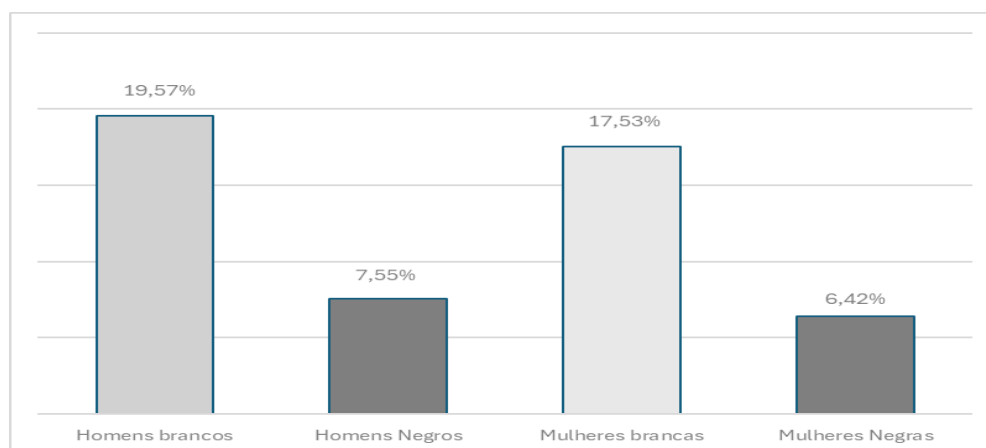
Gráfico 1 - Quantitativo de ingressantes autodeclaradas negras (pretas e pardas) na educação superior no Brasil (2009-2021)



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo da educação Superior (2023).

Com base no gráfico, podemos observar que no ano de 2009 houve um percentual de 9,46% de mulheres negras que ingressaram no ensino superior, depois da implementação da Lei 12.711/2012 houve um aumento significativo desse quantitativo, chegando a um percentual de 25,85% em 2014, em 2019 o percentual foi de 38,23% e no ano de 2021 35,82%.

Gráfico 2 - Distribuição Percentual de Docentes nas Universidades Federais do Brasil em 2019 e 2021, por Sexo, Raça



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados do Inep de 2019 e de 2021 (Inep, 2022a, 2022b).

De acordo com o gráfico, enquanto nos dados anteriores é possível perceber um aumento de estudantes negros e negras no Ensino Superior no gráfico acima podemos perceber como é desproporcional o quantitativo entre os docentes negros/as e brancos/as, ou seja, o número de docentes negros/as é bem menor em comparação com os docentes brancos/as.

Sendo assim, em um país em que mais da metade da população se identifica como negra, ainda não é possível observar essa diversidade racial entre os docentes do ensino superior. A ausência de professores/as negros/as nas universidades, demonstra uma estrutura excludente que limita e impede o acesso da população negra na academia. Nesse sentido, a presença de docentes negros/as, além de ser uma questão de justiça social é também a possibilidade de um ensino que possa refletir a diversidade no meio acadêmico. Nessa perspectiva, a implementação efetiva de cotas raciais em concursos públicos é fundamental para corrigir essas desigualdades e promover uma educação mais plural.

Por meio dos diálogos com as interlocutoras, foi possível perceber que elas reconhecem a importância das ações afirmativas via cotas raciais como possibilidade de

reparação histórica, representatividade e direito de estarem inseridas nesses espaços que historicamente é composto por pessoas brancas:

Parece que eu estando ali, eu acho que é possível abrir portas para outras pessoas e ver que também, várias pessoas depois que eu entrei várias pessoas tentaram, pessoas negras. É uma representatividade mesmo assim de estar ali e do âmbito pessoal. Eu tenho muito orgulho de ter chegado nesse lugar que eu achava que eu não poderia estar (Katemari Rosa, 2025).

Nesse sentido, para Katemari Rosa ser uma estudante cotista significa representatividade e a possibilidade de abrir portas para outras pessoas. Representatividade como forma de estar ocupando esses espaços que antes não nos cabia, uma vez que as mulheres negras ocupam o lugar de subalternidade. Quando uma estudante negra se sente representada, ela passa a acreditar que também é possível ocupar aquele espaço; é a concretização do que antes parecia impossível e esse efeito multiplicador é essencial para quebrar o ciclo de exclusão e abrir caminhos e portas para as próximas gerações, servindo de modelo para outros estudantes negros(as).

Ademais, as ações afirmativas promovem a inclusão, o combate à desigualdade e estimulam a formação de intelectuais negros, criando um sentimento de pertencimento e intensificando a luta antirracista. A representatividade também ajuda a combater o sentimento de inferioridade e de incapacidade. Representatividade no sentido de ter presença de pessoas ou grupos que refletem as características, experiências e perspectivas de uma sociedade mais ampla em posições de destaque, promovendo autoestima e senso de pertencimento garantindo que a diversidade e a participação sejam regras e não exceções. A representatividade cria uma sensação de validação e pertencimento. Sendo assim, percebe-se que quando se tem uma representatividade negra em funções e lugares que historicamente lhes foram negados, afetam outras pessoas de forma positiva.

Sendo assim, as cotas são vistas por muitos como uma reparação por mais de 300 anos de escravidão e pela exclusão sistemática da população negra e indígena do acesso a direitos fundamentais, como educação e trabalho. O acesso à educação, por meio das cotas raciais é uma conquista de muita luta dos movimentos sociais é a conquista de um direito que por muito tempo nos foi negado. Cotas são, portanto, uma importante ferramenta para a democratização do conhecimento científico e para a construção de um ambiente acadêmico mais representativo e inovador, promovendo a inclusão de vozes historicamente silenciadas e criando condições para que o potencial intelectual e criativo de mulheres negras evolua, beneficiando a sociedade como um todo (Weller; Silveira, 2008).

A política de ação afirmativa via cotas raciais nas Instituições de Ensino Superior, representam, nesse sentido, um instrumento de justiça reparatória e um passo concreto na direção da efetivação do princípio da igualdade material, previsto no artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 1988). Para Simone Evaristo, *“as cotas representam uma reparação histórica no mínimo, ainda precisa melhorar muito, porque fomos privados de acessar muitos espaços por causa da nossa cor”*:

Eu acho que é uma questão de reparação histórica. Eu vejo a cota como uma questão de reparação histórica, o mínimo que se pode fazer. Tem que melhorar muito ainda. Nesses racismos indiretos que eu fiquei falando aqui que eu falei que acontece todo dia sempre, então é uma reparação a tudo isso que a gente passa. Não é só reparação, reparação por nossos pais que muitas vezes não tiveram acesso a alguma coisa por causa da cor da pele deles. (Simone Evaristo, 2025)

De acordo com Ferreira e Camargo (2011) a participação da população negra nos processos estruturais de educação e construção do conhecimento é de suma importância, porque essas iniciativas trazem força à valorização de trajetórias individuais, além de romperem com ideias já elaboradas a respeito da representatividade negra e permitem associar a população negra a lugares que, historicamente, não foram ocupados por negros.

Já para Enedina Alves, as cotas são muito importantes, ela é a primeira da família a ingressar na pós-graduação, sendo assim, estar ocupando esse lugar é servir de exemplo, é impactar, é servir de incentivo, é mostrar que conseguiu, e que outros também podem conseguir. É também uma questão de representatividade, por ela ser uma das poucas negras nesse programa. Ela também tem consciência que não chegou nesse lugar (pós-graduação) sozinha, porque antes de nós já havia pessoas lutando para que pudéssemos estar ocupando esses espaços:

Eu acho as cotas uma coisa muito importante, porque, querendo ou não, só de a gente estar ali, às vezes a gente não sabe, mas a gente serve de espelho para outras pessoas também, que falam, olha lá, ela está lá, então, por que eu também não posso chegar lá um dia? Impacta as pessoas sem perceber. Então, acho que é muito nessa pegada de mostrar que, se eu consegui, você também pode conseguir. Eu não cheguei aqui à toa, não cheguei aqui sozinha. Eu estou aqui, estou sendo talvez uma das primeiras, mas é para mostrar que se você quiser e puder, tiver as oportunidades certas, você também pode chegar aqui. Acho que é mais nessa questão de ser... Não é espelho, é de ser um incentivo, de servir como um exemplo. Um exemplo para outras pessoas. Ainda é pouco, se parar para pensar, igual no programa, eu acho que eu consigo contar no dedo quantas pessoas negras de fato tem lá no programa, mas assim, estamos lá. Hoje é pouco, mas a gente está lá. Ainda tem muito a se percorrer, mas às vezes, se não tivesse essa cota ou outros acessos. Isso pensando no doutorado, mas também desde a graduação, a gente nem estaria onde a gente está hoje. Então, assim, é muito importante. (Enedina Alves, 2025)

O acesso à educação, por meio das cotas raciais nas universidades, é compreendido como uma vitória e como uma obtenção de um direito que por muito tempo foi negado a essa população. Enedina traz que ainda é pouco devido a pouca representatividade, ou seja, as ausências de pessoas negras no programa de pós-graduação. Para Jaqueline Goes, as cotas também são tidas como uma questão de representatividade, pois ela sente que falta estudantes negros nesses espaços, é a primeira da família a entrar na pós-graduação, representando também, vitória e progresso, além de poder alcançar lugares que seus ancestrais não conseguiram chegar.

A representatividade produz sentimentos e consequências positivas como o fortalecimento da identidade, da autoestima e aumento da diversidade. Uma vez que as representatividades que nos foram impostas e que ainda predominam são as que foram construídas por narrativas hegemônicas e eurocêtricas, que estabeleceram como normal e como padrão para ocupar espaços de prestígio e poder o homem branco. Sendo assim, quando uma mulher negra alcança uma posição de prestígio, ela se torna referência para as demais, que se veem e se espelham nelas, como é observado na fala da Jaqueline:

Eu acho que é uma representatividade para as pessoas que podem vir depois de mim. Eu vejo que falta negros. Então é uma porta que tá sendo aberta assim, vieram pessoas antes de mim, mas por exemplo da minha família sou a primeira. Primeira na pós-graduação e primeira na Universidade Federal. Então abre portas e a sensação para mim é que eu estou realizando um sonho das minhas gerações anteriores. Tipo poder estudar, poder seguir em frente, então alcançar lugares que os meus antepassados meus ancestrais não conseguiram chegar perto. Então uma sensação de Vitória e de progresso. (Jaqueline Goes, 2025)

As cotas representam um direito, se não fosse por elas, talvez a realidade seria outra, relata Luiza Bairos, ela poderia não estar no doutorado, para ela ser cotista não é motivo de vergonha. Considerando que nosso país é constituído majoritariamente por negros/as, 20% de reserva de vagas ainda é muito pouco, levando-se em conta o tempo que fomos privados de estudar. Sendo assim, a instituição poderia ampliar esses 20% que é o que é cumprido na UFV, uma vez que a lei diz que é de 20% a 50%, para que mais pessoas negras ingressem no ensino superior:

Porque as cotas são um direito. É difícil para a gente entender que é um direito, e que talvez não seria essa mesma realidade que eu teria hoje, se eu não tivesse tentado por cota, talvez eu não estaria aqui, não teria tido essa oportunidade de estar fazendo doutorado. Porque lugar nenhum deixa claro que isso é um direito teu. E que você não tem que ter vergonha disso. É um direito porque você vai concorrer com pessoas que estão no seu nível, que têm a mesma capacidade de concorrer àquela vaga com você. Você não vai concorrer com uma pessoa que tem um privilégio de estudo, sabe? Porque 20% de vaga é muito pouco. Muito, muito pouco. Ainda mais no país que a gente vive, que é majoritariamente de pessoas

negras. Então, isso é muito pouco. Já temos um avanço aí, se a gente comparar com anos atrás. E acredito que, futuramente, a tendência vai só melhorar. Só que pesquisas como a sua, ela não pode parar. Ela tem que ir/continuar. Se a gente não fala, as coisas não mudam. E a gente precisa falar (Luiza Bairros, 2025).

A política de cotas para estudantes oriundos de escola pública surge como uma via de inserção na universidade. As dificuldades de ingresso enfrentadas por elas no espaço institucional “podem ser associadas ao funcionamento geral do sistema de ensino brasileiro, extremamente desigual em termos de qualidade oferecida aos alunos provenientes de distintos grupos sociais” (Barbosa, 2015). A política de cotas raciais é importante para que pessoas negras, que vêm do ensino público, possam ingressar no ensino superior e tenham acesso a uma educação de qualidade:

Porque a maioria das pessoas que estão na graduação e na pós-graduação, estudaram em escola particular e o ensino da escola particular é mais rigoroso do que o da pública. Então as pessoas têm potencial melhor do que na pública e a cota faz diferença sim para quem é negro e estuda em escola pública. É uma oportunidade ímpar para a gente que tem algumas dificuldades e é uma forma de a gente chegar em lugares que a gente não chegava (Anita Canavarro, 2025).

A entrada de estudantes negros e negras por meio das cotas raciais nas universidades públicas rompeu com a lógica elitista e eurocêntrica da universidade brasileira, onde brancos de classe alta eram os que tinham maiores chances de estudar em uma universidade pública federal, pois tinham uma base mais sólida de conhecimentos adquiridos em escolas e cursinhos particulares, fazendo da universidade um lugar criado para um selecionado grupo de pessoas com uma boa condição financeira (Schwartzman, 2016). Sendo assim, as cotas raciais para Sônia Guimarães, *“significa alcançar uma posição e mostrar que temos valor, é mostrar nossa capacidade, é representatividade, é ocupar lugares, é se fortalecer”* (Sônia Guimarães, 2025):

As cotas são super importantes porque assim eu consigo dar representatividade para outras meninas que queiram seguir nesse caminho. A gente vai conseguir alcançar uma posição que antes não tinha mostrado para o pessoal que a gente também tem nosso valor, que a gente está ali numa posição, porque a gente é capaz, a gente é inteligente, mesmo que a gente venha de uma situação social, econômica mais difícil, dá para conseguir sim alcançar esses lugares é mais difícil, demora um pouco mais, mas vale a pena. E isso era uma coisa que eu sentia falta no ensino médio no ensino fundamental, que era conseguir visualizar que eu poderia estar nesses lugares. Quando eu passei para pós-graduação para o mestrado tinha uma tia minha, que é professora da rede pública de Ensino Fundamental. Ela me falou que é muito importante estar na pós-graduação, porque a gente não tem muitos negros, a gente não tem muitas pessoas que chegam para fazer pós-graduação você sendo a primeira, isso já é uma coisa muito importante. Então eu tenho essa consciência de que de fato é uma posição que a gente precisa ocupar e estar aberto também para fortalecer as outras pessoas que precisam. (Sônia Guimarães, 2025)

Sônia Guimarães fala da importância de ocupar esse espaço, ou seja, estar dentro fazendo parte da instituição, essa representação serve de exemplo e fortalecimento para outras pessoas negras.

8. Considerações finais

O meu caminhar na pesquisa foi um apaixonar-se pela temática, por eu também ser uma mulher negra, foi um percurso de muito aprendizado com Grada, Lélia, Nilma, Sueli, Conceição, bell, Djamila, Bárbara, Kabengele, Frantz..., e muitas descobertas acadêmicas e pessoais, principalmente por meio das entrevistas, que me trouxeram muitas respostas, mas também muitas reflexões. Ao ouvir os relatos das minhas interlocutoras, conseguia me enxergar, como mulher negra, pesquisadora, estudante, mãe, filha...

Escrever não é algo fácil, demanda tempo, dedicação, sensibilidade. Escrever sobre estudantes cotistas requer cuidado e rigor, o rigor que a escrita acadêmica exige e o cuidado ao transcrever as falas das estudantes, que estão expondo um pouco de suas vidas, uma exposição cheia de entregas, emoções e sentimentos verdadeiros.

Conheci mulheres tão diferentes, e ao mesmo tempo, tão iguais, pelo fato de que suas histórias se esbarram e se entrelaçam nas mesmas dores, tristezas, angústias e desafios dentre eles, o medo de não dar conta, o sentimento de incapacidade, o sentimento de não lugar, falta de bolsa, o valor da bolsa que é insuficiente para arcar com as despesas, falta de representatividade, tanto por parte de colegas negros/as quanto de professores negros/as, o racismo que muitas vezes é visto por elas como velado, mas na realidade é escancarado, como pude perceber através dos relatos. Ficou evidente que esses desafios impactam a permanência desses estudantes cotistas nos programas de pós-graduação.

Por meio dos relatos, eu enquanto entrevistadora percebia o que elas estavam querendo dizer, mesmo quando não falavam nada, ou apenas diziam: você sabe. Os relatos me fizeram chorar, mas também me fizeram crescer, me aprofundar na temática e estudar cada dia mais para conseguir escrever o que elas estavam me relatando. Entendi que o meio em que vivemos faz muita diferença. É diferente morar dentro de uma universidade, como foi o meu caso, e morar em uma comunidade rural ou quilombola, como é o caso de algumas interlocutoras, as vivências, as realidades e as percepções são diferentes. Falo isso porque eu sempre achei que a universidade era onde eu deveria estar, ao contrário das minhas interlocutoras que achavam que aquele lugar não era para elas, o que era uma coisa muito

natural para mim, para essas mulheres era algo muito distante. Importa salientar que todas as interlocutoras são as primeiras pessoas da família a ingressarem na pós-graduação. Mas nem por isso elas desistiram, ao contrário, foram com seus medos e inseguranças, mesmo sem conhecer direito onde estavam adentrando, por serem as primeiras da família a ocuparem esses espaços de saber, de ciência, de produção de conhecimento, mas também um espaço permeado pelo racismo e sexismo, e que para permanecer e não adoecer elas usam mecanismos de defesa para desviarem dessas violências. E estão aqui, cursando a pós-graduação com toda sua inteireza, com muito para contribuir.

As entrevistas foram muito enriquecedoras, apesar de muitas vezes as respostas serem curtas, diretas, sem adentrar muito no assunto, talvez pelo centro onde elas estão inseridas (Agrárias e Biológicas e da Saúde). Eu pude perceber, que a universidade não é um ambiente livre do racismo, ele está presente de várias formas, como foi percebido pelas falas das nossas interlocutoras, atingindo as pessoas negras de forma violenta, por meio do racismo, estrutural, institucional, interpessoal e epistêmico. Por falar em racismo epistêmico, observei que há um número limitado de produções relacionadas com as temáticas raciais e de gênero, apenas um tema de pesquisa se articula com essa temática.

Estar fazendo pesquisa com esses dois centros, e também ter tido contato com as pesquisas de Lidianie Barreto e Nirvana Nicolato, trouxe-me a constatação que os episódios de racismo se repetem, independente dos espaços em que estamos inseridos, ele influencia de forma impactante as trajetórias dos discentes cotistas. Pesquisas como as nossas são muito importantes, no sentido de demonstrar a relevância das cotas raciais, que têm colaborado para o aumento de pessoas negras na pós-graduação. Mas nem por isso, esses cotistas estão livres de sofrerem com o racismo nesses espaços. E consequentemente sofrem com a falta de representatividade, e com a falta de bolsa, dificultando sua permanência na instituição.

Todos as estudantes percebem a importância das ações afirmativas como uma forma de reparação histórica, de representatividade, as cotas abrem portas, e é a possibilidade de chegar a lugares que seus antepassados nem sonhavam chegar, é servir de exemplo para outras pessoas, elas entendem também que as políticas de cotas raciais precisam melhorar, pois não é só ingressar, é preciso ter condições para permanecer.

Percebi que diante da exclusão da população negra da educação formal, as ações afirmativas, via cotas raciais, são fundamentais para reduzir as desigualdades e promover a inclusão dos grupos sub-representados, proporcionando maior diversidade e tornando a

academia um espaço mais plural e permitindo com que esses grupos saiam da subalternidade e ocupem espaços de visibilidade e poder. Uma vez que, mesmo com o aumento dos discentes negros nas universidades, em especial na pós-graduação, esses não estão livres das violências do racismo que os atravessam cotidianamente. Ainda há um caminho longo para percorrer em busca de equidade e justiça social. Mesmo assim, a certeza que fica é a de que cotas abrem portas!

Referências

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcante de. **Ações afirmativas na pós-graduação em educação: acesso, permanência e produção de conhecimento nas universidades federais do Norte- João Pessoa**, 2022.

BARBOSA, Maria Ligia Oliveira. Destinos, escolhas e a democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, set./dez. 2015.

BARBOZA, Ana Caroline Maia; SCHITTINI, Bárbara Betuyaku; NASCIMENTO, Lia Midori Meyer. **Quebrando estereótipos na sala de aula: contribuições de cientistas negras para a ciência**. In: PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; ROSA, Katemari Diogo da (Org.). *Descolonizando saberes: a Lei 10.639/2003 no ensino de ciências*. 1ª edição. São Paulo: Livraria da Física, p. 108-120, 2018.

BARBOSA, Erly Guedes; SILVA, Silvano Alves Barbosa da. Os espaços ocupados pela mulher negra nas revistas femininas brasileiras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291434_ARQUIVO_artigocompleto_fazendo_genero.pdf>. Acesso em: 8 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Lidiane Cesário. **Trilhando caminhos: presenças e agências negras nos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa - MG**. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida; Iracy Carone. **Branqueamento e Branquitude no Brasil** In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

BRAGA, Alexandre Francisco. As bancas de heteroidentificação racial: apontamentos a partir da experiência da UFMG. **Revista ensaios e pesquisa em educação e cultura**, v. 5, n. 9, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 de outubro de 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília. DF. 29 de agosto.2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 9 de out. de 2025.

BRASIL.Presidência da República. **Lei no 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2023d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

CARINE, Bárbara. **Raça social:** uma leitura sobre a racialidade brasileira- São Paulo: Planeta do Brasil, 2026.

CARNEIRO, Sueli. Prefácio. In: HENRIQUES, Ricardo. **Raça e cor nos sistemas de ensino.** Brasília, DF: Unesco, 2002. p. 7-10.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Dispositivo de racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial:** a questão das cotas no ensino superior. 2. ed. Brasília: Attar, 2006.

CORNÉLIO, Beatriz Gomes. **Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa:** "será que esse espaço é pra mim?" Beatriz Gomes Cornélio-Viçosa, MG, 2020.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DAFLON, Verônica Tostes; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v.43 n.148, p.302-327, jan./abr. 2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

EUCLIDES, Maria Simone. **Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias:** desafios e conquistas. 2017. 254 f. – Tese (Doutorado) – Universidade

Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26901?locale=pt_BR. Acesso em: 28 set. 2025.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina. Dialogando autoetnografias negras: Intersecções de vozes, saberes, e práticas docentes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista- Bahia, v. 15, n. 32, p 33-52, abr/jun. 2019.

ETNOBOTÂNICA. In: MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/como-consultar/referencias-bibliograficas/> Acesso em: 23 out. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador. Editora EDUFBA. 2008.

FELÍCIO, José Roberto Drugowich de . **A política das agências de fomento na promoção da participação das mulheres na pesquisa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS, 2., 2010, Brasília. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 45-52. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2025.

FERREIRA, Ricardo Franklin. CAMARGO, Amilton Carlos. As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, 2011, 31, 2.

FERREIRA, Nara Torrecilha. **Desigualdade Racial e Educação: uma análise das políticas afirmativas no ensino superior**. 2017. 362 f. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.

FERREIRA, Nara Torrecilha. **Desigualdade Racial E Educação: Uma Análise Estatística Das Políticas Afirmativas No Ensino Superior**. Educação em Revista, v. 36, 2020.

FERES JÚNIOR, João. **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas**. Brasília: UNB, 2006.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste; VENTURINI, Anna. **Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101–138, 2007.

FREITAS, Matheus Silva. **Escrever-se negra: autodeclaração étnico-racial no contexto das ações afirmativas na pós-graduação**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte. 2022.

FRIAS, Lincoln. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 130-156, jul./dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/2003. Brasília, DF: MEC/Secad, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **A discussão sobre relações raciais no Brasil e o currículo**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 67-94, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando raça**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos por lutas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das Lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Revista Política e Sociedade**, v. 10, n. 16, abr. 2011.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Multiculturalismo e educação: o protesto de rua a propostas e políticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 1, v. 29, p. 109-123, jan./jun. 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L.A.M. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, n. 2, p.223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.92-93, p.69-81, jan.-jun./1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/** organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **O acesso de negros às universidades públicas**. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org.). Educação e Ações Afirmativas: entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 19-35, 2003.

GUIMARÃES, Eder D'Artagnan Ferreira; ZELAYA, Marisa. A política de cotas raciais nas universidades públicas do Brasil, duas décadas depois: uma análise. **Trabalho & Educação**. v.30 n.3 p.133-148 set-dez, 2021.

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan-abr, p. 25-49. 2016.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001 (Texto para Discussão, n.807).

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995.

IPHAN. **Dossiê Queijo Artesanal de Minas: o modo de fazer**. Brasília: IPHAN, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacionalpor-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&to-que-e>. Acesso em: 7 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 7 março. 2025.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Expectativa de vida por raça ou cor no Brasil**. <https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2024/11/ImdsA008-2024-ExpectativaDeVidaRacaOuCorBrasil-2.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2026

JONES, Charles Price. Levels of racism: a theoretic framework and a gardener's tale. **American Journal of Public Health**, Washington, DC, v. 90, n. 8, p. 1212-1215, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação- Episódios de racismo cotidiano**; tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. Fanon, existência, ausência. In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. p. 11-16.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.117, p. 197-212, nov. 2002.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, Out. 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no governo Lula**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 461–487, 2009.

MORAES, Eunice Lea de. Mulheres negras: luta, resistência e libertação. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 39.,2019, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019. Tema: Educação pública e pesquisa: ataques, lutas e resistências. Disponível em: Acesso em: 17 out 2025.

MOROSINI, Marília Costa. **Qualidade da educação superior:** tendências deste século. Estudos em avaliação educacional, São Paulo: FGV, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. In : SILVA , P . B. G. ; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.).Educação ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **As ambiguidades do racismo à Brasileira.** In N. M. Kon, C. L. Silva, & C.C. Abud (Orgs.), O racismo e o negro no Brasil (pp. 17-41). São Paulo: Perspectiva, 2017

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** 2 ed. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

_____. **Estratégias e poéticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 2 ed.São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Nosso racismo é um crime perfeito.** Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismoe-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>> Acesso em: 26 nov. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras:** Relações raciais, quilombos e movimentos; organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NICOLATO, Nirvana Rodrigues. **Políticas de Ações Afirmativas em Programas de Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa:** uma breve análise do acesso, permanência e produção do conhecimento de estudantes cotistas. 2025.

NUNES, Sylvia. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.** (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/publico/nunes_do.pdf

PEREIRA, Márcio Eduardo Campos; CANTILLANO, Fernando Flores; GUTIEREZ, Anita de Souza Dias; ALMEIDA, Gabriel Vicente Bitencourt. **Procedimento Pós-Colheita na Produção Integrada de Citros.** Embrapa Mandioca e Fruticultura tropical, 40p. (Documentos,156), Cruz das almas, Bahia, Mar. 2006.

PIOVESAN, Flávio. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Caderno de pesquisa.**v.35, n. 124, jan/abr.2005.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://sucupira.gov.br/sucupira>. Acesso em: 7 fev. de 2025.

REIS, Maria da Conceição dos; LIMA, Cledson Severino; NASCIMENTO, Emerson Raimundo. Reflexões sobre o paradigma afrocentrado na pós-graduação brasileira. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação** (RESAFE), [S. l.], n. 31, p. 119–135, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28260>. Acesso em: 30 out. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** / Djamila Ribeiro. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, Neidson. Educação: Da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, nº 76, pp. 232-257, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013. (Textos FCC, v. 36).

SANTOS, Dyane Brito Reis **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista contemporânea de educação**, v. 12, n. 23, p. 31-50, 2017.

SANTOS, Sales Augusto. **Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço**. Tomo, Sergipe, n. 24, p. 37-84, jan./jun. 2014.

SANTOS, Joel Rufino. **Movimento negro e crise brasileira**. In: SANTOS, J.R.; BARBOSA, W.N. *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

SANTOS, Silvano Messias dos ; FREIRE, Rebeca Sobral. **Acesso e permanência na educação superior como direito: sobre os impactos das políticas de assistência estudantil e ações afirmativas na UFOB**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 27, n. 2, p. 260–280, ago. 2022.

SANTOS, Valéria de Aniz; SANTOS, Rodrigo Alves; SANTOS, Ynggrid de Jesus Alves; OLIVEIRA, Felipe Silva de. Contribuições de mulheres negras na ciência: relato de experiência da aplicação de uma oficina temática sobre Alice Ball. **Revista Ciências & Ideias**, v.15, n.1 e24152573, 2024

SANTOS, Zenaira da Silva. **A vitória de uma é a vitória de todas: a trajetória acadêmica das mulheres negras do curso de graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense**. 2020. Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020

SANTOS, Boaventura de ; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina; 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Pós-graduação em Direito e ações afirmativas no Brasil: uma experiência induzida. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 7, n. 14, p. 155-172, 2010.

SANTOS, Flávio; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; LIMA, Lucas Gama. Sementes da Resistência: Agroecologia e Cultura no Semiárido Alagoano. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 192-217, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://cadernos.abagroecologia.org.br/cadernos/article/download/6529/4772/28176>. Acesso em: 2 dez. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo” : raça, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: https://archive.org/details/schwartzman_completo/page/n7/mode/2up. Acesso em: 21 jul. 2025.

SILVA, Graziella Moraes Dias da. **Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul**. v.18, n 2, 2006.

SILVA, Isadora dos Santos; MASSONI, Neusa Teresinha; BRITO, Alan Alves. História e conhecimento experiencial de pessoas negras na física e nas ciências: uma revisão da literatura. **Investigações em Ensino de Ciências**, vol. 29, n. 1, p. 272-290, 2024

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, 2002.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Zahar, 2021, p. 18.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil**. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 2022.

UNBEHAUM, Sandra; LEÃO, Ingrid Viana; CARVALHO, Camila Magalhães. Programas e áreas de concentração em direitos humanos no Brasil: o desenho de uma possível interdisciplinaridade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, SP, v. 2, n. 2, p. 35-53, 2014.

VIÇOSA, Universidade Federal de. **Resolução Nº 08/2019 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão**. Secretária de Órgãos Colegiados, 2019. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-2019-CEPE-Acoes-Afirmativas-Pos.pdf>. Acesso em: 07 de fev. 2025.

VEIGA JUNIOR, Valdir Florencio.; PINTO, Angelo Cunha. Plantas medicinais: cura segura? *Quim. Nova*, v. 28, n. 3, p. 519-528, 2005.

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas na pós-graduação: uma análise dos programas de inclusão em universidades públicas brasileiras. Revista **Sinais Sociais**, V. 12, p. 119–153, 2018.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa na pós-graduação: Os desafios da expansão de uma política de inclusão**, 2019.

VENTURINI, Anna Carolina; PENIDO, Hanna. Ações afirmativas na pós-graduação: panorama das políticas adotadas por programas acadêmicos de universidades públicas em 2021. **Boletins do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap)**, n. 1, 2022.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Políticas de Ação Afirmativa na Pós-Graduação: O caso das universidades públicas. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, V.50, n.177, p.882-909, jul./set. 2020.

WELLER, Wivian; SILVEIRA Marly. **Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da Universidade de Brasília**. Estudos Feministas, vol. 16, n. 3, p. 931-947, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

PRESENCAS NEGRAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÕES: EMERGÊNCIAS E AGÊNCIAS NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Coordenado pelas professoras Maria Simone Euclides, Daniela Alves e Alves e Heloisa Raimunda Herneck.

Esta etapa da pesquisa está sendo desenvolvida pela mestranda todas vinculadas à Universidade Federal de Viçosa.

* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a/e) participante,

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “Presenças negras em programas de pós-graduações: emergências e agências na ciência brasileira”, tem por objetivo identificar e compreender as agências de estudantes negros e negras cotistas presentes nos Programas de Pós-Graduações das seguintes universidades federais: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade de Brasília. Trata-se de um estudo importante, justificado pela necessidade de discutir as trajetórias, dificuldades, estratégias de permanência, as conquistas, produções e fazeres científicos de pessoas negras na pós-graduação.

1 PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você será convidado(a/e) a responder um questionário (via google forms, plataforma GSuit), sobre seu perfil socioeconômico, gênero, raça, cursos de pós-graduação que está cursando, produção e inserção permanência na pós-graduação. E pode ser convidado(a/e) a conceder uma entrevista. Você deverá responder conforme percebe, não existem respostas certas ou erradas. Lembrando que sua participação é voluntária e tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a responder o

questionário ou durante a entrevista (caso seja convidado/a/e a concedê-la) sem nenhum prejuízo a você.

Informações importantes

Você também pode se recusar a responder a quaisquer perguntas que não queira responder e a qualquer momento pode se retirar da pesquisa, caso assim se sinta desconfortável. Se durante a participação nas entrevistas, houver dificuldade de lidar com as suas lembranças ou emoções, você também poderá pedir à entrevistadora que agende serviços de apoio. Para a minimização dos riscos durante a coleta de dados, o contato telefônico e o digital das pesquisadoras serão disponibilizados, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo.

As entrevistas poderão ser gravadas, caso autorize e as pesquisadoras poderão tomar notas. **Todas as entrevistas serão mantidas no anonimato.** Se, por algum motivo, as informações fornecidas, durante as entrevistas permitirem a sua identificação, a equipe de pesquisa se certificará de mudá-la, mantendo a permanência do anonimato.

Destacamos ainda que os dados serão mantidos em sigilo/segredo sendo manipulados exclusivamente pelas pesquisadoras.

Por fim, antes de concordar com a sua participação, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder quaisquer tipos de dúvidas antes que você decida participar ou quando julgar necessário.

2 RISCOS E DESCONFORTOS

O procedimento utilizado, isto é, responder a um questionário e – caso seja selecionado – ser entrevistado(a/e), poderá trazer algum desconforto sobre os atravessamentos raciais e situações de racismo e discutir sobre o que é ser uma pessoa negra em contexto de pós-graduação. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela garantia de manutenção de sigilo e da privacidade dos(as/es) participantes durante todas as fases da pesquisa, e certeza de que os dados levantados (questionário e entrevista) serão publicados apenas com finalidade acadêmica e mantendo anonimato. Ademais, todo o processo de tratamento e análise de dados será feito exclusivamente pelas pesquisadoras. Garante-se ainda a(ao) participante a não continuidade em continuar respondendo (questionário ou entrevista), caso sinta algum incômodo. Por fim, a pesquisa tratará da identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação

brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

3 BENEFÍCIOS

A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

COM QUEM POSSO ENTRAR EM CONTATO CASO TENHA DÚVIDAS?

Departamento de Educação da UFV , no endereço Avenida Purdue, s/nº, Campus Universitário, CEP 36570.900 .Viçosa (MG), (31) 3612-7509.

Os contatos das pesquisadoras são:

Maria Simone Euclides, 31 8281-2012, maria.euclides@ufv.br

Daniela Alves De Alves, 31 8561-8235; danielaa.alves@ufv.br

Heloisa Raimunda Herneck 31 8893-4521; hherneck@ufv.br

E, caso você apresente alguma dúvida ou consideração sobre a condução ética da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, Viçosa/MG, CEP: 36570-900. E-mail: cep@ufv.br. Telefone: (31) 3612-2316.

Esse termo de consentimento encontra-se em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você de forma digital e caso tenha interesse pode solicitar impresso.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pode ser acessado no [LINK](#) e caso tenha interesse pode solicitar impresso

1. Sendo assim, dou meu consentimento livre e esclarecido para que os dados sejam utilizados na realização desta pesquisa. *

() sim

() não

2. Nome *

3. Escolaridade *

☐ Mestrando(a/e) ☐ Doutorando(a/e)

4. **Semestre de entrada no programa de pós-graduação ***

☐ 2022/1

☐ 2022/2

☐ 2023/1

☐ 2023/2

5. Em qual programa você está matriculado(a/e)? *

- ☐ Administração (Mestrado e Doutorado) ☐ Agroecologia (Mestrado)
- ☐ Agronomia (Produção Vegetal - Mestrado, campus Rio Paranaíba) ☐ Agroquímica (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Arquitetura e Urbanismo (Mestrado e Doutorado) ☐ Biologia Animal (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Biologia Celular e Estrutural (Mestrado e Doutorado) ☐ Bioquímica Aplicada (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Botânica (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Ciência da Computação (Mestrado e Doutorado) ☐ Ciência da Nutrição (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Ciência e Tecnologia de Alimentos (Mestrado e Doutorado) ☐ Ciência Florestal (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Ecologia (Mestrado e Doutorado) ☐ Economia (Mestrado)
- ☐ Economia Aplicada (Mestrado e Doutorado) ☐ Economia Doméstica (Mestrado e Doutorado) ☐ Educação (Mestrado)
- ☐ Educação Física (Mestrado e Doutorado) ☐ Engenharia Agrícola (Mestrado e Doutorado) ☐ Engenharia Civil (Mestrado e Doutorado) ☐ Engenharia Química (Mestrado)
- ☐ Entomologia (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Estatística Aplicada e Biometria (Mestrado e Doutorado) ☐ Extensão Rural (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Física (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Fisiologia Vegetal (Mestrado e Doutorado) ☐ Fitopatologia (Mestrado e Doutorado) ☐ Fitotecnia (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Genética e Melhoramento (Mestrado e Doutorado) ☐ Geografia (Mestrado)
- ☐ Letras (Mestrado)
- ☐ Manejo e Conservação de Ecossistemas Naturais e Agrários ☐ Matemática (Mestrado)
- ☐ Medicina Veterinária (Mestrado e Doutorado) ☐ Meteorologia Aplicada (Mestrado e Doutorado) ☐ Microbiologia Agrícola (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Multicêntrico em Química de Minas Gerais (Mestrado e Doutorado) ☐ Solos e Nutrição de Plantas (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Zootecnia (Mestrado e Doutorado)
- ☐ Ciências da Saúde (Mestrado Profissional)
- ☐ Defesa Sanitária Vegetal (Mestrado Profissional)
- ☐ Educação em Ciências e Matemática (Mestrado Profissional) ☐ Ensino em Física (Mestrado Profissional)
- ☐ Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (Mestrado Profissional) ☐ Química em Rede Nacional (Mestrado Profissional)
- ☐ Tecnologia e Celulose de Papel (Mestrado Profissional)
- ☐ Zootecnia (Mestrado Profissional)
- ☐ Administração Pública em Rede Nacional – PROFAP (Mestrado Profissional)

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Toda pesquisa tratará a identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

6. Qual sua idade? *

7. Qual sua naturalidade? Cidade e estado *

8. Qual sua identidade de gênero? *

- ☐ Mulher cisgênero (O cisgênero consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença")
- ☐ Homem cisgênero (O cisgênero consiste no indivíduo que se identifica com o seu "gênero de nascença")
- ☐ Mulher transexual/transgênero
- ☐ Homem transexual/transgênero
- ☐ Não binário
- ☐ Queer

9. Estado Civil *

- ☐ Casado(a/e)
- ☐ separado(a/e) ☐ Viúvo(a/e) ☐ Solteiro(a/e)

10. Raça/Cor/Etnia

- ☐ Branco(a/e) ☐ Preto(a/e) ☐ Pardo(a/e) ☐ Indígena(e) ☐ Amarelo(a/e)

11. Qual sua renda? *

- ☐ 1 a 3 salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$3.960,00) ☐ 4 a 6 salários mínimos (R\$5.280,00 a R\$7.920,00) ☐ 7 a 9 salários mínimos (R\$9.240,00 a R\$11.880,00) ☐ Acima de 9 salários mínimos

12. Você tem filhos(as/es)? *

- ☐ sim
- ☐ Não

13. Quantos filho(a/e)s você tem? *

- ☐ Não Tenho filho(a/e)s
- ☐ 1 filho(a/e)
- ☐ 2 filho(a/e)s
- ☐ 3 filho(a/e)s
- ☐ 4 filho(a/e)s
- ☐ 5 filho(a/e)s
- ☐ Mais de 5 filho(a/e)s

14. Você possui dependentes financeiros? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

15. Quantas pessoas dependem financeiramente de você?

- ☐ Não tenho dependentes financeiros ☐ 1 pessoa

☐ 2 pessoas

☐ 3 pessoas

☐ 4 pessoas

☐ 5 pessoas

16. Você se mudou de cidade para cursar a pós graduação? *

☐ Sim ☐ Não

☐

17. Caso a resposta anterior seja positiva: Qual foi a última cidade em que você morou antes de iniciar o curso de pós-graduação?

18. Em qual cidade você reside atualmente?

19. Você já acessou ou acessa políticas sociais universitárias, como por exemplo: Bolsa permanência, alimentação, moradia, etc.? *

☐ Sim ☐ Não

☐

20. Caso a resposta anterior seja positiva: descreva qual(is) foi(foram) a(s) política(s).

21. Qual é o tipo de sua residência? *

☐ Casa

☐ Apartamento ☐ Sítio

☐ Fazenda

☐ Outro: _____

22. Qual é a situação do imóvel em que você reside? *

☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Financiado ☐ Cedido

23. Qual sua situação atual de moradia?

☐ Com o pai, com a mãe ou ambos ☐ Com cônjuge

☐ Pensão/pensionato ☐ República estudantil

☐ Moradia mantida pela família ☐ Casa de amigos

☐ Moradia pertence e/ou mantida pelo município de origem

☐ Moradia pertence e/ou mantida pela UFV

24. Em qual tipo de instituição cursou o ensino médio? *

- ☐ Particular
- ☐ Particular(bolsista) Público-particular
- ☐ Pública Municipal
- ☐ Pública Estadual
- ☐ Pública Federal

25. Em qual tipo de instituição cursou a graduação? *

- ☐ Comunitária
- ☐ Pública Municipal ☐ Pública Estadual ☐ Pública Federal ☐ Público-privada ☐ Privada
- ☐ Privada com FIES Privada com ProUni
- ☐ Privada com financiamento da Instituição

26. Durante a graduação participou de algum projeto de pesquisa?

27. Durante a graduação você desenvolveu alguma atividade remunerada? *

- ☐ Não.
- ☐ Sim. Estágio ☐ Sim. Regime CLT
- ☐ Sim. Concursado (a/e) ☐ Sim. Contratado(a/e) ☐ Sim. Autônomo(a/e)
- ☐ Outro: _____

Trajetória na pós-graduação

28. Ao ingressar como cotista você passou pelo processo de Heteroidentificação Racial? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

29. Você é Bolsista? Se sim, de qual agência de fomento? *

- ☐ Não sou bolsista
- ☐ Capes
- ☐ CNPq

☐ Fundação de Amparo à Pesquisa (como FAPEMIG)

☐ Fundação Internacional de Apoio à Pesquisa

☐ Fundações Privadas de Apoio Pesquisa

☐ Empresa Privada

30. Participa ou já participou de algum coletivo universitário negro, movimento social negro, núcleo de estudos sobre a temática étnico-racial?*

☐ Não

☐ Sim. Movimento Negro

☐ Sim. Coletivo negro universitário

☐ Sim. Núcleo de estudos sobre a temática étnico-racial

☐ Sim. Em mais de uma organização negra

APÊNDICE B– ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1 – DADOS SOCIOECONÔMICOS

- Quem é você, de onde você é, e onde reside atualmente?
- Como é a dinâmica familiar, do ponto de vista da subsistência, rotinas, atividades domésticas?
- Possui filhas/os? Sim, quantos?
- Atualmente, você faz deslocamentos mais longos para as atividades da pós-graduação? Quais?
- Como é sua subsistência em Viçosa: você tem auxílio institucional (bolsa), familiar, você trabalha?
- Se trabalha – quais atividades exerce? Qual(is) tipo(s) de vínculo?
- Como você tem atendimento de saúde (física e mental), em Viçosa?
- O que você faz além dos estudos: como atividade de lazer, esporte, socialização etc.?
- Você participa ou já participou de algum movimento social, movimento negro, coletivos, grupo identitários, étnicos? Porque? Onde?

PARTE 2 – PÓS-GRADUAÇÃO: PROJETOS E AGENDAS DE PESQUISA

- O fato do edital do seu programa de pós-graduação ter a possibilidade de ingresso por cotas te influenciou/motivou a se candidatar para o programa?
- Você é a primeira pessoa da família a entrar na pós-graduação?
- Conte como foi sua chegada na pós-graduação (ambientação, impacto da chegada, suas impressões)
- Foi a sua primeira tentativa de seleção de mestrado e ou doutorado?
- Como é seu cotidiano na atividade de pesquisa? Fica mais na UFV, em casa, no laboratório?

- Como é a sua relação com os colegas de curso e com os docentes e técnicos do programa de pós a que esta vinculado/a?
- Como é a sua relação com a/o sua/eu orientadora/or de mestrado e/ou doutorado?
- Como é a dinâmica da orientação?
- O que você pesquisa? Temática, autores? É a mesma temática que foi aprovada na seleção? A sua pesquisa de mestrado/doutorado aborda as questões étnico raciais e/ou de gênero?
- Participa de algum grupo de pesquisa ou grupo de estudos cujo foco sejam as questões raciais e/ou de gênero? Se sim, qual/quais? Porque?
- Você já publicou algum texto acadêmico tais como resumos em anais de congresso, revistas científicas, capítulos de livro, etc, nas temáticas raciais e/ou de gênero? Fale um pouco sobre isso.
- Você já escreveu/escreve sobre temáticas raciais e de gênero em algum blog, páginas e revistas? Fale um pouco sobre isso.
- Você percebe/acha que seu projeto de pesquisa traz alguma novidade/ inovação para sua área de conhecimento? Se sim, qual/quais?
- Você percebe/acha que o seu projeto de pesquisa traz alguma contribuição para os estudos raciais? Se sim, qual/quais?
- No programa tem alguma disciplina ou aula que discute as questões raciais e/ou de gênero? Quem ministra essa aula?
- No seu programa de pós-graduação tem professoras/es negras/os/es. Se sim quantas/os. O seu/sua orientador/a é negro/a?
- No programa há pesquisadoras/es que discutam e orientem as temáticas raciais? Se sim, quem são?
- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de racismo ou discriminação racial na pós-graduação? Como foi? Você teve algum apoio? De quem?

- Você já percebeu ou vivenciou alguma situação de sexismo ou discriminação de gênero?
Como foi? Você teve algum apoio? De quem?
- Quais são seus principais desafios na pós-graduação?
- Já pensou em desistir do mestrado e/ou doutorado? Se sim, por qual motivo?
- Para você o que representa ser um/uma cotista negro/a/e em um programa de pós -
graduação (no âmbito pessoal, acadêmico, profissional, familiar e coletivo)?

APÊNDICE C– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO(PDPG)
ALTERIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a/e) participante,

Você está sendo convidado(a/e) a participar da pesquisa “Presenças negras em programas de pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Viçosa”, tem por objetivo investigar o perfil de cotistas ingressantes nos Programas de pós-graduação dos Centros de Ciências Agrárias (CCA) e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) em 2024, nesta evidenciando como se relacionam as temáticas étnico-raciais e de gênero. Trata-se de um estudo importante, justificado pela necessidade de discutir as trajetórias, dificuldades, estratégias de permanência, as conquistas, produções e fazeres científicos de pessoas negras na pós-graduação.

1 PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Você será convidado(a/e) a conceder uma entrevista. Você deverá responder conforme percebe, não existem respostas certas ou erradas. Lembrando que sua participação é voluntária e tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo durante a entrevista (caso seja convidado(a/e) a concedê-la) sem nenhum prejuízo a você.

Informações importantes

Você também pode se recusar a responder a quaisquer perguntas que não queira responder e a qualquer momento pode se retirar da pesquisa, caso assim se sinta desconfortável. Se durante a participação nas entrevistas, houver dificuldade de lidar com as suas lembranças ou emoções, você também poderá pedir à entrevistadora que agende serviços de apoio. Para a minimização dos riscos durante a coleta de dados, o contato telefônico e o digital das pesquisadoras serão disponibilizados, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo.

As entrevistas poderão ser gravadas, caso autorize e as pesquisadoras poderão tomar notas. **Todas as entrevistas serão mantidas no anonimato.** Se, por algum motivo, as informações fornecidas, durante as entrevistas permitirem a sua identificação, a equipe de pesquisa se certificará de mudá-la, mantendo a permanência do anonimato. Destacamos ainda que os dados serão mantidos em sigilo/segredo sendo manipulado exclusivamente pelas pesquisadoras.

Por fim, antes de concordar com a sua participação, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá

responder quaisquer tipos de dúvidas antes que você decida participar ou quando julgar necessário.

2 RISCOS E DESCONFORTOS

Ser entrevistado(a/e), poderá trazer algum desconforto sobre os atravessamentos raciais e situações de racismo e discutir sobre o que é ser uma pessoa negra em contexto de pós-graduação. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido pela garantia de manutenção de sigilo e da privacidade dos(as/es) participantes durante todas as fases da pesquisa, e certeza de que os dados levantados (questionário e entrevista) serão publicados apenas com finalidade acadêmica e mantendo anonimato. Ademais, todo o processo de tratamento e análise de dados será feito exclusivamente pelas pesquisadoras. Garante-se ainda a(ao) participante a não continuidade em continuar respondendo (questionário ou entrevista), caso sinta algum incômodo. Por fim, a pesquisa tratará da identidade dos(as) participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

3 BENEFÍCIOS

A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

Esse termo de consentimento encontra-se em duas vias originais: sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você de forma digital e caso tenha interesse pode solicitar impresso.

DECLARAÇÃO

Eu, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntária(o) da pesquisa “Presenças e agências negras em programas de Pós-graduação do Centro de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de Viçosa”. Declaro que fui informado/a/e dos objetivos da pesquisa e de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do pesquisador responsável: Cristina Maria da Silva
Departamento de Educação (DPE)

Equipe da pesquisa:

Cristina Maria da Silva, 31 99203-5247; Cristina.maria@ufv.br
Maria Simone Euclides, 31 8281-2012, maria.euclides@ufv.br
Daniela Alves De Alves, 31 8561-8235; danielaa.alves@ufv.br
Heloisa Raimunda Herneck 31 8893-4521; hherneck@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, Viçosa/MG,

CEP: 36570-900, Viçosa/MG

E-mail: cep@ufv.br.

Telefone: (31) 3612-2316.

VIÇOSA – MG, 2025.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO

Anexo 1: Parecer do comitê de ética



Continuação do Parecer: 6.174.511

2012), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

e os seguintes Benefícios: A pesquisa terá como benefícios A pesquisa pretende compreender os processos, trajetórias, dificuldades e estratégias de permanência no espaço acadêmico de discentes negros, bem como suas conquistas, produções e fazeres científicos em seus nichos de pesquisas. Os dados irão contribuir para reflexão e revisão das políticas de ações afirmativas e inclusivas de gênero e raça, bem como dará subsídio para pensar em ações e estratégias de curto e longo prazo, para garantir a assistência estudantil, diminuir a evasão acadêmica e repensar as políticas públicas na e para a universidade. Além disso, espera-se que este projeto seja possível ampliar e trazer notoriedade às produções acadêmicas advindas das investigações realizadas por pós-graduandos e pós-graduandas cotistas negras, fortalecendo assim as epistemologias negras dentro e fora das universidades públicas, rompendo com a lógica do epistemicídio. Reforça-se ainda que as(os) pesquisadora(es) assumem o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo pesquisado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõem estudo unicêntrico, no país por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas on-line, do tipo quali-quali, conforme descrito em "Metodologia" no campo "Apresentação do Projeto" acima. O número de participantes está estimado em 30 para entrevistas e 270 para questionários. O orçamento total é de R\$ 50.000,00, com a informação de que há financiamento pelo edital 037/2022 da CAPES - Programa Alteridade na Pós – Graduação e que será desenvolvido entre 2022-2026 (Bolsa 1 de Mestrado - 2023 a 2025; Bolsa 2 de Mestrado: 2024 a 2026, Bolsa de Pós-Doutorado 1- 2023 a 2024; Bolsa de Pós- Doutorado 2- 2024 a 2025; Bolsa de Pós-Doutorado 3- 2025 a 2026). A coleta de dados por entrevistas será iniciada em 08/2023 e o término está programado para 02/2026. Houve pendência devidamente respondida.

Segundo o padrão de tipificação da pesquisa, constante na Resolução CNS nº 674/2022, o delineamento do estudo se caracteriza como: I) Estudo que visa descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa; II) Não há intervenção no corpo humano; III) TIPO A3 (Entrevista, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados). Portanto, a tramitação do presente protocolo é simplificada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores acostaram no formulário online (incluir os documentos que foram juntados no

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 6.174.511

protocolo. Se houver pendência em algum, após análise, incluir na frente a informação “ – com pendência”):

1. TCLE;
2. Roteiro de mapeamento de cotistas;
3. Cronograma sem compromisso explícito de iniciar a pesquisa após a aprovação do sistema CEP/Conep;
4. Projeto de pesquisa;
5. Folha de rosto assinada.

Recomendações:

Incluir assinatura digital no arquivo do TCLE que será disponibilizado ao(à) participante; Infomar que o(a) participante devem baixar o arquivo do TCLE e/ou imprimi-lo antes de dar início às respostas do formulário (ver a Carta Circular nº 01/2021: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2163387.pdf	22/06/2023 09:53:13		Aceito
Cronograma	Cronograma_.pdf	22/06/2023 09:52:55	MARIA SIMONE EUCLIDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	Projeto_Detalhado_.pdf	22/06/2023 09:50:02	MARIA SIMONE EUCLIDES	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br